

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL
E PATRIMÔNIO CULTURAL**



DISSERTAÇÃO

**Clubes Sociais Negros: Memória e Esquecimento no Clube
Recreativo e Cultural Braço é Braço. (Rio Grande, RS, 1969-1992)**

Matheus Cruz

Pelotas, 2014

Matheus Cruz

Clubes Sociais Negros: Memória e Esquecimento no Clube Recreativo e Cultural Braço é Braço. (Rio Grande, RS, 1969-1992)

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural/ ICH, Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Memória Social e Patrimônio cultural.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

Matheus Cruz

Pelotas, 2014

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C957c Cruz, Matheus

Clubes sociais negros : memória e esquecimento no Clube Recreativo e Cultural Braço é Braço. (Rio Grande, RS, 1969-1992) / Matheus Cruz ; Ronaldo Bernardino Colvero, orientador. — Pelotas, 2014.

118 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2014.

1. Clubes sociais negros. 2. Braço é Braço. 3. Lugar de memória. I. Colvero, Ronaldo Bernardino, orient. II. Título.

CDD : 306.4

Elaborada por Kênia Moreira Bernini CRB: 10/920

Matheus Cruz

**Clubes Sociais Negros: Memória e Esquecimento no Clube
Recreativo e Cultural Braço é Braço. (Rio Grande, RS, 1969-1992)**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio cultural, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 30 de Setembro de 2014

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero (Orientador)

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr^a. Maria Leticia Mazzucchi Ferreira

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Edson Romário Monteiro Paniágua

Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

**Dedico esse trabalho a minha mãe e avó,
sem as quais nada seria possível.**

Agradecimentos

Apesar da solidão das madrugadas, esse trabalho não é resultado do esforço apenas de uma pessoa. Mas sim, resultado de empurrões, puxões de orelha, chamadas à responsabilidade, preocupação, amizade, confiança e companheirismo de várias delas. Desta forma, ao corpo docente do Curso, em especial o meu orientador, Ronaldo Colvero, pela confiança, gentileza e companheirismo. Agradeço também a Prof^a Maria Leticia Mazzuchi Ferreira, a qual senão fossem valiosas sugestões, e certo telefonema há 5 anos atrás, eu não estaria aqui. Da mesma forma agradeço às professoras Carla Gastaud e Tatiana Lebedeff, a primeira pelo companheirismo e disposição em ajudar, a segunda pela gentileza, dicas e sorriso largo. E por último – e seguindo o clichê – não menos importante, a prof^a Francisca Michelin, por ter ensinado tanto sobre a academia, por ajudar incisivamente a formatar o trabalho que aqui defendo e dar lições valiosas de cortesia e humildade.

Aos colegas de trabalho, em especial a Prof^a do Bacharelado em Museologia, Noris Leal, pela preocupação e as chamadas à responsabilidade, pelo apoio nas horas difíceis e pelo companheirismo na caminhada profissional, pessoal e acadêmica. Agradeço também o Prof^o Diego Ribeiro, um amigo inestimável e exemplo a ser copiado. Meu agradecimento às colegas Tatiana, Suzy, Nanci, Kelly e Ana, pela preocupação com a minha falta de comprometimento com os prazos e consequente empurrão para que eles fossem cumpridos, vejam meninas, no final deu tudo certo.

Aos ex-sócios/diretores do Clube Recreativo e Cultural Braço é Braço, pelo exemplo, pelo orgulho de ser o que são. Pela necessidade de transmitir esse

passado tão rico e me proporcionarem tanto “material” advindo de suas vidas, que para muitos seria comum.

À Prof^a. Dr^a. Cassiane Paixão, por ter cedido parte de sua pesquisa e pela parceria de trabalho.

Aos amigos da vida, Vinicius, Mateus, Wagner, Leonardo, Josi, Jairo, Rogério, Paula, Heron, Júnior, Luciane, Fábio, Francine e Otávio, por tudo que representam e pela compreensão das minhas ausências nas mesas de RPG, churrascos e batizado de seus filhos.

Ao Cassio, esse trabalho é um pouco teu, por conta da revisão primorosa (e gratuita).

Aos colegas do PPG, em especial Ana Paula, Darlan, Jenny, Olivia, Frantieska, Daniel, Rodrigo, Bruna, Micheli, Laura e Natália, vocês são demais. Tê-los conhecido foi certamente o mais legal de tudo isso.

A Francine, por ter me dado “a coisa mais incrível do mundo”; a sensação e responsabilidade de ser pai, dando-me forças para acordar cedo quando achava impossível, fazendo-me dormir pouco nos últimos meses, pela qual neguei a noite a “noite e a loucura”, enfim, que me trouxe até aqui.

Ao meu enteado, filho emprestado, Victor, por todas as vezes que perdeu nas partidas de futebol no videogame, pelas “lutinhas”, pelo presente do dia dos pais, enfim, pela amizade.

Ao meu filho, Otávio, que mesmo tão pequeno e frágil, porém tão inspirador.

Aos orixás, guardiões, mestres e mentores pelo conforto e iluminação nas horas de desespero (que não foram poucas).

Obrigado.

*Somos herança da memória
Temos a cor da noite
Filhos de todo açoite
Fato real de nossa história
Se o preto de alma branca pra você
É o exemplo da dignidade
Não nos ajuda, só nos faz sofrer.
Nem resgata nossa identidade*

(Jorge Aragão, Identidade)

Resumo

CRUZ, Matheus. **Clubes Sociais Negros: Memória e Esquecimento no Clube Recreativo e Cultural Braço é Braço. (Rio Grande, RS, 1969 - 1992).** 2014. 118f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

O presente trabalho tem por objetivo, fazer um alerta e suscitar reflexão acerca das condições, em que se encontram os clubes sociais negros no Brasil. Para tal fim, estudou-se sob a égide da memória, patrimônio e outros conceitos caros às ciências sociais, no caso o Clube Recreativo Braço é Braço, situado na cidade de Rio Grande, no Estado do Rio grande do Sul. O clube foi fundado, em primeiro de janeiro de 1920 e foi realmente atuante até meados dos anos 2000, momento em que foi reconhecido pelo poder municipal de sua cidade, como patrimônio histórico e cultural (Lei Municipal nº 6.410/2007). Porém, mesmo dispondo de tais prerrogativas, sua sede encontra-se em desuso. E, mesmo diante da inatividade de suas funções e deste cenário, a pesquisa que gerou este trabalho aponta que, este foi um espaço significativo para a sociabilidade do negro riograndino e ainda repousa muita nostalgia por parte dos membros mais antigos. Desta forma, questiona-se que tipo de patrimônio o poder municipal reconheceu e transformou em lei. É um patrimônio alavancado pela memória daqueles, que por lá circularam e socialmente construído, ou é apenas um patrimônio posto em valor, por um dado momento político? O descaso é por parte do poder público ou dos atores sociais por não reivindicarem a preservação de sua memória institucionalizada?

Palavras Chave: clubes sociais negros; Braço é Braço; lugar de memória.

Abstract

CRUZ, Matheus. **Social Black Clubs: Memory and Oblivion in Clube Recreativo e Cultural Braço é Braço. (Rio Grande, RS, 1969 - 1962).** 2014. 118f. Dissertation (Master Degree in Social Memory and Cultural Heritage) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

This work aims to raise an alert and consider the conditions in which they are black social clubs in Brazil. To this end we have studied under the aegis of memory, heritage and other expensive science concepts to members, the case is Clube cultural e Recreativo Braço é Braço, located in Rio Grande, State of Rio Grande do Sul The club was founded in January 1, 1920 and was really active until the mid-2000s, when it was recognized by the municipal authorities of their city as a historical and cultural heritage (Municipal Law No. 6.410/2007). However, despite the availability of such prerogatives, its headquarters is in disuse due to the poor condition of infrastructure, the roof of which one was the clubhouse day no longer exists, documents lying amid debris and weeds now seizes the parquet floor. And, despite the inactivity of its functions and in this scenario, the research that generated this work shows that this was a significant space for sociability and the black Riograndino still rests nostalgia for a lot of the older members. Thus, one wonders what kind of assets the municipal power recognized and enacted into law. It is an equity leveraged by the memory of those who circulated and there is only socially constructed or put into a heritage value for a given political moment? Neglect is by the government or by social actors do not demand the preservation of its institutional memory?

Keywords: black social clubs, Braço é Braço, place of memory

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 O BRAÇO NEGRO QUE SIMBOLIZA O CLUBE.....	51
FIGURA 2 FOTOGRAFIA DO DOCUMENTO CONTENDO O HINO DO BRAÇO É BRAÇO	59
FIGURA 3 REPRODUÇÃO DA CARTA ENVIADA PELA DIREÇÃO DO CLUBE CARNAVALESCO IRRESISTÍVEIS A DIRETORIA DO BRAÇO É BRAÇO PELA OCASIÃO DOS 37 ANOS DO MESMO	63
FIGURA 4 NOTÍCIA DO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE, A MESMA FAZ MENÇÃO AO FATO DO BLOCO "AS MARIQUITAS" SER UMA DISSIDÊNCIA DO BRAÇO É BRAÇO	66
FIGURA 5 TELEGRAMA ENDEREÇADO AO SENHOR RUI SILVEIRA PELO DEPUTADO CARLOS SANTOS.....	68
FIGURA 6 DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA DAS FESTIVIDADES DA SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA, FAZENDO ALUSÃO À RELAÇÃO DO CLUBE COM O POLÍTICO.	69
FIGURA 7 CARLOS SANTOS EM DISCURSO NO PAÇO MUNICIPAL DO RIO GRANDE, SAUDANDO O PREFEITO DR. ANTÔNIO ROCHA DE MEIRELLES LEITE, EM 1939.....	71
FIGURA 8 CARLOS SANTOS NO QUADRO DE FORMATURA DOS BACHARÉIS EM DIREITO DA ESCOLA DE PELOTAS EM 1950	73
FIGURA 9 CARLOS SANTOS DESPACHANDO COMO GOVERNADOR DO R.S.....	74
FIGURA 10 RECORTE DO JORNAL AGORA DE 18 DE SETEMBRO DE 1977.....	77
FIGURA 11 LOCALIZAÇÃO DO BRAÇO É BRAÇO EM RIO GRANDE, TENDO COMO PONTO DE PARTIDA A RODOVIÁRIA DA CIDADE.	82
FIGURA 12 FACHADA DA SEDE DO CLUBE ATUALMENTE	82
FIGURA 13 OUTRO ÂNGULO DA FACHADA	83
FIGURA 14 O INTERIOR DA SEDE	88
FIGURA 15 OUTRO ÂNGULO DO INTERIOR DA SEDE	89
FIGURA 16 ADEREÇOS DE CARNAVAL E OUTROS ENTULHOS NO BANHEIRO	90
FIGURA 17 NOTÍCIA VEICULADA PELO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE, ACERCA DA ELEVAÇÃO DO BRAÇO É BRAÇO À CATEGORIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO.	91

Sumário

Introdução.....	14
1 O Braço: Lugar de Memória, Patrimônio e Identidade.....	20
1.1 - Lugar de Memória.....	20
1.2 - Lugar de Patrimônio	28
1.3 - Lugar de Identidade	36
2 O Braço e o tempo da memória	44
2.1 - Os Clubes Sociais Negros	44
2.2 - Anos de sacrifício de trabalho, abnegação, mas anos bem aproveitados.49	
2.2.1 – O Braço e a relação com outros clubes.....	63
2.3 - Meu amigo, Dr. Carlos Santos	68
3 O Braço e o tempo do Esquecimento.....	81
3.1- Antecedentes.....	81
3.2 – A lei nº 6.410 de 2007	85
Conclusão	92
Referências Bibliográficas	96
ANEXOS	103

Lista de Abreviaturas e Siglas

MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ONU	Organização das Nações Unidas
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SAC	Sociedade Amigos do Cassino
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
ARENA	Aliança Renovadora Nacional

Introdução

Os clubes sociais negros chamaram minha atenção em uma discussão com a professora Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, algum tempo antes de concluir a graduação em museologia. Naquele instante, já desenvolvia uma pesquisa para a monografia e o tempo que dispunha, não seria o suficiente para recomençar uma nova investigação. Neste primeiro momento, conversamos sobre o coeficiente de memória, depositado nesses clubes e sobre o seu papel para a constituição da identidade, do negro urbano, nas primeiras décadas do século XX, considerando a setorização de espaços e o preconceito latente da sociedade, daquele período. Na ocasião, também divagamos sobre a configuração desses espaços, como lugares de memória e o potencial deste tipo de instituição, como elemento cultural na contemporaneidade, uma vez que, ao que parecia naquela época, suas funções de origem estavam em franco declínio, apesar da contribuição outrora relevante. Aquela conversa despertou-me a curiosidade e logo vislumbrei algumas possibilidades de pesquisa; um ano mais tarde inscrevi o projeto no PPGMP, com o intuito de pesquisar duas instituições, localizadas em Rio Grande, abordando a maioria dos questionamentos e divagações que contemplamos naquela conversa informal. Neste primeiro momento, não fui selecionado, mas não deixei de acreditar que os clubes negros, eram um ótimo objeto e que pesquisas como a que eu pretendia desenvolver, poderiam contribuir para a preservação das memórias que os clubes suscitam, bem como para dar visibilidade à história do povo negro, tão esquecida e/ou negada.

Outrossim, no trabalho aqui apresentado, pretendo fazer um alerta e suscitar reflexão acerca das condições em que se encontram os clubes sociais negros no

Brasil. Para tal fim, me debrucei sobre o caso Clube Recreativo Braço é Braço, situado na cidade de Rio Grande, no Estado do Rio grande do Sul. O clube foi fundado em primeiro de janeiro de 1920 e foi realmente atuante até meados dos anos 2000, momento em que foi reconhecido pelo poder municipal de sua cidade, como patrimônio histórico e cultural (Lei Municipal nº 6.410/2007). Além disso, deveria ter suas atividades asseguradas pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural da Comunidade Negra, (Lei Municipal nº 6.562/2008). Hoje, entretanto, sua sede encontra-se em desuso, devido às péssimas condições de infraestrutura: o teto do que um dia foi a sede do clube já não existe mais; documentos encontram-se em meio a destroços e o mato ora se apodera do piso em *parquet*. E, mesmo diante da inatividade de suas funções e deste cenário, a pesquisa desenvolvida indica, através de atas, que este foi um espaço significativo para a sociabilidade do negro riograndino. E ainda repousa ali, muita nostalgia por parte dos membros mais antigos, captada nas entrevistas que pude coletar. Questionei-me então, sobre o tipo de patrimônio que o poder municipal reconheceu e transformou em lei. Seria um patrimônio alavancado pela memória, daqueles que por lá circularam e socialmente construído ou é apenas um patrimônio posto em valor por um dado momento político? O descaso é por parte do poder público ou dos atores sociais, por não reivindicarem a preservação de sua memória institucionalizada?

Ao traçar parte da trajetória deste clube, pretendi responder estas e outras questões. Ouvei as memórias dos antigos membros e procurei compreender como elas são constitutivas das identidades desses indivíduos e, as formas que elas se articulam com os demais e dão coesão a um grupo. Apesar da escassez de fontes, que pode ser justificada pela atual situação do clube, a qual me deu subsídios, para perceber um sucessivo apagamento dos referenciais advindos dessa entidade. Procurei entender de que forma o Braço é Braço, se inseriu na comunidade riograndina e qual foi à imagem que este angariou, com o passar das décadas.

A pesquisa, que descrevo aqui, foi desenvolvida em três momentos distintos, a saber: O primeiro deles, foi uma revisão bibliográfica, onde defini as categorias

que norteariam o estudo e de que forma as operaria diante dos dados coletados. Assim, baseado nas proposições de Pierre Nora (1993) e Michel Pollak (1992), elegi o lugar de memória como categoria central, pela versatilidade do conceito, seu diálogo profundo com a identidade e o patrimônio. Também trabalhei a intransigência em Antonio Gramsci (2005), compreendida como a ação de um coletivo em estado de opressão, baseada em diálogo e tolerância. A tese de Beatriz Loner (1999), interou-me quanto ao associativismo negro na metade meridional do Rio Grande do Sul, e me forneceu um panorama, acerca das condições e organizações sociais dos negros, durante o século XX. Giane Escobar (2010), Nara Regina de Jesus (2005) e Eráclito Pereira (2013) me ajudaram a discutir clubes sociais negros e sua vocação para a memória, bem como a patrimonialização. Através desses três autores, vislumbrei as possibilidades de musealização desses espaços, e sua importância, com elemento de socialização e cidadania das comunidades negras. Estabeleci um diálogo entre Maurice Halbwachs (1990; 1976) e Joel Candau (2002; 2009; 2012), no intuito de compreender a memória social, também suas diversas facetas e forma de incidir nas sociedades. Sendo o esquecimento uma dessas faces, contextualizei minhas assertivas acerca do tema baseado, nos pressupostos de Paul Connerton (2008), que propõe tipologias de esquecimento e suas ocorrências mais significativas e, na mesma linha de atuação. Johann Michel (2010), fala de um esquecimento institucionalizado, que aconteceria em decorrência de uma política de memória. Adentrei o tortuoso campo da identidade através das contribuições de Stuart Hall (1997, 2004) e as possibilidades de diálogo deste autor com Katherine Woodward (2000) e Manuel Castells (2000), por fim, elegi José Reginaldo Gonçalves (2002, 2005 e 2009), em sua intersecção com o pensamento de Alöis Riegl (1987), para tratar da trajetória conceitual do patrimônio e a relação que tal conceito estabelece com políticas patrimoniais, onde Maria Cecília Londres Fonseca (2005) ofereceu-me o suporte teórico necessário.

Utilizei neste trabalho cinco entrevistas semiestruturadas¹, com o intuito de perceber de que forma o clube estava ligado aos indivíduos que ali passaram. Esses

¹ Três das entrevistas mencionadas foram cedidas pela Prof^a Dr^a Cassiane de Freitas Paixão, Adjunta do Instituto de Ciências Humanas e Informação, na Fundação Universidade do Rio Grande. As

entrevistados me proporcionaram fotografias e recortes de jornal, que acabaram por contextualizar os depoimentos que coletei. Os entrevistados foram o senhor André Brisolara, 58 anos, que cresceu dentro do clube, de acordo com o próprio, o pai era bracista e, portanto a sua conexão com a entidade aconteceu de forma natural. O outro foi o senhor Jorge Ferreira, 51 anos, o qual compartilha, com o senhor André a relação e a militância no movimento negro² e clubista. Dona Maria José, filha de uns dos sócio-fundadores, atualmente é a responsável por articulações no sentido de angariar recursos para o clube. Também, contei com o depoimento do senhor Rui Silveira, o qual foi presidente do clube durante grande parte dos anos 1970, também foi criado dentro da instituição e é neto de um dos “baluartes desaparecidos” do clube, o popular, João Malandro. E por fim, Dona Amélia Gambeta Leite, também filha de um ex- membro da diretoria do clube. Cabe salientar, que de todos os entrevistados, o único indivíduo que não está ativamente engajado na revitalização da entidade é Dona Amélia. Logo, desde já, afirmo que o discurso desses indivíduos é político, está alicerçado em um imaginário positivado, decorrente das necessidades da instituição e dos indivíduos, de fazerem parte de uma história. Compreendo a história oral neste trabalho, da mesma forma que Paul Thompson, que nos diz:

[...] a história oral é uma história construída em torno das pessoas. Ela lança vida dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo... (THOMPSON, 1992, p.44).

Também utilizei oito atas que restaram em meio aos destroços da sede, referentes aos primeiros anos da década de 1970, últimos anos da década de 1980 e primeiros da década de 1990, bem como, utilizei o estatuto original do clube, juntamente com sua reformulação do início dos anos 1990, a partir das quais tentei perceber os direcionamentos políticos e ideológicos da instituição. Escolhi o recorte

entrevistas foram coletadas para o projeto de pesquisa coordenado por Cassiane intitulado: Questões raciais em Rio Grande: um estudo sobre os clubes sociais negros;

² Compreendido como: [...] a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes de preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. (DOMINGUES, 2007, p.101)

temporal entre 1969 e 1992, uma vez que esse é o período compreendido pelas atas, que obtive acesso e também, em certa medida, o espaço de atuação constante dos indivíduos que contribuíram para essa pesquisa.

Estruturei esta dissertação, levando em conta a necessidade do leitor de compreender os referenciais teóricos nos quais me aportei para construir a argumentação. Sendo assim, no primeiro capítulo discorri sobre a memória social e sua ligação quase simbiótica com o esquecimento, patrimônio e identidade.

No segundo capítulo, traço um panorama geral sobre os clubes negros e de que forma se estruturaram no Brasil; o contexto, em que foram concebidas suas implicações e características gerais, desde antes da abolição da escravatura e, baseando-me em Escobar (2010), apresento a importância dessas associações, no tocante à inserção do negro recém-liberto na sociedade do século XIX. Em seguida, introduzo o Braço é Braço, e algumas das memórias por ele suscitadas, seu papel enquanto elemento agregador da comunidade negra riograndina, e algumas das estruturas sociais, que esta entidade promoveu. Devido à dificuldade com o acesso as fontes, uma vez que, o clube encontra-se em plena ruína, não consegui traçar uma trajetória linear da instituição, mas sim, explorar certas lacunas, que em muitos casos geraram outros questionamentos. No entanto, julguei que os dados que levantei cumprem a função de qualificar as memórias, que se utilizam do clube enquanto vetor, ou sociotransmissor (CANDAU, 2013).

No terceiro capítulo, me disponho a analisar a situação atual do clube. Perscrutar alguns dos motivos pelos quais, essa entidade outrora reconhecida hoje, está em ruínas e parece agonizar diante da contemporaneidade e a pretensa igualdade a qual, nossa sociedade parece gozar.

A título de conclusão, reflito sobre o seu papel histórico; discuto seu papel como impulsionador da autoestima negra, seu caráter de resistência cultural, que perdura até os dias atuais e sua disposição como ponto de convergência e de vista da memória de uma comunidade. Traço assim, não só algumas hipóteses sobre a franca decadência dos clubes e, em especial, do meu objeto de estudo, mas também relativizo o empenho dos indivíduos envolvidos, nos projetos de

revitalização desses clubes, os quais atingiram a compreensão, de que só cumprindo uma função social, relevante para a comunidade negra, que os circunda, é que as ações podem vir a ser concretizadas e, assim, autossustentáveis. Aprofundo minha crença, na disposição, para a luta que caracteriza essas entidades. Esse dado se verifica, diante de pesquisas históricas, que corporificam as mobilizações de resistência cultural, mas também, pode ser averiguado na contemporaneidade, posto que se percebesse nas diretorias e nos indivíduos engajados, um esforço para a revitalização desses espaços.

1 O Braço: Lugar de Memória, Patrimônio e Identidade

1.1 Lugar de Memória

Durante o século XX, presenciou-se um “boom” da memória, a qual se tornou tema de análise para os mais diversos campos do conhecimento, e objeto de interesse para a sociedade em geral (HUYSEN, 2009). Fenômeno que, segundo Pierre Nora (1993), pode ser compreendido pelos processos de globalização vigentes na contemporaneidade.

Diante do interesse das mais diversas ciências, muitos conceitos foram cunhados, alguns se contrapõem e outros complementam as primeiras assertivas. Mas, de uma forma geral, por conta da abordagem interdisciplinar, os estudos cuidam de explicar desde os processos individuais (fisiológicos e psicológicos), até a formação da memória, enquanto fenômeno partilhado por uma dada coletividade.

Maurice Halbwachs (1990, 1976) inaugurou a compreensão da memória como fenômeno social. Para este autor, as memórias sociais são resultado de uma construção coletiva, ou seja, as memórias de um indivíduo se constituem através de negociações, estabelecidas socialmente entre aqueles que lhe circundam. O sociólogo, dá ênfase para o lugar social ocupado pelo indivíduo que lembra, delinea o funcionamento desses processos, chamando a atenção para a intencionalidade dos atores.

Halbwachs foi pupilo de Henri Bergson (1999), que teorizou acerca da memória, de forma filosófica, legando ao indivíduo apenas a capacidade de reter o

passado, seja por rememoração, a partir do presente, ou em estado inconsciente. Apesar das contraposições entre os dois, há de se salientar aqui, que Halbwachs não descartou o indivíduo, radicalmente, de suas proposições. Para este autor:

[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo, muda segundo a relação que mantenho com outros meios. (1990, p.51)

Em, *Les cadres sociaux de la mémoire* (1976), Halbwachs afirma que, a memória só pode ser pensada quando leva-se em consideração as convenções sociais, o que este chamou de quadros sociais da memória. Estes quadros seriam responsáveis, por articular os fluxos das lembranças dentro do grupo, e o mais elementar deles, é a linguagem partilhada, sem a qual, não haveria contato entre os indivíduos.

Halbwachs (1976) assevera que mesmo as lembranças baseadas em fatos e sentimentos individuais, estão conectadas também com o grupo social. Pois, até mesmo esses pensamentos íntimos, só são possíveis através de interação previamente estabelecida. Desta forma, lembrar não é ato individual, mas o resultado das relações estabelecidas, só podendo existir por ter sido desenvolvida devido à relação com um grupo de noções e paradigmas comuns, presentes em outros indivíduos, ou grupos inteiros. Ele usa como exemplo as datas, e até mesmo a linguagem, já mencionada como o quadro social mais elementar.

A seleção, ao redor da memória social, acontece quando certos elementos se diferenciam em significado quando em comparação a outros, e tal seleção se aproxima do que Roger Chartier nomeia como representação, a qual “[...] seria o processo de produção de sentidos, efetivado a partir do conhecimento, da visão de mundo que o sujeito adquiriu em sua vivência” (CHARTIER, 1991, p.27). Sendo assim, a representação produz sentidos, tal como no caso dos "dizeres de si" (ERRANTE, 2000), onde os indivíduos narram os lugares de onde constroem seus discursos. (WOODWARD, 2000). Indo ao encontro de Halbwachs, que expressa à

necessidade que as nossas memórias têm da aprovação advinda, da memória de outro indivíduo, ela se legitima quando é corroborada por outro membro do grupo em questão.

[...] para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 1990, p.39)

Partindo do conceito de fato social, Halbwachs, atenta para a memória coletiva, a memória de um grupo social que rememora. Mesmo que estejamos sós, a memória individual continua sendo um ponto de vista da memória coletiva e, é moldada pelos quadros sociais da memória: a família, a religião, a escola e a comunidade, da qual fazemos parte. As formas de representação que temos do passado são resultadas de incorporações de memórias que se fizeram compartilhadas, por exemplo, nas lembranças partilhadas entre famílias, em muitos casos, são anexadas às nossas lembranças dados das rememorações de outros.

Sendo assim, a memória se reconstitui, persevera através dessas trocas e sua função social se exprimi, quando a mesma mantém os indivíduos pertencentes a uma mesma raiz. A memória tem uma relação íntima com o presente, para Halbwachs, é no presente – de acordo com os contextos do presente – que a reconstruímos, desta forma para o autor:

[...] a lembrança é, em larga medida, uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada (HALBWACHS, 1990, p.71).

Na perspectiva do autor, a memória é a responsável pela re-elaboração de um passado comum, que permite novas percepções acerca dos fatos. Desta forma, qualificando as visões acerca do presente e refinando as possibilidades para o futuro. Essa reconstrução é de extrema importância para a manutenção da vida social, uma vez que, através dela, nos tornamos mais conscientes das transformações e continuidades da mesma.

Ao deparar os estudos de Bergson, sobre a memória individual, e de Halbwachs, sobre a coletiva, Joel Candau atualiza as concepções acerca do tema.

Joel Candau (2002) concorda com Halbwachs, pois compreende que o passado é elaborado no presente, mediado por fantasias e afetos de valor subjetivo, e não um quadro fiel do passado. No entanto, afirma também que a memória não opera apenas no nível individual, nem apenas no coletivo. Através do conceito de metamemória (2012), Candau postula que a memória se faz entre o indivíduo e o coletivo. Uma representação da memória coletiva, a qual operando nesse sentido torna-se aptos a reconstruir valores e abordar memórias comuns e não coletivas.

A metamemória de Candau surge como um complemento da memória coletiva, postulada por Halbwachs. Uma vez que, o conceito do pupilo de Bergson sugere uma lacuna entre a memória coletiva e a individual. Para Candau, os sujeitos não podem dispor de uma memória coletiva, uma vez que, as vivências particulares promoveriam referências distintas de um determinado fato social. Ainda assim, esses mesmos sujeitos poderiam dispor da mesma representação do fato, considerando que reivindicam uma memória única. Candau considera que, retóricas holistas, se dispõem a construção de conjuntos homogêneos para unificar determinados grupos, nas palavras do autor:

Entendo por, “retóricas holistas,” o emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos, supostamente, estáveis, duráveis e homogêneos. Conjuntos que são conceituados como outra coisa que a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isomorfos. (2012, p.29).

Candau exemplifica as retóricas holistas, ao citar o caso das mulheres de Minot³. As mesmas contam histórias para suas famílias, desta forma, retroalimentando as memórias da comunidade. As recordações das mulheres em questão, não são um retrato fidedigno da realidade, são fragmentos, por vezes, atualizados e mediados por um ponto de vista particular dos fatos, por isso, Candau julga incompleto, o termo memória coletiva (*op.cit.*). O autor postula que esses relatos seriam sociotransmissores tal como, uma peça em museu, que ajuda as sociedades a lembrar de determinados acontecimentos históricos, ou técnica de produção artística. Sendo assim, a escolha deste sociotransmissor está diretamente

³ É uma cidade localizada no estado norte-americano da Dakota do Norte, no Condado de Ward.

ligada, também, ao esquecimento, uma vez que, há uma seleção do que é passado adiante. Assim como, as coleções são selecionadas nos museus, o que não é musealizado, passa a ser esquecimento.

Candau (2009) afirma que vivemos um “*mnemotropismo imperioso*”, ou seja, atualmente estamos exaurindo os usos da memória, elevando-a a patamares quase divinos, no sentido de supervalorizar o passado. Nora (1993) compreende que a memória ganha tamanha atenção, pois é diante dela, que tomamos consciência da quebra com o passado. Afirmativa corroborada por Andreas Huyssen, quando este diz: “[...] o enfoque sobre a memória é energizado, subliminarmente, pelo desejo de nos ancorar em um mundo caracterizado, por uma crescente instabilidade do tempo e pelo fraturamento do espaço vivido.” (2000, p.20).

Já para Nora (*op.cit.*) não existe mais memória. A mesma, só é revivida e ritualizada num esforço dos indivíduos, de se identificar com algo. Esse esforço se utiliza da história para atribuir ‘*pathos*’ a certos lugares e nos conferir a ilusão de que não somos feitos de esquecimentos, mas sim, de lembranças. Conforme o autor: “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa, numa história que a chama, porque ela a ignora”. (1999, p.12).

De acordo com Nora (1993, p.7): “Fala-se tanto em memória, porque ela não existe mais.”, ou seja, não existe mais no presente, de acordo com o autor, a mesma não tem consciência de si, opera livre, e é por conta disso que sagramos ‘lugares de memória’, uma vez que, os mesmos prestam-se ao árduo trabalho de capturar as reminiscências. Alega ainda, que a memória é viva e está em constante atualização, mediada pelos mais diversos fatores, aberta à negociação com o esquecimento. Por outro lado, a história – que está longe de ser sinônimo de memória – é estática, metódica e sempre resultado de uma construção intelectual.

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. (NORA, 1993, p.9)

Os lugares de memória seduzem e são tão visitados, pois não existem mais meios de memória. – para o autor esse seria outro dos resultados da mundialização, (onde as memórias são de todos) e ao mesmo tempo serviriam como elemento de identificação, diante de um cenário social que se pode compreender de identidades homogeneizadas.

Ao relacionar a leitura de Nora e a pesquisa que realizou acerca de Clubes Sociais Negros, Escobar concluiu:

Os Clubes Sociais Negros são "meios de memória" e são "lugares de memória" por sua imponência material e imaterial. São espaços que fazem lembrar e esquecer determinados valores, práticas, rituais, dinâmicas que a cada dia se transformam, se revitalizam, se fortalecem, mas que também se destroem, desaparecem como se realmente não se tivesse mais capacidade de guardar esta memória nestes lugares, que aos poucos vão sendo levados ao sabor do vento, com sérios riscos de desaparecer. (ESCOBAR, 2010, p. 91)

Cabe salientar que, Nora está refletindo sobre memória e história em um contexto muito específico, um momento onde era revisada a forma da historiografia. A década de 1970 teve em seu ponto alto a aversão pelo mundo pós-industrializado, e essa crise foi chamada de "crítica da modernidade" (KOSELLECK, 1999). Percebe-se então, que a sociedade massificada tem, por consequência, a ruptura com o passado. Desta forma, para Nora, o movimento contrário a essa característica, a necessidade de passado, é a busca pela memória. No pensamento desse autor, a sociedade contemporânea, permeada pelas mídias de massa, não há possibilidade de uma história-memória. Essa história-memória, que teve seu ponto alto no século XIX, seria suplantada por um discurso que uniformiza o tempo e lhe dá sentido, percebendo o passado como processo. Portanto, é por isso que o passado está "logo ali", ele não está morto, pode ser de certa forma ancorada no presente. De acordo com o autor, "A verdadeira percepção do passado consistia em considerar que ele não era verdadeiramente passado" (NORA, *op.cit.* p.18).

Para Nora, a sociedade contemporânea tratou de definir as distinções entre memória e história, no entendimento do autor a memória é tradição, portadora de uma herança, é viva e dinâmica, o pesquisador em algum ponto afirma que ela é:

[...] ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e todo-poderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz

eternamente a herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e dos mitos. (NORA, 1993, p.8)

Desta forma, o autor sugere que a memória, enquanto narrativa, poderia ter a mesma função que o mito⁴ nas sociedades tradicionais, ou seja, dar fundamento e organizar.

Já a história é compreendida como a *nêmesis*, a antagonista, é unificadora, seletora dos fatos, cristaliza, engessa, e acima de tudo, atenta contra os momentos de memória, pois traveste o passado de mistério e, portanto, sempre passível de análise, revisão, crítica, nas palavras de Pierre Nora:

[...] a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga a continuidades temporais, às evoluções, e às relações das coisas. "A memória é o absoluto e a história o relativo". (NORA, 1993, p.9).

A reflexão acerca desses dois conceitos conduziu o autor a concluir que a sociedade em que vivemos, por transformar continuamente memória em história, já eliminou praticamente a totalidade da primeira. De acordo com o autor, o presente é: "[...] o momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída" (*ibidem*. p.12).

Já Michel Pollak (1992, p. 202- 203) nos diz que:

Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu. Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração.

Tal definição, se balizada pelas ponderações dos autores expostos até aqui – Nora e os lugares de memória, bem como Candau e os sociotransmissores – nos remete para algumas das definições de patrimônio cultural, portanto, a seguir

⁴ Compreende-se mito aqui da mesma forma que Marcel Detiënne: "Contam-se os mitos para justificar, reforçar, codificar as práticas e as crenças postas em prática na organização social, totalmente investida pelo discurso ritual". DETIËNNE, Marcel. Mito-rito. In: Enciclopédia Einaudi. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Oficial/ Casa da Moeda, 1989, p.58.

discorreremos sobre essas concepções e de que forma as mesmas dialogam com o objeto estudado.

1.2 – Lugar de Patrimônio

O patrimônio ganhou diversas significações durante a história da humanidade, desde Roma e os espólios de guerra, próprios da aristocracia e tomados como propriedade privada, até as relíquias de santos após o advento do cristianismo, que as “disponibilizou”, mas apenas ao culto. Durante o movimento renascentista o antiquariado surge, acentuando cada vez mais as noções patrimoniais, mas é na França, após a queda da Bastilha, que o patrimônio ganha conceito definido, e começa a ser utilizado como elemento identitário. O estado intervém e transforma os bens antes privados (nobreza e clero) em bens públicos, no intuito de suscitar uma identidade nacional (CHOAY, 2001). Indo ao encontro desta ideia, Fonseca (2005) afirma que:

[...] a ideia de nação decorreria da atribuição, a esses bens, de valores da ordem da cultura – basicamente o histórico e o artístico. A noção de patrimônio é, portanto, datada, produzida, assim como a ideia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, e foi precedida, na civilização ocidental, pela autonomização das noções de arte e de história. O histórico e o artístico assumem, nesse caso, uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação. (FONSECA, 2005, p.37).

Neste primeiro momento, a concepção de patrimônio vigente é a que diz respeito aos bens materiais, tais como, edifícios, monumentos e objetos de valor simbólico ou material, em seguida, também se tornam alvo das patrimonializações o excepcional, o belo, o exemplar, o que representa a nacionalidade. (FUNARI E PELEGRINI, 2006).

Durante o século XIX, a conceituação de patrimônio torna-se mais larga, os monumentos do passado, passam a ser revestidos por uma aura simbólica e emocional, sendo elevada a categoria de glórias da cultura nacional. Soma-se a isso, o interesse turístico desenvolvido neste período pelo patrimônio dos países diversos e, por último, o desenvolvimento da disciplina História da arte, focada no estudo dos monumentos nos seus mais diversos aspectos – culturais, estéticos, testemunhais e etc. (GONZÁLEZ VARAS, 2000).

Por sua vez, no século XX, vê-se um avanço no entendimento, uma vez que, durante as décadas de 1970 e 1980, inicia-se o reconhecimento dos recursos intangíveis, ou seja, na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da ONU, de 1972. Por mais que ainda priorize o patrimônio material, começam as discussões acerca da preservação das manifestações folclóricas, culminando em 1989 nas Recomendações sobre a salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, durante a 31ª Conferência Geral da UNESCO (POULOT, 2008).

Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini atentam para o fato de que, esse reconhecimento da diversidade cultural, pode ser considerado os primeiros passos em direção ao reconhecimento da imaterialidade do patrimônio, a qual viria a se concretizar por fim, já no século XXI. De acordo com os autores:

[...] com o despertar para importância da diversidade, já não fazia sentido valorizar apenas, e de forma isolada, o mais belo, o mais precioso ou o mais raro. Ao contrário, a noção de preservação passava a incorporar um conjunto de bens que se repetem que são, em certo sentido, comuns, mas sem os quais não pode existir a excepcionalidade. É nesse contexto que se desenvolve a noção de imaterialidade do patrimônio. (FUNARI e PELEGRINI, 2009, p. 24).

Na primeira década do século XXI, vê-se a crescente utilização do conceito patrimônio, nas mais diversas áreas do conhecimento, de acordo com Gonçalves (2009, p.25) “[...] parece não haver limite para o processo de qualificação desta palavra”. O mesmo autor elucida que, muitas vezes o patrimônio é confundido com propriedade e informa que em muitas culturas, os bens materiais não podem ser reconhecidos, senão estiverem em posse de seus donos, e que os mesmos não servem apenas para os propósitos práticos, mas também, estão imbuídos de significados diversos, tais como, mágicos, sociais ou religiosos. Marcel Mauss (*apud* GONÇALVES, 2002, p.22) reconhece tal associação como Fato Social Total, uma vez que, esse bem extrapola os significados corriqueiros e passam a atuar nas mais diversas esferas simbólicas de dada comunidade. Baseando-se neste ponto de vista, assume-se que os sujeitos que detêm esses bens, passam a ser parte dos mesmos e superam sua condição de indivíduos.

Interessa para este trabalho, a noção de patrimônio enquanto processo conceito que se afasta do paradigma material de outrora, portanto mais voltado para

o caráter social. Desta forma, compreende-se o patrimônio como reinterpretação do passado, e transmissor de “[...] mitos de origem e de continuidade exclusivos, dotando um grupo seletivo de prestígio e propósitos comuns” (LOWENTHAL, 1998, p.128). E sendo assim, o patrimônio é entendido como dinâmico e vivo, indo ao encontro da definição de Javier Arevalo:

El patrimonio remite a símbolos y representaciones, a los lugares de la memoria, es decir, a la identidad. Desde este punto de vista el patrimonio posee un valor étnico y simbólico, pues constituye la expresión de la identidad de un pueblo, sus formas de vida. Las señas y los rasgos identificatorios, que unen al interior del grupo y marcan la diferencia frente al exterior, configuran el patrimonio”. Es la reflexión sobre nuestro pasado y presente (ARÉVALO, 2004, p. 929).

Uma vez que, o patrimônio fala a respeito das formas de vida de um povo e se constitui como expressão da identidade, torna-se um agente de poder, tal assertiva nos remete a Pierre Bourdieu (2005), que em seu *As regras da arte*, propõe que as escolhas acerca do que é patrimônio, ou o que representa determinado grupo, são feitas por agentes habilitados. De acordo com esse autor, os referidos agentes detêm capital simbólico, que os qualifica para tal eleição, desta forma, compreende-se nessa ação uma seleção política, pautada por anseios subjetivos e complexos embates. Indo ao encontro do postulado por Le Goff:

[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado. (1994, p.535).

E, assim sendo, compreende-se o patrimônio, não como o passado em si, mas uma representação, construída e carregada de todas as implicações do processo, até a patrimonialização. De acordo com Walter Benjamin “[...] não significa conhecê-lo como de fato foi, mas apropriar-se de uma reminiscência” (2009, p.224).

Então, patrimonializar (ato aqui compreendido como advindo do Estado ou das mais diversas instituições civis), implica diversas e complexas ações políticas e sociais, normalmente impulsionadas por agentes qualificados. Com o intuito de engessar certos recortes do passado em projetos culturais e políticos do presente. (POULOT, 2008).

Carlos Antônio Leite Brandão (2001) adverte que o patrimônio só o é, se inserido em determinado contexto, está atrelado a uma cultura e tempo histórico, ecoados do presente em direção ao passado. Sendo assim, o sentido de patrimônio sofre transformações com o transcorrer do tempo, região geográfica ou contexto cultural, é de suma importância que tais variações sejam contempladas para a compreensão do conceito, de acordo com Françoise Choay:

O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado, mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra. (2001, p.12).

Assim sendo, Gonçalves (2009) passa a analisar o patrimônio como categoria de pensamento, legando importantes considerações acerca das limitações e possibilidades que essa noção oferece à vida cultural e social de um determinado grupo.

Partindo dos pressupostos destes autores – que por mais que não tratem de noções contemporâneas, dizem muito das noções de patrimônio de hoje - pode-se inferir que a conceituação de patrimônio engloba aspectos imateriais, tais como saberes, celebrações e formas de expressão. Sendo assim, se pode dizer que os esforços de preservação do patrimônio deveriam ser focados, para além dos objetos, os significados que esses comportam, pois, “[...] aquilo que confere sentido ao bem tangível é intangível”. (CHAGAS, 2003, p.97).

Este intangível pode ser considerado como discurso, e para Gonçalves (2002), os discursos são elementos legitimadores do patrimônio cultural. Segundo este autor, estes discursos são engendrados em nome de uma da totalidade, ou seja, os mesmos tem a intenção de representar um grupo inteiro, independente de sua heterogeneidade. Na maioria das vezes, tais enunciados são concebidos por agentes qualificados - intelectuais, políticos, ideólogos - com o intuito de construir identidades específicas.

Nestor Garcia Canclini (1994) concorda com a construção do patrimônio através dos discursos, porém alerta que essa disposição pressupõe problemas:

Se for verdade que o patrimônio serve para unificar uma nação, as desigualdades na sua formação e apropriação exigem que se o estude, também, como espaço de luta material e simbólica entre classes, as etnias e os grupos. (1994, p.97).

Para o autor, anteriormente mencionado, abordar a formação do patrimônio sob a ótica da disputa, seria uma resposta democrática a complexidade da sociedade contemporânea, devido à enorme diversidade de referências compartilhadas. Pois, diferente das sociedades arcaicas, onde conhecimentos e crenças eram acessados, por uma grande maioria dos indivíduos, definindo uma homogeneidade cultural. Atualmente, o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, põe em contato diversas identidades, gerando a necessidade de afirmação.

Por mais que haja consenso entre muitos intelectuais acerca do discorrido até aqui, ainda é muito forte no Brasil a associação do patrimônio com monumentos arquitetônicos. Tal disposição continua sendo verificada, pois ainda se lida com a herança deixada pelo SPHAN, que em sua criação na década de 30 teve em seu corpo técnico muitos arquitetos. A instituição originou-se em meio a reviravoltas políticas, econômicas e principalmente culturais que acometeram o país. Neste contexto, muitos dos que estavam envolvidos com o movimento, o qual culminou na Semana de Arte Moderna de 22 fizeram parte da formulação do pensamento acerca do patrimônio cultural brasileiro, resultando na criação do SPHAN e também na primeira lei de proteção do patrimônio em 1937 (FONSECA, 2005). E é, a partir deste momento que, uma prática efetiva em torno do patrimônio toma corpo, contando com nomes expressivos, tais como, Aloísio Magalhães, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Gustavo Capanema, Lucio Costa e Mário de Andrade.

Conforme Fonseca (*op.cit.*), a atuação do SPHAN/IPHAN pode ser classificada em dois momentos, um deles o fundador, compreendido entre as décadas de 1930 e 1940 e o renovador, que estaria situado entre os anos 1970 e 1980. A autora afirma que, no primeiro momento a definição de patrimônio nacional abarcava apenas os monumentos do período colonial, e que somente na década de 1970 essa visão de patrimônio foi alargada.

No entanto, apenas nos anos 2000, com a aprovação do decreto 3.551, que instituiu o registro dos bens culturais de natureza imaterial, que passaram a ter uma noção mais ampla da ideia de patrimônio, contemplando a diversidade cultural do país. E desta forma, novos mecanismos de preservação são pensados, com o intuito

de abarcar essas características específicas de cada patrimônio, um exemplo disso é o registro, proposto pela metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais. Conforme Márcia Sant'Anna:

O registro corresponde à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural de natureza imaterial e equivale a documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o passado e o presente dessas manifestações em suas diferentes versões, tornando tais informações amplamente acessíveis ao público. (2003, p.52).

Para Gonçalves (2003), Aloísio Magalhães nos anos 80 liderou a política de preservação do país, o que acabou culminando na constituição de 1988. De acordo com o autor, já citado, as manifestações imateriais foram contempladas na agenda de Magalhães, não “[...] por uma suposta exemplaridade, mas como uma parte da vida cotidiana e como formas de expressão de diferentes segmentos da sociedade brasileira.” (GONÇALVES, *op.cit.* p. 56).

Diante do exposto até aqui, pode-se concluir que a identificação de um patrimônio cultural pressupõe a atribuição de uma escala de valores aos bens, e seus reflexos na sociedade, o que por sua vez, pode produzir apropriações diversas, muitas vezes até contraditórias entre si. Tal aporte pretende viabilizar a compreensão que aqui se apresenta do Braço é Braço enquanto patrimônio cultural.

E é no pensamento de Alöis Riegl que se encontram as definições pertinentes para a proposta. Em 1903 Riegl (1987, p.23) analisa o monumento histórico como expressão social e filosófica, pregando que “[...] somente a investigação dos sentidos atribuídos pela sociedade ao monumento histórico permite fundar uma prática” (tradução nossa), sendo este um pressuposto de extrema importância para essa pesquisa. E tal escolha fica evidenciada ao observar-se a atualidade dos valores que este autor definiu. No seu *O culto moderno aos monumentos*, Riegl (*op.cit.*) definiu monumento e monumento histórico, partindo da intenção com que são concebidos, enquanto o primeiro é erigido com a intenção de rememorar, o segundo torna-se mais significativo com o passar do tempo, por conseguinte o autor propõe dois grupos de valores, que são: Os rememorativos, referentes à memória, História e História da Arte, e os valores contemporâneos, que pretendem abarcar as necessidades espirituais, sociais e materiais do homem.

Os valores rememorativos compreendem o Valor de Antiguidade, o Valor

Histórico e o Valor Rememorativo Intencionado. (RIEGL, *op.cit.* p.45).

- Valor de Antiguidade: é o valor inerente aos monumentos históricos. Diz respeito à degradação certa, das criações humanas. Os critérios para a identificação desse valor são a aparência e o desgaste. As intervenções nesse tipo de monumento são indesejadas, pois fogem de seu ciclo natural.
- Valor Histórico: ocorre apenas no monumento histórico, está intimamente ligado à História e História da Arte. Diz respeito a tudo aquilo que foi conservado da atividade humana e que serve como vestígio das transformações da sociedade. A preservação deste tipo de monumento é requisito para manutenção do valor histórico e para que o mesmo seja legado as gerações futuras.
- Valor Rememorativo Intencionado: relativo à memória e refere-se àquelas criações que foram determinadas, tendo em vista uma função memorial propositada.

Interessa de igual forma a este trabalho, os valores contemporâneos, os quais o autor dividiu entre valores de uso e valor artístico (RIEGL, *op.cit.* p.69), o qual está subdividido também, em artístico de novidade e artístico relativo, como se pode ver a seguir.

- Valor de Uso: é a valoração advinda da possibilidade de utilização do monumento, para os anseios do homem contemporâneo. Pode ser identificado pelo seu uso ou não.
- Valor Artístico de Novidade: refere-se à estética, intacta do monumento, em perfeito estado de forma e cor, expressando um caráter de novidade. Pode ser considerado o valor mais popular, uma vez que atinge diretamente a sensibilidade de leigos.
- Valor Artístico Relativo: refere-se à possibilidade de que obras de gerações anteriores ainda continuem acessíveis a sensibilidades modernas.

Riegl também atenta para as exigências contraditórias deste sistema de valoração, e sugere uma hierarquia, de acordo com ele o valor de antiguidade se sobrepõe ao de uso e ao histórico, que por sua vez, são superiores ao de novidade.

A análise de Riegl sugere que, as contradições que essa classificação pressupõe, podem ser solucionadas se, considerado como elemento mais relevante o contexto social em que o bem está inserido. Tal assertiva nos aproxima do conceito de ressonância, cunhado por Stephen Greenblatt, no qual o clube se insere:

Por ressonância eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante. (1991, p.20).

E é nessa perspectiva que, a proposta de patrimonialização efetiva do Braço é Braço se insere, o mesmo dialoga com essas várias tipologias de valorização e neste trabalho, pretende-se inscrevê-lo no critério determinante apontado por Riegl, sua relevância social.

1.3 - Lugar de Identidade

A identidade é foco de diversas discussões, no campo das ciências sociais, uma vez que a mesma estabelece uma relação simbiótica com os processos de representação de cada sociedade ou grupo, sendo assim, “[...] uma representação social ou um símbolo tem papel fundamental de legitimação, à medida que passa a ser conhecida e reconhecida como verdadeira por aqueles que lhe estão sujeitos ou que a constroem” (HAESBAERT, 2001, p. 4).

De acordo com Rogério Haesbaert, a construção das identidades se dá historicamente pelos sujeitos, balizada pela interação deste indivíduo com outras identidades, sejam elas étnicas, culturais ou sociais: “[...] é um processo indissociavelmente ligado a contextos marcados por relações de poder simbólico” (HAESBAERT, 2001, p. 3).

Para Roberto DaMatta (2004) a construção de identidades está imbricada com as relações. O autor afirma que, mesmo as identidades individuais são produtos de referências internas e externas, se faz de acordo com as comparações com comunidades. De acordo com o autor as identidades são “[...] buriladas, acentuadas, negadas, construídas ou inibidas em situações de contato, que agenciam a comparação e a flexibilidade – a mais profunda e perturbadora alteridade” (p. 20). Ela se constitui de acordo com um jogo “[...] entre o que deve ser necessariamente lembrado e o que deve ser necessariamente esquecido em certas situações” (p. 24).

Stuart Hall (1997) assume que as identidades são posições acentuadas que o indivíduo toma para si, embora saiba que são representações, e que:

[...] a representação é sempre construída ao longo de uma falta, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do outro, assim elas não podem, nunca, ser ajustadas - idênticas - aos processos de sujeito que são nelas investidos. (HALL, 2004, p. 112).

Já no pensamento de Paul Claval (2001), a identidade seria uma espécie de mosaico cultural, composto por elementos que caracterizam, simultaneamente, o

indivíduo e o grupo, tais como: costumes, estilos de vida, padrões de pensamento, ideologias, cultura material e etc.

Woodward (2000) indica que, diversos são os sistemas simbólicos nessa equação e as relações de poder definem os que serão perpetuados ou esquecidos, nas palavras da autora: "[...] todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído" (WOODWARD, 2000, p.18). A mesma autora atenta para o fato de as identidades se constituírem baseadas na diferença, na forma com que nos espelhamos no outro, sendo assim:

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. As identidades, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos – nós/eles (WOODWARD, *op.cit.* p.39-40).

Kabengele Munanga (2005) ao discorrer sobre a identidade negra, ou a negritude, afirma que a identidade sempre traz à tona, também, a diversidade, ou seja, cidadania, raça, etnia, gênero. De acordo com este autor esses conceitos por vezes dialogam e em outras se excluem. Conclui o antropólogo:

A diferença está na base de diversos fenômenos que atormentam as sociedades humanas. As construções racistas, machistas, classistas e tantas outras não teriam outro embasamento material, a não serem as diferenças e as relações diferenciais entre seres e grupos humanos. As diferenças unem e desunem; são fontes de conflitos e de manipulações sócioeconômicas e político-ideológicas. Quanto mais crescem, as diferenças favorecem a formação dos fenômenos de etnocentrismo que constituem o ponto de partida para a construção de estereótipos e preconceitos diversos. (2005, p.5).

Para além do senso comum, que compreende negritude como o adjetivo do ser negro, Munanga afirma que se pode compreendê-la também como:

[...] a afirmação e a reabilitação da identidade cultural, da personalidade própria dos povos negros. Poetas, romancistas, etnólogos, filósofos e historiadores, etc. quiseram restituir à África o orgulho do seu passado, afirmar o valor de suas culturas, rejeitar uma assimilação que teria sufocado sua personalidade. (1986, p. 44).

De acordo com este autor, a negritude advém como uma ação contrária ao subjugo imposto aos negros e as características físicas associadas a uma herança negra. Tal preconceito estende-se aos referenciais culturais negros, e desta forma a aparência negra é inferiorizada bem como a cultura. O negro nesse contexto assume um estilo de vida branco, denominado pelo autor como 'embranquecimento cultural', o negro passa, inclusive a frequentar escolas, no entanto, ainda não se percebe como parte de um todo, continua a ser discriminado. Neste ponto o embranquecimento passa a ser negado, e acontece um resgate gradual de suas raízes socioculturais, e para o autor, esse retorno é a negritude. Conforme Munanga (1986) é uma reação legítima de defesa e não um racismo às avessas, como é propalado para quem não compreende a lógica das ações afirmativas, por exemplo.

Indo ao encontro do pensamento de Woodward, Munanga (*op.cit.*) afirma que a identidade é produto do contexto e que neste operam diversas relações de força, e baseado em Castells (2000), sugere que se podem classificar tipos de identidade de acordo com suas origens.

- A identidade legitimadora: aquela que é elaborada e operada por instituições dominantes, utilizada para consolidar o poder que as referidas instituições detêm sobre os atores sociais.
- A identidade de resistência: a engendrada por indivíduos em condição de subjugação ou subalternidade, de acordo com o autor, esses grupos se entrincheiram por trás de princípios que negam e às vezes até contrariam a lógica dominante.
- Identidade de projeto: seria aquela que se constrói em busca da mobilidade social do indivíduo ou grupo.

O autor deixa claro que, esses conceitos não são estanques e que essas identidades podem se converter em outras, ou seja, uma identidade de resistência pode tornar-se uma de projeto, e até mesmo transformar-se em uma legitimadora. Porém, ele afirma que, a construção da identidade de resistência seria a mais importante, uma vez que, a mesma dá origem a movimentos de resistência as formas de opressão estruturadas.

Como já mencionado neste escrito, são notáveis as múltiplas reivindicações por reconhecimento das diversas identidades que compõem o Brasil. Muitos são os casos, porém, um que diz respeito a esta pesquisa é a busca de patrimonialização pelos clubes negros brasileiros⁵. E o atual mapeamento que está sendo realizado dos mesmos, é com o intuito de que todos sejam reconhecidos como Patrimônio Cultural Brasileiro, sugerindo a sua inscrição no Livro de Registro dos Lugares. Tais reivindicações geram o que se pode chamar de tensão de identidades, e de acordo com Mercer: “[...] a identidade somente se torna uma questão, quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza.” (MERCER *apud* WOODWARD, 2000, p. 19).

Muito se fala em identidade cultural e os fatores que incidem sobre a mesma, tais como a globalização e mundialização, ou seja, o processo de trocas instantâneas entre mercadorias, informação e etc. Muitos autores apregoam que, a globalização seria um agente negativo para as culturas e identidades nacionais, por outro lado, alguns afirmam que, esse processo fortalece os laços identitários e serve de mola propulsora para o reconhecimento das mesmas. Conforme Hall (1997), tais questionamentos já estavam previstos no marxismo, uma vez que, segundo aquela corrente de pensamento, os valores locais seriam gradativamente substituídos pelos universalistas, característicos do liberalismo. E independente de posicionamentos ideológicos, é dado que o capitalismo exerce influência nessa discussão, haja vista que, o mesmo é fator relevante para o rompimento de muitas das fronteiras, que sustentam as identidades locais.

Stuart Hall (2004) debruçou-se sobre as transformações sofridas pelo conceito de identidade, o autor aborda não só as metamorfoses dos conceitos de sujeito e identidade, bem como, as interfaces dos referidos com a identidade cultural. A construção intelectual de Hall opera valendo-se de uma releitura acerca do papel do indivíduo e da identidade, através de três figuras temporais, que definem paradigmas. Sendo a primeira delas o **sujeito do iluminismo**, o qual tem

⁵ Notícia datada de 10 de setembro de 2014 pode ser acessada no seguinte endereço <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=18604&sigla=Noticia&retorno=detalheNotici>
E fala-se mais acerca desta medida do IPHAN no terceiro capítulo desta dissertação.

uma concepção individualista de identidade. Para esse sujeito, sua identidade é inata, independe das estruturas exteriores. A segunda é a do **sujeito sociológico**, o qual se desprende do individualismo, que caracterizava seu antecessor e assume a necessidade de interação. Apesar de compreender que, há uma essência identitária imutável, este indivíduo assume que sua identidade se transforma, quando em relação com outros sujeitos importantes. E por fim, o autor discorre acerca do **sujeito pós-moderno**, o qual não é dotado de uma identidade apenas, mas várias, que se chocam, dialogam e podem até por vezes serem contraditórias.

Esta última figura se contrapõe as suas antecessoras, uma vez que, é um conceito mutável, essa ideia compreende que o sujeito não possui uma identidade, mas a assume, “[...] formada e transformada, continuamente, em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais, que nos rodeiam.” (HALL, *op.cit.* p.21). Igualmente, o indivíduo dispõe de várias identidades possíveis, muitas delas temporárias.

Identidade não pode ser compreendida separadamente de sujeito, que por sua vez, está intimamente ligado com o meio em que atua. Desta forma, a sociedade contemporânea, continuamente em mudança acelerada, impõe que os paradigmas sociais sejam reformados com a mesma velocidade, sob a égide das informações recebidas sobre as próprias práticas, alterando seu caráter. (HALL, *op.cit.*). Já, as novas gerações julgam incontestável tal fato e pode-se afirmar que é condição irreduzível na formação dessas identidades. E é diante desse fenômeno, que surgem as sociedades ditas tradicionais, como contraponto dessas mudanças dinâmicas, um ponto de estabilidade entre o **sujeito** e o **mundo cultural**, uma vez que, nelas as práticas sociais são recorrentes, ou seja, “[...] passado é venerado e símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações” (GIDDENS *apud* HALL, *op.cit.*, p.14).

De acordo com este autor, o ponto de equilíbrio está sendo deslocado pela globalização, em um fenômeno que Hall chama de **descontinuidade** (*op.cit.*). Partindo desta lógica, algumas inquietações se fazem presentes, como é o caso da homogeneidade das identidades no interior de um grupo. Sabe-se que a identidade é uma representação, e sendo assim, assume força política variável, ou seja, é

excludente, subjetiva, sua expressão popular depende da representatividade ou de acordos pré-estabelecidos.

Desta forma, somos remetidos ao já discutido, neste trabalho, acerca das constituições do patrimônio, enquanto elementos de uma identidade nacional. Esse processo compreende o fortalecimento político de certo ente, a ponto de formar uma unidade que demarque a identidade nacional. Tal consolidação tende a suplantar as fontes mais tacanhas de identificação cultural, e é o que vemos no caso estudado, e discutiu-se de forma profunda no terceiro capítulo dessa dissertação.

Hall (2004) nos sugere que a globalização deslocou o paradigma de sociedade, compreendida como vida social embasada no tempo e no espaço, forçando novos entendimentos acerca de escalas temporais e de distâncias. De acordo com o autor, pode-se ver tal fenômeno quando qualquer acontecimento atinge grandes repercussões em pouco espaço de tempo. O mundo alarga-se e as distâncias mínguam, criando fissuras nas representações simbólicas perpetuadas pela recorrência, dado que pode ser ilustrado na sabedoria dos mais velhos, como a Dona Maria José⁶, que quando questionada acerca do motivo pelo qual os clubes negros encontra-se em franca decadência, nos responde:

“as coisas não são como antigamente, aquilo que a gente fazia, de ir para o Braço para encontrar as amigas, jogar conversa fora, não existe mais, hoje ninguém mais precisa sair de casa para conversar, minha guria, a que te atendeu, não sai da frente disso – aponta para o notebook - e hoje não pode mais tirar a negrada de lugar nenhum, hoje a gente é livre”.

Baseado nos pressupostos anteriormente discutidos, Hall (*op.cit.*) reflete acerca de três eixos decorrentes do processo supracitado:

- As identidades nacionais estão se desintegrando;
- As identidades nacionais estão se fortalecendo;
- As identidades nacionais estão em declínio, dando lugar a novas identidades híbridas.

⁶ Filha de um sócio-fundador do Braço é Braço

O autor pondera as três proposições, considerando a globalização um fenômeno essencialmente ocidental e que não se reproduz uniformemente, entre as regiões e nos estratos do povo dentro das delimitações geográficas. Desta forma, para ele, a homogeneização das identidades nacionais é constante, porém não atua essencialmente no sentido de subscrever as diferenças, mas sim, de transformá-la em produto definindo assim uma indústria cultural. Para ele, as indústrias culturais dominam os sistemas de rede globais, e acabam por incitar, até impelir, certas escolhas de identidade. Indo ao encontro do pensamento de Hall, porém em uma roupagem mais radical, Arthur José Poerner afirma que:

A revolução tecnológica em curso nos meios de comunicação em massa vem transformando o mundo numa aldeia e mercado globais, em que as indústrias culturais dos países ricos funcionam como instrumentos de dominação neocolonial. (1997, p.16).

Cabe ressaltar, que embora essa realidade seja mais efetiva no centro do sistema, as zonas mais distantes dos centros periféricos, sempre comungaram de muitas das influências culturais, emanadas do centro mesmo que num ritmo desacelerado (HALL, *op.cit.*), basta verificarmos o depoimento de André Brolara para esta pesquisa, o mesmo afirma que: “as mulheres faziam a parte de cerimonial social, elas faziam muito bem, elas **copiaram o modelo dos clubes brancos...** elas iam lá para o clube, elas faziam um chá beneficente...” (informação verbal)⁷.

Diante do exposto até aqui, cabe certa desconfiança acerca da identidade integral e coesa, pois não se pode negar que ela se altera, devido aos diálogos e embates culturais. Esse jogo de forças acaba por gerar uma relação simbiótica entre ambos os lados, afinal percebe-se uma necessidade por parte das identidades periféricas em estar dentro do sistema cultural, dando origem aos núcleos étnicos no interior dos grandes sistemas, como é o caso estudado aqui. Deste enfrentamento, surgem os embates de identidade, que neste caso se manifesta na proposta de patrimonialização do clube, que foi levada a cabo, porém não é efetiva. Indo ao encontro do que Hall (*op.cit.* p.85) chama de Racismo Cultural, ou seja, o

⁷ BRISOLARA, André C. Entrevista em [Junho. 2013]. Entrevistador: Matheus Cruz. Rio Grande 2013. Um arquivo mp3 (60 min.)

fortalecimento das identidades locais, como reação defensiva por parte dos grupos dominados, que se sentem ameaçados por outras culturas.

Essas minorias acabam se apresentando, em nome da legitimidade, como unas, apesar de internamente serem tão diversas como qualquer outra, portanto, são compreendidas de forma homogênea. No caso do Braço é Braço, se pode verificar esse dado em seu estatuto, no Artigo 48 diz: “São proibidos no recinto social, quaisquer discussões políticas, religiosas, bem como reuniões deste caráter, ainda que promovidas por entidades estranhas.”. Fica evidente que as discussões são proibidas pelo estatuto, pois tais contendas poderiam atentar com a coesão grupal, que deveria ser divulgada para aqueles de fora da entidade. Hall afirma que diante desse cenário, existe a possibilidade de que:

[...] surjam novas identidades culturais misturadas ou em transformação, que retiram seus recursos de diferentes tradições culturais [...] produto desses complicados cruzamentos [...] que são cada vez mais comuns num mundo globalizado.

Robins (*apud* HALL, 2004. p. 87) nomeia o processo aqui descrito, como Tradução, de acordo com o autor se existem identidades alicerçadas em Tradição, ou seja, que encontram seu lastro, ou tentam basear-se em dogmas pré-estabelecidos, existem aquelas que se abrem livremente ao transcorrer dos tempos, estão deliberadamente vulneráveis, as influências da diferença, a política e a outros fatores, essas se mesclam e formam novas identidades. Sendo assim, a Tradução pode ser exemplificada como a identidade daquele que está longe de seu local de origem, mas ainda mantém as raízes, portanto são “[...] obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas, e sem perder completamente suas identidades” (HALL, 2004, p.88). O autor afirma que, desta forma que nascem as culturas híbridas.

O exposto até aqui, nos dá subsídios para afirmar que, a globalização atua de forma incisiva nas identidades, a mesma lhes lega mais características, mais políticas e/ou plurais, deste fenômeno também decorrem as identidades híbridas, como visto no parágrafo anterior, porém, ainda não se pode afirmar que a identidade global venceu o embate, ou que a local persiste, uma vez que os efeitos reais ainda são contraditórios.

2 O Braço e o tempo da memória

2.1 - Os Clubes Sociais Negros

Trazido como escravo para esta região, o grupo negro tendeu, para o final do período imperial, a congregar-se em entidades mutualistas, profissionais ou étnicas, que ainda não buscavam a construção de uma identidade racial, mas sim auxiliar na inclusão social e amparar seus sócios. Com a República, suas entidades evoluíram para a formação de uma rede associativa praticamente completa, surgindo propostas identitárias entre este grupo, embora sofresse com a influência desagregadora de ideologias, como a do branqueamento, com forte apelo na sociedade brasileira. (LONER e GILL, 2009, p. 146).

Os Clubes sociais negros tiveram sua ascensão no Brasil, nas primeiras décadas do século XX – apesar de pesquisas como a de Escobar (2010) apontarem para entidades que datam de antes da abolição da escravatura em 1888⁸. Muitos desses clubes, ainda se encontram em atividade e além de sua agenda corriqueira servem hoje, como objetos de estudos de diversas pesquisas no campo das ciências sociais, pelas atividades culturais que desenvolvem como é o caso do *Fica Ahy para ir dizendo* e do *Chove e não molha* (LONER e GIL, 2009; SILVA, 2011), ambos situados em Pelotas/RS.

De acordo com as pesquisas de Escobar (2010), algumas dessas entidades, à época de seu apogeu, previam para seus sócios, em caso de morte, ou doença, planos de aposentadoria, e assistência aos familiares. Esses clubes são relevantes, não só pela referida organização, no tocante a assegurar direitos para seus associados, mas também por despontarem em uma época onde até mesmo os

⁸ Considera-se aqui a abolição Proclamada pela Lei Áurea, entendida como ação que impactou o país inteiro, no entanto cidades como Uruguaiana já haviam libertado seus escravos desde 1884. (COLVERO e SOARES, 2009).

ambientes de sociabilidade eram setorizados, ou seja, “brancos” e “negros” não dividiam os mesmos espaços, se não os do labor. Raul Cardoso (2010) em sua pesquisa, no pequeno bairro de Morretes, em Nova Santa Rita, na região metropolitana de Porto Alegre/RS, nos diz que depois de celebrado o dia da padroeira da localidade, os moradores festejavam um baile, conforme descrevemos abaixo:

O modelo hierarquizante da sociedade brasileira se manifestava quando o grupo dos brancos se dirigia para dançar na pista reservada a eles, e os negros se dirigiam para a outra pista também já reservada a eles. Não havia nenhuma expressão de indignação por parte dos negros, eles simplesmente dançavam felizes e integrados. Brancos e negros pareciam viver harmoniosamente, cada um com seu espaço, sabendo bem qual era o seu lugar e a linha que dividia seus mundos bem delimitados. (CARDOSO, *op.cit.*, p.34).

A inserção social dos negros, nesta localidade, acontece de forma lenta e gradual, e por fim, conclui que o sentimento de comunidade se sobrepunha as divisões entre brancos e negros, amparando sua assertiva, no que Norbert Elias chamou de coesão grupal⁹. Existem casos como o cenário aqui descrito no pequeno bairro, mas há também, aqueles indivíduos que cortejavam a classe média¹⁰, que em muitas situações, foram barrados nos clubes “brancos” e por conta da sua estabilidade social - muitos clubes foram concebidos por uma elite negra, funcionários públicos, militares e etc.- fundaram os seus próprios clubes (ANDREWS, 1998).

De acordo com Jesus:

As associações ou clubes sociais negros, em Porto Alegre, emergem como certa tomada de consciência de uma parcela da população negra que tinha como objetivo resolver problemas relativos a interesses materiais e, principalmente, aspirações de ascensão social. Em um primeiro momento esses clubes traziam preocupações imediatas como, por exemplo, o da inferioridade social do negro e as sistemáticas exclusões dos clubes sociais e sociedades de danças frequentadas pela população branca. (2005, p.45)

⁹ Para este autor, o fato de se conhecerem de longa data, partilharem problemas e a soluções deles, entre outras afinidades, torna um grupo uno. De acordo com Cidade, coesão grupal: “[...] pode ser considerado como a resultante das forças que agem sobre um membro para que ele permaneça no grupo. (2004, p.138)”.

¹⁰ De acordo com Escobar (2010) de uma forma geral os clubes foram fundados por negros que ocupavam cargos públicos, uma vez que estes proporcionavam mobilidade social dos negros, embora que, os mesmos não ocupassem os melhores cargos ou recebessem a melhor remuneração. Mas também encontra-se em alguns casos profissionais liberais, como médicos, advogados e alfaiates.

Por conseguinte, compreendem-se esses clubes como uma experiência do que Gramsci (2005) chama de “intransigência”, ou seja: um momento onde determinada coletividade, em uma situação de opressão, ou subjugação, percebe-se como capaz de organizar-se e criar um movimento contrário, que não perca o foco do objetivo e não utilize meios não condizentes no intuito da construção orgânica desse movimento, o autor ainda acrescenta que a intransigência é:

[...] a única prova que uma determinada coletividade existe como organismo social vivo, que possui um fim, uma vontade única, uma maturidade de pensamento. Porque a intransigência requer que cada parte singular seja coerente com o todo, que cada momento da vida social seja pensado e examinado em relação à coletividade. (*op.cit.* 135)

Para Gramsci, a organização intransigente precisa pautar-se em um objetivo concreto, visando melhoria para uma coletividade; funciona como organismo vivo e dialógico e, acima de tudo, promove a ação após o diálogo tolerante, portanto a ação intransigente só acontece após a reivindicação. De acordo com o autor:

Só se pode ser intransigente na ação se na discussão se foi tolerante e os mais preparados ajudaram os menos preparados a colher a verdade, e as experiências individuais foram colocadas em comum, e todos os aspectos do problema foram examinados, e nenhuma ilusão foi criada (GRAMSCI, 2005, p. 137).

Pauta Gramsci que tolerância é o “[...] método das discussões entre homens que fundamentalmente estão de acordo e devem encontrar coerência entre princípios comuns e a ação que devem desenvolver em comum” (2005, p. 137).

Esses clubes atuaram como espaço de socialização nas comunidades que estavam inseridos, bem como preencheram os aspectos econômicos e políticos, que foram cerceados à comunidade negra no Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do séc. XX. Formava-se então, mais do que uma entidade cultural com objetivo de promover a alegria entre os seus participantes, estava promulgado um espaço de resistência cultural que viria a se transformar - ainda que não intencionalmente – em um local de construção identitária dos negros no Rio Grande do Sul (JESUS, 2005).

Os clubes sociais negros atuaram como elemento estabilizador da autoestima e a autoimagem deste segmento social que, não diferente dos dias atuais, tinha suas características físicas, distintas dos padrões vigentes de beleza, por exemplo. Pesquisas como a de Jesus (2005) sugerem aos clubes que atuaram como sistema de enfrentamento e de um sistema que por definição oprimia o negro, a autora

corroborada por Escobar (2010) afirma que os clubes prestaram apoio material, psicológico e educacional a seus sócios. Promoveram assistência previdenciária entre outras, como é o caso da Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora, em Porto Alegre, estudada por Jesus (2005), que foi fundada com o intuito de auxiliar famílias negras em caso de óbito, de acordo com a autora, a sociedade custeava o óbito e auxiliava financeiramente a família do falecido.

Desta forma, os clubes negros vão ao encontro da compreensão de Gramsci acerca da intransigência, compreendida como ação coletiva, pautada no diálogo (interno e com o outro), de propósitos definidos e não abertos a concessões ou barganhas, alicerçadas no objetivo comum.

E ainda encontra eco em Manuel Castells (2000), que compreende a construção de uma identidade de resistência, quando os indivíduos se agrupam em comunidades, que com o passar do tempo começam a se perceber pertencentes de uma identidade cultural, uma comunidade e que a partir disto novos significados passam a ser produzidos.

Esta disposição ainda na contemporaneidade se verifica, pois estes clubes, em sua maioria congregam certas células do movimento negro, cedem espaços para a militância e estão ativamente engajados nas discussões concernentes à valorização e inserção social dos negros. Há de se ater também o que concluiu Jesus:

A possibilidade de manter esses clubes com uma meta de ascensão social e de *status*, visando ainda à formação de certa 'elite', que traz com ela atualmente, uma 'maior politização', é considerada uma estratégia de manutenção de benefícios aos clubes sociais negros (2005, p.90).

Essa autora defende que tais estruturas se faziam presentes, por conta de um caráter personalista que advém desses clubes - e pode-se verificar na pesquisa aqui descrita - pois as relações permitiam - aos membros das direções - certos benefícios pessoais, que se confundiam com os da entidade, a qual tinha poder de articular esforços múltiplos em torno de suas demandas, alavancando consigo a figura do diretor em questão.

Também é questão central deste trabalho, o estado de conservação do clube que me dispus a estudar, o mesmo se insere no que a autora diz acerca dos "sérios

riscos de desaparecer”, logo acredito que o grande intuito desta pesquisa seja mesmo refletir acerca de algumas das diversas categorias que tornam o Braço tão curioso.

2.2 - Anos de sacrifício de trabalho, abnegação, mas anos bem aproveitados.¹¹

Nesse momento, discorreremos sobre uma parcela da trajetória do Clube Recreativo e Cultural Braço é Braço, bem como seu peso na construção simbólica por parte dos antigos membros acerca desta instituição. Tal emanção atingiu inclusive o Poder Público riograndino, uma vez que o mesmo concedeu atestado de patrimônio cultural do município à entidade. Cabe salientar, que devido às péssimas condições da sede, o que acarretou no extravio de um grande volume de documentos¹² e o falecimento de muitos dos antigos membros – pelo menos daqueles que mantiveram contato com a instituição nos anos do apogeu – a trajetória que aqui descrevemos se apresenta de forma não linear. Diante da ausência de documentos, julgou-se mais efetivo vislumbrar os fenômenos sociais que se apresentaram, independente de se encaixarem em uma linha temporal, do que perseguir marcos temporais.

O Clube Cultural e Recreativo Braço é Braço foi fundado em 1º de Janeiro de 1920, por iniciativa de 19 homens, carvoeiros e foguistas da marinha mercante, em Rio Grande, com o intuito de divertir-se no carnaval. (LONER, 2010). Informação corroborada pelas Atas do clube de 1º de janeiro de 1970 e 1988 – ocasiões em que a entidade completava, respectivamente, 50 e 68 anos de existência. A ata de 1970, que marca a solenidade dos 50 anos da entidade registra:

“[...] ao invés de ser lida a Ata de Fundação do Clube, sera dita a “ATA VIVA”, e para essa missão chamarei o sr. Joaquim Silva, associado Benemérito que, apesar de não ser fundador, mas por sua idade bastante avançada, e por seus largos conhecimentos de como havia sido fundado o Clube. A seguir foi dada a palavra ao sr Joaquim Silva, que em poucas palavras em seu linguajar modesto mais com bastante convicção, começou assim: Em 1919 atracava no Pôrto de Rio Grande navios da Marinha Mercante que traziam como tripulantes homens como os Srs. Antenor Lopes da Silva- Ermegildo Araujo Lima- Telemaco José Furtado- Mario Antônio Reis- Alfredo Damião- Ernesto Ribeiro- Mário de Souza Mesquita-

¹¹ Trecho do texto de abertura das comemorações dos 68 anos da entidade em 1988

¹² De acordo com o entrevistado André Brisolara, os documentos relativos ao clube estavam guardados na sede, porém com a queda da cobertura (a qual é explorada mais adiante neste trabalho), a grande maioria deles se perdeu, por conta das intempéries que atingiram o local.

Orlando Francisco Pires- Tito Correa- Manoel Antonio- Jose Raul dos Santos- Lorival Dias Nascimento e Rodolfo Azevedo alcino, que passaram a fazer Carnaval em nossa cidade, daí partindo a ideia de fundação de um Cordão Carnavalesco que trouxe o nome de Rancho Carnavalesco Braço é Braço, nome esse bastante significativo por se tratar de gente de bordo de maioria {foguista} e de trabalhos Braçais. Em 1º de Janeiro de Mil novecentos e vinte (1920) ficou oficializado a data de fundação do Rancho Carnavalesco Braço que daí para cá até o ano de 1963 brilhou intensamente nas ruas de Rio Grande.” (sic)

O documento de 1988 indica uma origem parecida, no entanto dá uma nova versão para como o nome do clube foi concebido:

“Foi exatamente no dia 1º de janeiro longínquo ano de 1920 nesta cidade do Rio Grande, RS, na então Rua: Uruguaiana (hoje Av. Silva Paes) nº270 (local da caixa Econômica Estadual) naquele tempo havia vários casebres que ocorreu a fundação de um bloco carnavalesco, na ocasião foi denominado de Braço é Braço, seu nome deriva do fato de que um dos que se encontravam presentes ao ato, estava carregando um braço esculpido de madeira. Ao chegar um jornalista, este perguntou como era o nome do bloco que se estava fundando. Todos olharam então para o cidadão que levava o braço de madeira e disseram: o nome é Braço é Braço!” (sic)

O Senhor Rui Silveira, o seu “Nenê”¹³, corrobora o documento que registra a passagem dos 68 anos, e nos evidencia que o clube teria sido fundado por “embarcados da marinha mercante, vindos do Rio de Janeiro”, ou seja, marinheiros que em sua folga dos serviços constituíram um cordão carnavalesco.

O registro de 1988 nos sugere que o bloco de carnaval Braço é Braço já em 1924 foi reconhecido e logo batizado de racho carnavalesco, neste documento, observa-se que pela “simpatia” dos membros logo se tornou bem querido pela população riograndina.

E por fim, Loner (2010, p. 254) afirma:

[...] em 1º de janeiro de 1920, surge de forma desprezível, com 19 integrantes, entre foguistas e carvoeiros da marinha mercante, um rancho carnavalesco, posteriormente se transformando em uma importante entidade, sediando várias outras, o Braço é Braço, que perdura até hoje.

¹³ SILVEIRA, Rui. Entrevista I. [Ago. 2012]. Entrevistador: Cassiane Paixão. Rio Grande 2012. 3 arquivos .wma (93min)

Bittencourt (2001) afirma que no início do século XX foi o momento em que o carnaval começou a afastar-se de sua faceta elitista, é neste momento que ganha o caráter popular pelo qual é celebrado na contemporaneidade, de acordo com o autor:

Nesse século a festa ampliou-se com a criação de Blocos, Cordões, Ranchos e Clubes Carnavalescos formados por operários e funcionários públicos e do comércio. Nos Anos Vinte, o Carnaval de rua já tinha readquirido seu caráter popular, acrescido de uma singularidade: a importância do elemento negro e de seus costumes. (BITTENCOURT, 2001, p.76)

No entendimento de Bittencourt (*op.cit.*), neste período multiplicaram-se os grupos populares que aderiam ao carnaval, dando ao evento as primeiras feições do carnaval brasileiro enquanto festa genuinamente popular, “[...] todos partilhavam do culto ao prazer e da alegria” (*ibidem*)



Figura 1 O braço negro que simboliza o clube.
Fonte: Arquivo pessoal do senhor André Brisolará

Deste primeiro momento ainda chama atenção o fato de que o bloco de carnaval só admitia homens em suas fileiras. Isso pode ser explicado pelo nicho no qual o bloco foi concebido - forças armadas, as quais até metade do século XX não admitiam mulheres em suas fileiras, e mesmo após este período as mesmas passaram a ocupar cargos menores (MARIUZZO, 2008), mas também revela um pouco do contexto da mulher daquele período, Alves (2000) identifica que no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a família transmitia valores para os seus descendentes de formas diferenciadas de acordo com o seu gênero, haviam aqueles que eram partilhados pelo menino/rapaz e a menina/moça e os exclusivos

das mulheres, de acordo com essa autora, valores como “Pureza”, “Delicadeza no trato”, “Capacidade de Doação”, “Submissão” eram incentivados e definiam o papel da mulher naquela sociedade, as tornavam desejáveis para o casamento, mas também cerceavam sua circulação em espaços sociais, principalmente estes que congregavam homens das baixas camadas sociais e negros.

Entretanto, de acordo com André Brolara, que frequentou o clube durante mais de 30 anos e foi diretor da instituição até 2010, as mulheres que sustentaram os ideais de resistência por trás do clube, de acordo com ele:

[...] as mulheres tiveram muita força nos clubes, as mulheres negras, é que o pessoal omite, os clubes tiveram essa grande pujança por que tinham os presidentes que eram os homens, mas as mulheres faziam a parte de cerimonial, social, elas faziam muito bem, elas copiaram o modelo dos clubes brancos... elas iam lá para o clube, elas faziam um chá beneficente, daqui a pouco elas estavam discutindo a alfabetização do fulano e dali Dona Maria Georgina organizou a escola que funcionou dentro do Braço até os anos 80 mais ou menos...¹⁴

Indo ao encontro do depoimento de André, a ata de dois de agosto de 1969, em que eram discutidos os preparativos para a festa do cinquentenário da instituição, aponta um parecer favorável a todas as pautas discutidas de uma Comissão de Senhoras, sendo todas elas nomeadas. E a ata de três de julho de 1970, indica uma diretoria de senhoras.

NOTA: Os oito itens acima expostos foram discutidos e aprovados pelos seguintes Diretores:

Terencio Perez- Argeu Leite- Luiz C. Baptista- Alcides Farias- Joaquim Silva- Claudio Souza- João Soares- Olavo Cunha- Alfredo Silveira- Francisco de P. Souza- João O. Alves- Helson Silva e Jose Rodrigues.

Comissão de senhoras

Walda Perez- Orondina Soares- Nair Amaro- Alice N. de Figueiredo e Edite Santos.

Eu Luiz C. Baptista, redigi a presente Ata e juntamente com o sr. Terencio Perez D.D. Presidente assinamos.¹⁵ (sic)

¹⁴ BRISOLARA, André C. Entrevista 2. [Junho. 2014]. Entrevistador: Matheus Cruz. Rio Grande 2014. 2 arquivos .mp3 (76min)

¹⁵ Extraído da ata da reunião extraordinária de 2 de agosto de 1969

De acordo com a Ata de 1º de janeiro de 1970, a qual registrou o cinquentenário da entidade, o Braço é Braço funcionou como rancho carnavalesco até 1963, e em 1965 tornou-se Clube Cultural e Recreativo, renegando a sua origem enquanto ente carnavalesco, o que se pode verificar na ata da reunião ordinária da diretoria no dia 29 de outubro de 1969, onde o sócio Rolande dos Santos mostra-se contra a entrada do clube nos desfiles de carnaval daquele ano, alegando que seria um retrocesso fazer carnaval diante das atribuições mais nobres do clube, como a educação de seus associados. A mesma ata também registra a posição favorável do presidente Terêncio Perez, no entanto o mesmo alega que reconhece as implicações negativas da adesão ao carnaval.

Proseguindo com a Sessão, o sr. presidente, passou a abordar mais uma vez, o assunto Academia de Samba reafirmando sem voto favorável a saída as ruas da precitada entidade carnavalesca mas que não deixava de reconhecer, que tenha os lados negativos para o Clube. Nesse exato momento, solicitou a palavra o sr. Rolande M. dos Santos, que afirmou categoricamente, que éra contra a saída as ruas da uma entidade Carnavalesca deste Clube uma vez que o mesmo esta registrado como sendo Cultural; não cabendo sôbre hipótese alguma tomar parte em carnavais. Disse mais; **em quanto os outros procuram se elevar formando cursos estabilizando o futuro de seus associados**¹⁶, o Clube Braço é Braço esta retrocedendo com esta ideia estapafúrdia. de fazer Carnaval.¹⁷ (sic)

A reunião ordinária de 26 de novembro de 1969 resolveu a contenda proposta no mês anterior e a ata da sessão nos legou indícios para construir algumas inferências sobre o motivo que levou parte da diretoria a posicionar-se contra o carnaval. O documento registra:

Novamente solicitou a palavra o sr Terencio Perez MD residente desta casa, que assim se manifestou. Esta presidencia da autorização para que a Academia de Samba saia as ruas no próximo Carnaval mas com as seguintes condições:

Seja um Orgão Autônomo ao Clube.

Tenha uma Diretoria Construída.

¹⁶ Grifo nosso

¹⁷ Ata de reunião ordinária da Diretoria do clube recreativo e cultural Braço é Braço, no dia 29 de outubro de 1969.

Esta diretoria assumirá toda e qualquer responsabilidade Social, jurídica e financeira, que por ventura surgir.¹⁸ (sic)

Considerado o teor negativo que o Senhor Rolande M. dos Santos atribuiu ao carnaval em sua fala contra a possibilidade de o clube participar da festividade naquele ano, juntamente com os pressupostos de que no carnaval o “[...] comportamento é dominado pela liberdade decorrente da suspensão temporária das regras de uma hierarquização repressora” (DAMATTA, *apud*. BITTENCOURT, 2001, p.59) ou, a proposição de que no:

Carnaval Brasileiro a sociedade se ‘desempacota’ temporariamente para, ao término das folias voltar a ‘empacotar-se’ e, ordeiramente, esperar o próximo fevereiro, um mês ‘mágico’, onde os excessos coibidos durante todo ano são permitidos. (BITTENCOURT, *op.cit.*, p.78)

Fica evidente que o presidente, senhor Terêncio Perez, ao eleger as condições aqui impostas para que o clube adentra-se o carnaval, pretendia blindar a imagem da entidade Clube Recreativo Cultural Braço é Braço de qualquer atitude de mau comportamento, ou arruaça que os foliões, pudessem vir a cometer. Mas também, sugere a leitura acerca da importância política propalada pelo “se elevar formando cursos estabilizando o futuro de seus associados”¹⁹ De acordo com Jesus (2005) nos anos 1970 o movimento negro²⁰ passou a adentrar os clubes sociais, trazendo para as instituições discussões de destaque dentro para a causa defendida pelo grupo, que por sua vez, proporcionou mudança nas diretrizes institucionais, tais

¹⁸ Ata de reunião ordinária da Diretoria do clube recreativo e cultural Braço é Braço, no dia 26 de novembro de 1969.

¹⁹ Ata de reunião ordinária da Diretoria do clube recreativo e cultural Braço é Braço, no dia 29 de outubro de 1969

²⁰ Neste ponto compreendido como uma evolução do primeiro conceito mencionado neste trabalho, indo ao encontro da concepção de Joel Rufino dos Santos, que nos diz: todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro. (1994, p.157)

mudanças propiciaram novas atividades que trouxeram benefícios para os clubes, tais como, maior número de associados, por exemplo. Para a autora:

Esses benefícios e apoio a cada clube passam a ser importantes para sua sobrevivência. Angariar novos sócios para os clubes, entre as entidades do movimento negro, passa a ser um objetivo e benefício importante. O estabelecimento de atividades nas associações, que interessem às fundações de apoio a políticas públicas para a população, negra pode ser revertido em apoio financeiro para a realização das atividades e visibilidade maior dos clubes, tanto nessa rede de entidades do movimento negro quanto em outras esferas da sociedade em geral. As "novas" atividades desenvolvidas nos clubes passam por novas significações, ou seja, seminários, palestras, festas que tenham alguma ligação com o movimento negro são encaradas como "eventos políticos". (JESUS, 2005, p. 91-92)

Apesar de identificar-se como clube negro, e estar inscrito como tal no Cadastro Nacional Dos Clubes Sociais Negros²¹, o senhor Rui Silveira nos diz em entrevista: “E prova está, que nos estatutos, é proibido ter preconceito de cor e de credo, todos amigos, todos irmãos, esse é o lema do Braço.”(informação verbal)²². Como já foi abordado anteriormente, sabe-se que essa modalidade de associação carrega em sua gênese uma espécie de movimento contrário, está intimamente ligada ao fato de que no início do séc. XX uma forte discriminação pairava por sobre o povo negro urbano, e desta forma sinaliza a pesquisa de Fernanda Silva:

Embora os escritos de Freyre estivessem propalando uma democracia racial no país, isto não era o constatado na prática o que motivou que as associações negras do pós-Abolição passassem a evidenciar em suas propostas o combate à discriminação racial. (2011, p. 133)

Dentro deste contexto podemos afirmar que o senhor Rui está fazendo uma narrativa de si, e assim como afirma Antoniette Errante (2000) definindo seu alinhamento com o grupo ao qual está se referindo. Neste mesmo contexto este senhor diz:

Eu e o meu irmão fomos criados dentro do Braço, o meu avô era sócio benemérito, meu avô era bracista assim, da família bracista, João Silveira era o nome dele, o João malandro. Meu irmão associou eu e meu irmão

²¹ Projeto alavancado pelo Museu Treze de Maio de Santa Maria/RS. Mais informações em <<http://racismoambiental.net.br/2011/05/museu-treze-de-maio-lanca-portal-dos-clubes-sociais-negros-do-brasil-com-apoio-da-seppir/>>.

²² SILVEIRA, Rui. Entrevista I. [Ago. 2012]. Entrevistador: Cassiane Paixão. Rio Grande 2012. 3 arquivos .wma (93min)

muito cedo, nós não tínhamos nem idade, nem tamanho, então meu avô falou para a minha mãe que ficaria chato nós entrando em uma sociedade que era só para sócios, então nos associou. (Informação Verbal)²³.

O Braço (como foi carinhosamente chamado pelo entrevistado) constitui sua trajetória de forma particularmente afetiva dentro daqueles que ali circularam, e com o sentido de ilustrar tal sentimento, utiliza-se como indicador a fala do senhor Rui Silveira²⁴, o qual já nos primeiros minutos de sua entrevista frisa sua ligação familiar com a instituição.

O avô do senhor Rui, o João Silveira, mencionado na entrevista, é evocado na Ata da sessão extraordinária do dia 1º de janeiro de 1970, como um dos “baluartes desaparecidos” do clube, muitas histórias rondam a figura deste senhor. André Brisolara, conta que “João Malandro era bracista doente, da família bracista, ele pegou uma indenização do Léo Santos, e comprou instrumentos para a orquestra do Braço.” (Informação Verbal)²⁵

E o senhor Rui diz:

Aí eles conseguiram um terreno, teve uma época em que eles foram na Duque de Caxias, até que eles compraram, o pessoal comprou, os sócios compraram aquele terreno na Canabarro inclusive tem uma história assim, o meu avô deixou de comprar para ele e cedeu para o Braço é Braço comprar, para o clube ter uma sede própria. (informação verbal)²⁶

Encontrou-se na Ata da sessão extraordinária do dia 3 de julho de 1970, em que a ordem do dia era o recebimento das escrituras do prédio da Canabarro 428, uma menção de agradecimento ao senhor João Silveira, “João Malandro” que pode ser verificada no seguinte trecho:

²³ SILVEIRA, Rui. Entrevista I. [Ago. 2012]. Entrevistador: Cassiane Paixão. Rio Grande 2012. 3 arquivos .wma (93min)

²⁴ O senhor Rui foi presidente do Braço é Braço entre, 1976 e 1979.

²⁵ BRISOLARA, André C. Entrevista 2. [Junho. 2014]. Entrevistador: Matheus Cruz. Rio Grande 2014. 2 arquivos .mp3 (76min)

²⁶ SILVEIRA, Rui. Entrevista I. [Ago. 2012]. Entrevistador: Cassiane Paixão. Rio Grande 2012. 3 arquivos .wma (93min)

Precisamente as 23 horas o sr. Terencio Perez DD Presidente desta casa, deu abertura aos trabalhos; passando a seguir a palavra ao sr. Tabeleão do 3º Cart. De Notas sr. Mario Correa, que em rápidas palavras lembrou as velhas tradições do Clube, o porque de sua participação na compra do prédio, e passou a invocar diversas lembranças, entre elas as pessoas de dois baluartes na época, principais responsáveis pela compra do velho casarão, que mais tarde foi demolido, surgindo em seu lugar este lugar este majestoso prédio que é um orgulho para mim e para toda coletividade Bracista... Estes srs. são João Silveira ja (falecido) e Antonio dos Santos Martins (falecido)²⁷ (sic)

Da mesma forma é o caso da Dona Maria José, filha de um sócio-fundador e atualmente responsável e articuladora nas buscas por auxílio ao clube junto ao poder público e iniciativa privada. De acordo com esta senhora, o pai lhe contou que a sede do clube havia sido construída sobre os alicerces deixados por uma senzala. Jorge Ferreira²⁸, membro da última diretoria, também menciona a existência da senzala e indica a família riograndina que teria sido proprietária do terreno:

Esse prédio aqui foi uma senzala, isso aqui era uma senzala da família Klinger, eles nem sabem, Nicolau Klinger, o papai Noel do cassino, ele deve ser o filho, ou o neto do estancieiro que tinha uma senzala aqui.

Independente da referência oferecida pelo entrevistado, não é do interesse desta pesquisa averiguar a veracidade desta e de outras histórias contadas por aqueles que circularam os espaços de sociabilidade do clube, pois compreendemos assim como Amado que:

Às vezes, indivíduos e grupos apropriam-se de vivências antigas, anteriores, experimentadas não apenas por eles ou por seus contemporâneos, mas também por antepassados, por gente que viveu antes deles, em outras épocas. Essa faculdade social da memória, a de recuperar e introjetar, nos indivíduos e grupos, vivências de outros tempos, sempre interessaram aos cientistas sociais. (1995, p.132-33)

E sendo assim, aborda-se aqui o imaginário que envolve o clube, como representação simbólica significativa de uma realidade social e expressão de valores recebidos e praticados (BACZKO, 1985). Para Bronislaw Baczko o imaginário é parte de um sistema de representações elaboradas por uma sociedade ou coletividade, e desta forma o autor postula que:

²⁷ Ata da Sessão extraordinária do dia 3 de julho de 1970

²⁸ FERREIRA, Jorge. Entrevista I. [Ago. 2012]. Entrevistador: Cassiane Paixão. Rio Grande 2012. 1 arquivos .wma (34min)

[...] através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores [...] (1985, p.309)

E no pensamento deste mesmo autor que encontramos a figura do guardião do imaginário, figura essa que tacitamente podemos associar a Dona Maria José. De acordo com o autor, esse guardião seria responsável por transmitir esse sistema simbólico que compõe o imaginário e de conferir-lhe veracidade ou elemento de coesão grupal. (BACZKO, 1985)

Outro elemento marcante das falas dos entrevistados é a menção ao hino do clube, o mesmo foi composto pelo Deputado Carlos Santos, e todos os entrevistados dizem que o mesmo era entoado nas mais diversas celebrações da entidade e todos os entrevistados souberam cantar, pelo menos um trecho do mesmo. No documento lê-se:

Hino do Rancho Carnavalesco Braço é Braço
Letra de Carlos Santos
Música de Adolpho Corrêa

Mocidade unidos avançar
Pela senda do progresso nós devemos
Na folia somente pensar
E felizes, a vida assim levaremos

Salve colosso Braço é Braço
Terás um nome na história
pois teus filhos a teu traço
Honrado dar-te-ão a glória

Nossos peitos vigorosos e juvenis

Descortinam teus feitos gentis
Cantando o teu brilhante passado
Salve Colosso Braço é Braço
O teu nome majestoso, embalado será, sempre, por sublimes tradições
E tu, por todos admirados
farás de nós, os príncipes dos foliões
Salve Colosso Braço é Braço

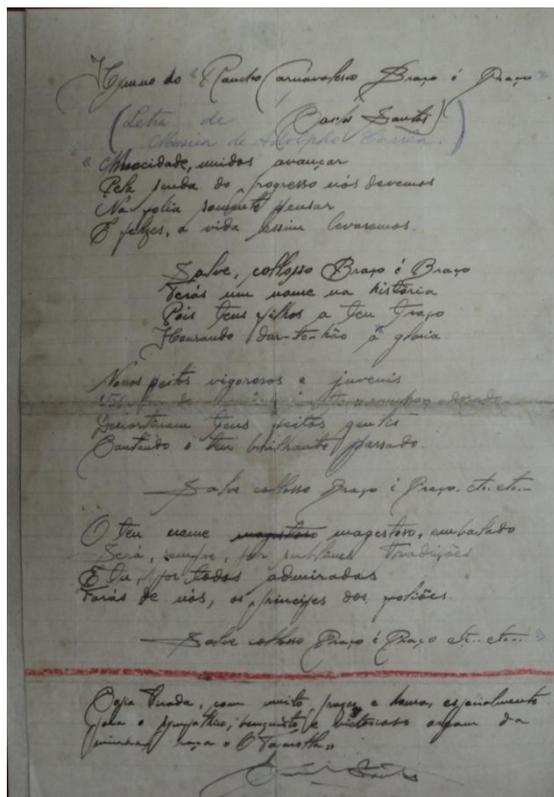


Figura 2 Fotografia do documento contendo o Hino do Braço é Braço

Fonte: Arquivo pessoal de Coriolano Benício, CDH/FURG

O hino dimensiona as características mais marcantes do clube, falam em sua vocação para a alegria, e a glória dos seus associados, elementos que já compunham as aspirações de Carlos Santos, como visto na terceira subseção deste capítulo.

A entrevistada, Dona Amélia Gambeta Leite, de 67 anos (Informação verbal)²⁹, afirmou que o pai, Argeu Leite, enquanto diretor do Clube instituiu que durante o popular, “enterro dos ossos”, ou a “quarta feira de cinzas”, a diretoria do clube se dirigiria ao cemitério com o intuito de celebrar os mortos que passaram pelo clube:

Não sei direito quando aconteceu a primeira vez, mas lembro de em toda a quarta feira de cinzas ir no cemitério, meu pai ia até os túmulos dos conhecidos primeiro, depois dos que ele sabia que tinham sido importantes para o braço, a gente levava flores e velas e meu pai fazia uma oração.

²⁹ LEITE, Amélia G. Entrevista I. [Jan. 2014]. Entrevistador: Matheus Cruz. Rio Grande 2014. 1 arquivos .MP3 (51min)

André Brisolara, também menciona esse acontecimento quando questionado acerca da religiosidade dos membros da entidade, a título de curiosidade ele diz que a quarta feira de cinzas era como o dia dos finados:

Todas direções, sempre foram altamente católicas, tanto que o Braço tinha uma tradição, na quarta feira de cinzas, depois do carnaval, que é o “enterro dos ossos” eles iam visitar os mortos do clube no cemitério, levavam velas, flor, o que tivesse se levava, era como no dia de finados (informação Verbal)³⁰.

A confluência desses dois depoimentos nos remete a Ecléa Bosi (2003), a autora afirma que a memória por vezes funciona como ponto de convergência de nossa história, para a pesquisadora é “[...] o caudal de lembranças, correndo sobre o mesmo leito, guarda episódios notáveis que já ouvimos tantas vezes de nossos avós” (2003, p.70). Uma ata, datada de dois de agosto de 1969, quando naquele momento se discutia as festividades do cinquentenário do clube a seguinte deliberação:

“Foi discutido e aprovado que: No dia 1º de janeiro sera aberto oficialmente as festividades com uma salva de foguetes, **Romaria ao Cemitério**³¹, Assembleia Geral alusiva a data, com a presença dos representantes de nossos co- irmãos C.C.Estrela do Oriente, Recreio Operário e outros...³² (sic)

A mesma ata dá credibilidade ao depoimento de dona Amélia, uma vez que, a nominata dos membros presentes na reunião aponta a presença do senhor Argeu Leite, seu pai. De acordo com o documento:

"NOTA: Os oito itens acima expostos foram discutidos e aprovados pelos seguintes Diretores: Terêncio Perez - Argeu Leite - Luiz C. Baptista- Alcides Farias- Joaquim Silva- Claudio Souza- João Soares- Olavo Cunha- Alfredo Silveira- Francisco de P. Souza- João O. Alves- Helson Silva e Jose Rodrigues. "

Os rituais mortuários estão presentes nas mais diversas culturas, conforme Marcos Oliveira e Marcos Callia (2005) são responsáveis por nos auxiliar a lidar com a morte, os rituais fúnebres traduzem o modo como as culturas lidam com a morte e todas as outras decorrências da fatalidade (saudades, dor, culpa...). Esses mesmos

³⁰ BRISOLARA, André C. Entrevista 1. [Junho. 2013]. Entrevistador: Matheus Cruz. Rio Grande 2013. 1 arquivo .mp3 (60 min.)

³¹ Grifo nosso

³² Ata da reunião ordinária do dia 2 de agosto de 1969 do Clube Cultural e Recreativo Braço é Braço.

autores reconhecem que esses rituais conservam em si não só a morte, mas também a possibilidade de uma nova vida, em uma nova realidade. De acordo com algumas crenças, desta forma, os mesmos são celebrados também vislumbrando que os mortos não mais perturbem os vivos, e em última instância, até os ajudem, afinal “[...] um 'morto feliz' poderá interceder pelos vivos para vencer as dificuldades aqui da terra, uma vez que sua alma habita a morada dos espíritos e das divindades.” (*op.cit.* p.11)

De acordo com Maria das Graças Araújo (2009), as pessoas visitam os seus mortos, no dia de finados, especialmente, alguns motivados pelo anseio de vida após a morte, mas a grande maioria o faz em nome da saudade ou da gratidão. André Brisolará, o qual está atualmente engajado na revitalização do clube, nos diz:

Se os caras daquela época vivessem hoje, o movimento negro teria até dinheiro. Se tivéssemos aqueles homens aguerridos hoje, o movimento negro não seria o que é cara, por que seguinte, tem que botar camiseta, coração. Hoje o que muitos caras fazem, eles começam a gritar, daí o governo vem, dá uma passagem, um cargo, e os cara não gritam mais.(Informação Verbal)³³

A fala de André nos remete ao sentido de gratidão mencionado pela autora, mas também, ecoa uma espécie de saudade de outros tempos, em que, segundo o depoente, os indivíduos eram mais engajados, mesmo que os motivos que os fizessem assim o ser, fossem pessoais, ou as vantagens pessoais que angariariam se assim fosse. (JESUS, 2005).

Muitas são as histórias acerca do clube que nos fogem, seja por falta de documentação, ou pela indisposição dos indivíduos em falar do assunto, encontrou-se muita resistência por parte dos descendentes de antigos membros em conceder entrevistas e mostrar seus pertences. Ouvi histórias sobre o baile "Summer White", o qual teria acontecido em 1976, em que a proposta era que todos se vestissem de branco, o que acabou gerando uma polêmica na comunidade, uma vez que, alguns

³³ BRISOLARA, André C. Entrevista 2. [Junho. 2014]. Entrevistador: Matheus Cruz. Rio Grande 2014. 2 arquivos .mp3 (76min)

membros compreenderam que baile era só para brancos. (Informação Verbal),³⁴ porém não se encontrou nenhum documento que pudesse comprovar o relato. Em parte, acredita-se que por conta das diversas incursões realizadas por pesquisadores e a não efetiva concretização de nada, que não uma lei inócua.

³⁴ SILVEIRA, Rui. Entrevista I. [Ago. 2012]. Entrevistador: Cassiane Paixão. Rio Grande 2012. 3 arquivos .wma (93min)

2.2.1 – O Braço e a relação com outros clubes

Entre os documentos do Arquivo pessoal de Coroliano Benício, atualmente sob a guarda, do Centro de Documentação Histórica da Furg, encontram-se na temática carnaval dois documentos que correspondem a felicitações que a entidade recebeu de outros clubes de Rio Grande por conta de seu aniversário, como é o caso deste:

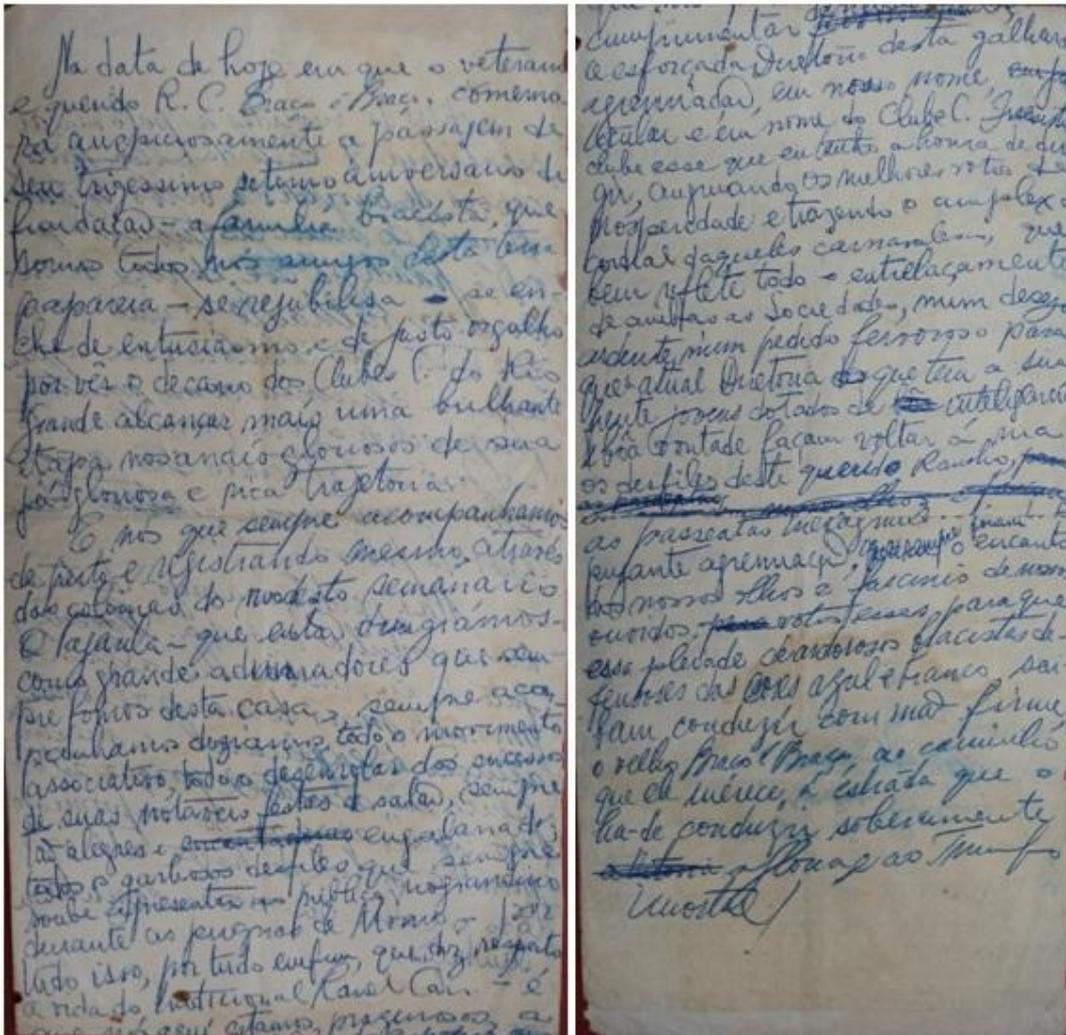


Figura 3 Reprodução da carta enviada pela direção do Clube carnavalesco Irresistíveis a diretoria do Braço é Braço pela ocasião dos 37 anos do mesmo

Fonte: Arquivo pessoal de Coroliano Benício, CDH/FURG

No documento pode-se ler a seguinte mensagem:

Na data de hoje em que o veterano e querido R.C Braço é Braço, comemora auspiciosamente a passagem de seu trigésimo sétimo aniversário de fundação, a família bracista, que somos todos nós, amigos desta terra próspera, se rejubilisa (sic) se enche de entusiasmo e de justo

orgulho por ver o decano dos clubes do Rio Grande alcançar mais uma brilhante etapa nos anais gloriosos de sua já gloriosa e rica trajetória. E nós que sempre acompanhamos de perto e registrando mesmo através das colunas do modesto semanário "O Tagarela" que então dirigíamos como grande admiradores que sempre fomos desta casa, sempre acompanhamos desde o início todo o movimento associativo, todo o desenrolar dos sucessos de suas notáveis festas de salão, sempre tão alegres e engalanadas, todos os garbosos desfiles que sempre soube apresentar ao público riograndino durante as pugnas de momo - por tudo isso, por tudo enfim, que diz respeito a vida do tradicional rancho carnavalesco é que nós aqui estamos prazerosos a cumprimentar a esforçada diretoria desta galharda agremiação, em nosso nome e particular em nome do clube C. Irresistíveis, clube esse que eu tenho a honra de dirigir, augurando os melhores votos de prosperidade e trazendo o amplexo cordial daqueles carnavalescos, que bem reflete todo o entrelaçamento de ambas as sociedades, num desejo ardente, num pedido fervoroso para que a atual diretoria, que tem a sua frente jovens dotados de inteligência e boa vontade, façam voltar a rua os desfiles deste querido rancho e as passeatas desta pujante agremiação, que sempre foram o encanto de nossos olhos e fascínio de nossos ouvidos. Votos esses para que essa plêiade de ardorosos bracistas defensores das cores azul e branco saibam conduzir com mão firme, o velho Braço é Braço ao caminho que ele merece, a estrada que o há de conduzir soberbamente a glória, ao triunfo imortal. (Arquivo pessoal de Coriolano Benício, Documento 288, pasta 65, CDH/FURG)

Diante do documento, fica clara a noção de cordialidade que existia entre os clubes, que apesar de não se verem exatamente como instituições que defendiam os anseios de uma etnia, pareciam se organizar nesse sentido. Quando do cinquentenário do Braço é Braço, a ata de 1º de janeiro de 1970 indica membros representantes dos clubes irmãos. Segue a fala do senhor Félix Saad, representante do Clube Sacarolhas:

O C.C. Sacarolhas não poderia deixar de vir trazer a sua saudação ao seu afilhado pela passagem de seu Cinquentenário e aproveitar para fazer entrega ao presidente de uma pequena lembrança dos Sacarolheiros, que servirá para entrelaçar ainda mais os bons laços de amizade entre padrinho e afilhado³⁵

Os dados coletados nos indicam que as relações entre os clubes eram estreitas, como sugerem Loner e Gill: "Estes clubes mantinham relações com grêmios e clubes carnavalescos de cidades vizinhas como exemplo o *Fica Ai* que visitava o Rancho Braço é Braço de Rio Grande." (2005, p.12) André Brisolaro corrobora tal assertiva, quando menciona em sua entrevista, às vezes em que foi até o Fica Ai, para jogos de futebol entre as entidades ou os bailes. E as relações de

³⁵ Ata da assembléia geral de 1º de Janeiro de 1970

apadrinhamento davam-se por conta da idade do clube, uma vez que, a representação do Clube Saca Rolhas, fundado em 1880 (BITTENCOURT, 2011), chama o Braço é Braço de afilhado, enquanto na fala do representante do Clube Cultural Estrela do Oriente, fundado em 1933, lê-se:

Solicitando o sr. Tenente João Avila orador do C.C. Estrela do Oriente, que fez magnifico discurso saudando a família bracista pela passagem do Cinquentenario do C.C.R. Braço é Braço e ele na qualidade de afilhado vinha trazer a sua saudação os seus respeitos ao seu padrinho aniversariante.³⁶ (sic)

Acredita-se, assim como Jesus (2005), que antes do elemento racial, o que promulgava a interação entre as entidades era o carnaval, uma vez que, o Clube Carnavalesco Saca Rolhas, por exemplo, não pode ser considerado um clube social negro.

Chama atenção, o fato de outras entidades terem se originado do Braço é Braço, como é o caso anteriormente discutido nesse trabalho. Onde o diretor exigiu que para que houvesse a presença do Braço é Braço no carnaval de 1970, deveria haver uma diretoria autônoma, que se responsabilizasse por qualquer eventual problema causado.

A ata da reunião ordinária da diretoria de 29 de outubro de 1969 deixa claro que, as condições exigidas pelo presidente haviam sido acatadas e que já existia uma diretoria constituída.

Prosseguindo com a reunião solicitou a palavra o sr Argeu Leite, que disse ter sua diretoria formada ou mais precisamete (sic) um trio {Viriato} para dirigir os destinos da {precitada} Academia de Samba; Que são: eles Argeu Leite, Nelson da Silva e Lino Soares

Infere-se que, a partir deste momento tenha nascido a "academia Bracista", que funcionou como a face 'de carnaval' do Braço é Braço até o início dos anos 2000.

³⁶ Idem

O posicionamento do presidente Terêncio Perez vai ao encontro do dito por Jorge Ferreira (Informação Verbal),³⁷ esse senhor alega que as diretorias do Braço é Braço eram por demais afeitas à hierarquia e as posições de poder que exerciam.

O braço tinha uma disciplina muito rígida e era hierarquizado pelos mais velhos, então, os rebeldes eram os mais jovens, queriam fazer um carnaval diferenciado, daí surge a Mariquita, o Anjinhos da terra, surge uma série de movimentos carnavalescos.

De acordo com Jorge, essa disposição gerou as dissidências, o entrevistado menciona o bloco de carnaval Anjinhos da Terra e o Bloco da Mariquita, como duas entidades que teriam se originado de rachaduras dentro do braço é braço.



Figura 4 Notícia do site da prefeitura municipal de rio grande, a mesma faz menção ao fato do bloco "As Mariquitas" ser uma dissidência do Braço é Braço

Fonte: <http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes+a098f,,cid-silveira-sera-o-grande-homenageado-do-carnaval-2009.html#.VBnINfidWxU>

Tal assertiva encontra paralelo no estudado por Jesus (2005), em sua pesquisa, essa autora afirma que havia um conflito geracional entre os membros fundadores, os mais antigos e os mais novos, baseados em outros ideais e

³⁷ FERREIRA, Jorge. Entrevista I. [Ago. 2012]. Entrevistador: Cassiane Paixão. Rio Grande 2012. 1 arquivos .wma (34min)

disposições. Conforme ela a primeira geração se inscreveria em uma elite negra³⁸, nas palavras da autora, essa elite era caracterizada:

[...] na realização de eventos culturais, ou seja, festas temáticas, "chás para senhoras", bailes de debutantes e grandes bailes de carnaval de salão. Eram eventos característicos dos clubes sociais freqüentados pela população branca de classe média entre as décadas de 1940 e 1970. Essa primeira geração de diretores mantinha fortes laços que os uniam a algumas figuras políticas locais em relações personalistas. Esse tipo de prática política propiciava, para as associações e para esses agentes, prestígio, visibilidade e outros benefícios. (JESUS, 2005, p.110)

Indo ao encontro do que o senhor Rui Silveira nos diz, sem rodeios, acerca de sua relação com o deputado Carlos Santos e da forma com que o mesmo, conseguiu congrega no Braço é Braço o que ele compreende, como a alta sociedade de Rio Grande.

O dr. Carlos Santos abriu muito espaço para mim, então eu fiquei de amizade com o presidente do Country Clube, do Clube do Comércio, da SAC, Miguel Ramos, que somos amigos até hoje, todos os baile grande que tinha no Braço, eu convidava eles, eles iam, ficava aquele agrupamento muito bonito, da alta sociedade. Eu consegui... não é querer me exhibir, não pensa que é por que eu to falando que eu quero me exhibir, mas eu consegui reunir dentro do Braço é Braço a sociedade, e eles adoravam, até hoje o Miguel Ramos fala que adorava os baile do Braço, e diz que mexiam com ele 'tu não pode dançar, tu é branco' e ele dizia, 'eu sou amigo do presidente'.

Diferente do caso estudado por Jesus, onde o conflito entre as gerações gerou novos direcionamentos políticos e ideológicos nas associações, no caso do Braço é Braço essa contenda foi a responsável pelas dissidências, as quais acabaram por diversificar o cenário de clubes e associações carnavalescas daquele período.

³⁸ De acordo com Jesus: "Elite negra aqui nunca representou uma parcela da população negra de classe média ou com algum status. A possibilidade de pertencer a uma classe média, ter destaque na sociedade e *status*, eram as principais aspirações desses indivíduos. Essa "elite negra" era formada por funcionários públicos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, funcionários da Empresa de Correios e Telégrafos (principalmente carteiros) e ainda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul." (JESUS, 2005, p. 11)

2.3 - Meu amigo, Dr. Carlos Santos.

“O negro afro-brasileiro, de escravo trazido nos porões dos navios lusos que aqui aportavam em busca de riquezas, continua a sina de ser transportado nos ônibus, nos trens e nas barcas superlotados, como gado, porque é, ainda, em sua imensa maioria, pobre, proliferando nas malocas e nos morros, realizando as atividades laborativas mais perigosas, mais penosas e mais desvalorizadas, embora no verso da música popular logre morar ‘bem pertinho do céu’...”. (SANTOS, Carlos, Diário do Congresso Nacional, 1982).

Como já mencionado neste trabalho, a figura do Deputado Carlos Santos é elemento diretamente associado ao clube e aos indivíduos, que com o mesmo conviveram por conta da afiliação do político às trincheiras da entidade. Ter sido amigo do Dr. Carlos Santos é elemento de identidade daqueles que lembram a partir da instituição. Como nos deixa claro o senhor Rui, ao dizer que o político lhe abriu muito espaço entre a sociedade riograndina e indica amigos que fez por conta da amizade com o deputado: “O Dr. Carlos Santos abriu muito espaço para mim, então eu fiquei de amizade com o presidente do Country Clube, do Clube do Comércio, da SAC, Miguel Ramos, que somos amigos até hoje...” (Informação Verbal)³⁹ e demonstrar a título de prova de sua amizade o telegrama enviado pelo parlamentar, demonstrando preocupação com a saúde de sua mãe enferma em dado momento.

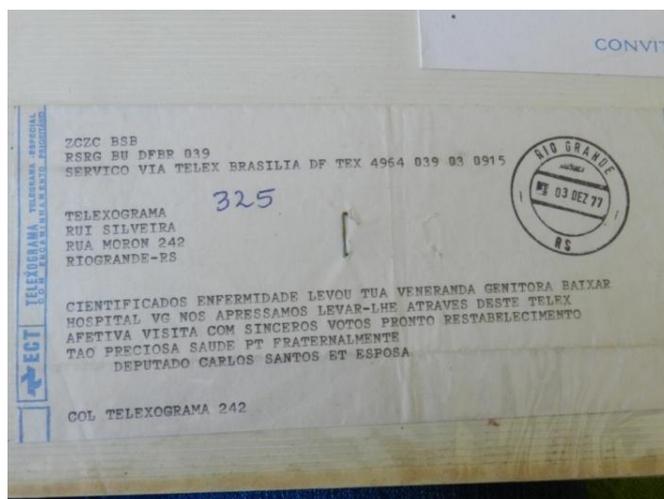


Figura 5 Telegrama endereçado ao senhor Rui Silveira pelo Deputado Carlos Santos

Fonte: acervo pessoal do Senhor Rui Silveira

³⁹ SILVEIRA, Rui. Entrevista I. [Ago. 2012]. Entrevistador: Cassiane Paixão. Rio Grande 2012. 3 arquivos .wma (93min)

No telegrama que o senhor Rui guarda com carinho lê-se:

Certificados enfermidade levou tua veneranda genitora baixar hospital vg nos apressamos levar-lhe através deste telex afetiva visita com sinceros votos pronto restabelecimento tao preciosa saude PT fraternalmente. Deputado Carlos Santos ET Esposa (sic)

Tal demonstração vai ao encontro da assertiva de Errante a qual se reproduz:

Narrativas revelam o alinhamento dos narradores com certos indivíduos, grupos, idéias e símbolos através dos quais eles externalizam seus maiores valores, qualidades positivas e de orgulho para si mesmos. Narrativas também revelam as dissociações dos narradores com "outros" indivíduos, grupos, idéias, e símbolos através dos quais eles externalizam as partes menos favoráveis de si mesmos. (2000, p. 142)

Vê-se, na contemporaneidade, a imagem do político fortemente arraigada ao clube, como é possível vislumbrar no material de divulgação abaixo, que versava sobre as comemorações da Semana da Consciência Negra de 2013.

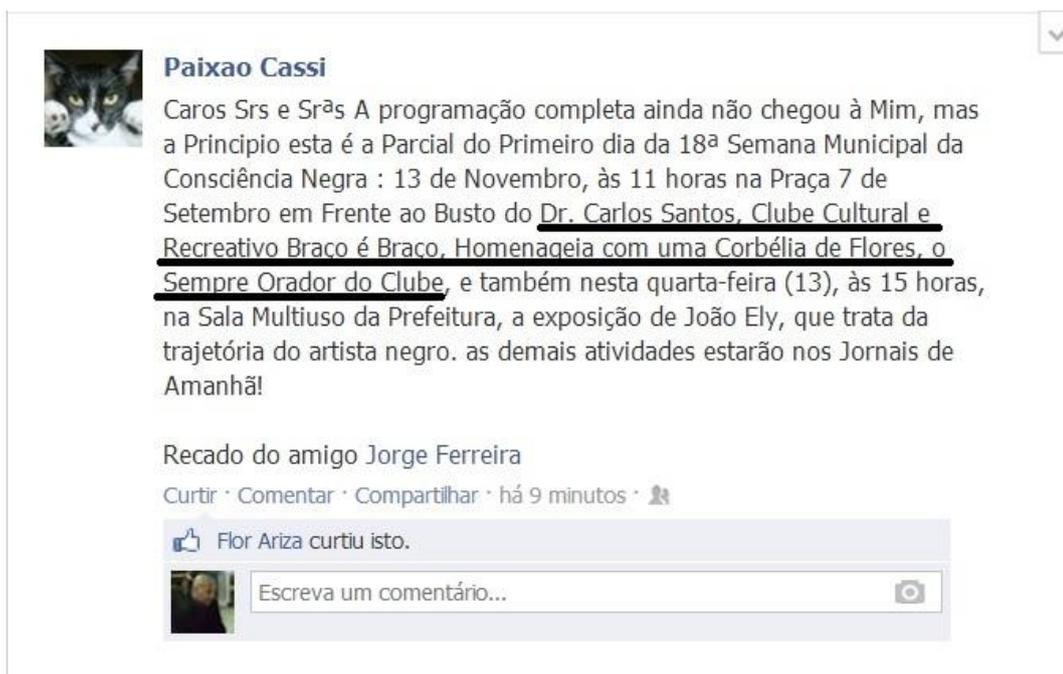


Figura 6 Divulgação eletrônica das festividades da semana da consciência Negra, fazendo alusão à relação do clube com o Político.

Fonte: Fanpage do Clube Cultural e Recreativo Braço é Braço no Facebook

Além da posição como político, indagou-se o motivo deste indivíduo ser tão caro para os antigos membros do clube, e mesmo para os poucos contemporâneos ainda engajados em sua revitalização. E acredita-se em parte, não só o uso que fazia das palavras encantou aqueles membros, mas também, a forma com que

operava o uso de sua imagem, à qual trazemos uma transcrição da entrevista, que o deputado prestara ao colunista Mendes Ribeiro, do periódico Zero Hora de 14 de janeiro de 1973, de acordo com a matéria veiculada:

Aliás, quando fui deputado classista, também minha instrução era primária, e houve uma passagem muito interessante em Belo Horizonte. Aconteceu o Segundo Congresso Eucarístico Nacional, onde fui representante do Rio Grande do Sul, apenas para trabalhar nas comissões. Mas o programa foi alterado na sessão solene de encerramento e acabei na tribuna de honra, no maior auditório que já vi em minha vida (mais de duzentas mil pessoas), na praça Raul Soares. Quando me deram a palavra, anunciaram: "Vai falar o Dr. Carlos Santos". comecei com uma tirada que, convenhamos, tinha algo de demagógica, embora refletisse a verdade e colocasse em pauta a humildade que busco ter. "Peço permissão para retificar. Se sou doutor, sou formado por uma universidade diferente, a do trabalho. O diploma está nos calos de minhas mãos. Saí no colo, ovacionado, da tribuna. Jamais vou esquecer o episódio

Para além do exposto, o pensamento deste indivíduo permeou muitas das ações desenvolvidas, pelo clube durante décadas. Desta forma, julgou-se pertinente explorar sua figura, para melhor compreensão dos motivos pelos quais, é tão venerado dentro das memórias, daqueles que utilizam o clube como vetor das mesmas.

De acordo, com Elvo Clemente e Eni Barbosa (1994), Manoel Ramão Conceição dos Santos e Saturnina Bibiana Silva Santos eram de Pelotas. Ele carpinteiro, ela professora de música, sendo Carlos seu quinto filho, nascido em 9 de dezembro de 1904. Os mesmos autores sugerem que o casal migrou para Rio Grande ainda no séc. XIX.

Com o falecimento do pai em 1905, transcorreu-se um tempo de diversas dificuldades, que acarretaram inclusive, em sua educação, posto que, segundo Décio Neves (1981), ele teria sido alfabetizado pela irmã e apenas mais tarde frequentado escola regular, diante da necessidade de contribuir com as despesas domésticas e, portanto, o trabalho na Oficina Dias, localizada no estaleiro naval. Em 1928 casa-se e dessa união são gerados cinco filhos.

De acordo com Luiz H. Torres (2004), Carlos Santos, inspirado pelo avô, aproximou-se da política e da oratória, e em 1930 destacou-se no movimento sindical, tendo até recebido o cargo de fiscal do ministério do trabalho. De posse do

referido cargo, dedicou-se a investigar e fiscalizar o tratamento recebido pelos empregados por parte dos patrões. O mesmo autor assevera que, em 1934 o sindicalista abdicou de alto salário e cargos em nome da continuidade de suas atividades sindicais. Nas palavras do próprio:

Formei entre os primeiros que tomaram a si a incumbência de angariar o operário no Rio Grande. Era a ampliação do meu ideal. Organizei minha classe, fundando ali o Sindicato dos operários Metalúrgicos. Fui seu primeiro presidente e, mais tarde seu secretário geral. (SANTOS, 1934, p. 17)



Figura 7 Carlos Santos em discurso no paço municipal do Rio Grande, saudando o Prefeito Dr. Antônio Rocha de Meirelles Leite, em 1939

Fonte: CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. Carlos Santos: uma biografia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994

Ainda nessa trajetória, em 1935 foi eleito deputado classista representando os metalúrgicos, pelos quais vinha lutando desde o início de sua carreira, cumprindo o mandato até 1937, quando da dissolução das assembleias estaduais por Getúlio Vargas. Com o fechamento dessas, fez-se necessário seu retorno à Rio Grande, onde, por convite do prefeito e devido às necessidades básicas, trabalhou como fiscal de alunos no Ginásio Lemos Júnior. Clemente e Barbosa (1981) sugerem que

devido sua desenvoltura e bom relacionamento, logo passou a secretário do estabelecimento. Nesse mesmo período registrou-se também sua colaboração em periódicos como *O Tempo* e *Rio Grande*, tendo dividido seu tempo também com o movimento sindical.

Os mesmos autores alegam que em 1939, Carlos Santos, fazendo-se valer da legislação vigente, artigo 91 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (supletivo), completou o 3º e 4º ano Secundário no Ginásio do Rosário e realizou “O Clássico” no Ginásio Lemos Júnior tornando-se bacharel em letras em 1945. Em 1946, ingressou na escola de Direito de Pelotas, e em dezembro de 1950, completou o curso de Ciências Jurídicas e Sociais, assomando 46 anos de idade. Foi orador da turma e seu discurso gerou comoção na solenidade de colação de grau. A posterior publicação do mesmo e o prefácio aqui transcrito dão conta do impacto causado pelo discurso:

A presente publicação do notável discurso de Carlos Santos, como orador da turma de bacharéis de 1950 da Faculdade de Direito de Pelotas, da Universidade do Rio Grande do Sul, é iniciativa de um grupo de amigos e admiradores do consagrado tribuno rio-grandense, que, em menos de três lustros, traçou uma trajetória impressionante, que vai da humildade de uma oficina mecânica às culminâncias da Assembléia Legislativa do Estado e, repontando com brilho no seio do jornalismo crioulo, atinge, finalmente, as honras do Cultor do Direito. A verdadeira consagração de que foi alvo o orador no Teatro 7 de Abril, de parte da culta sociedade pelotense, e a excepcional repercussão provocada dentro e fora de Pelotas, pela brilhante oração de Carlos Santos, bem justificam a iniciativa dos promotores da maior divulgação de seu magnífico trabalho, o que fazem como homenagem de apreço e admiração ao ilustre rio-grandino, bem digno de ser apresentado como exemplo vivo de Força de Vontade. (TORRES, 2004 p. 51)

O advogado exerceu a profissão na comarca de Rio Grande por 9 anos.



Figura 8 Carlos Santos no quadro de formatura dos Bacharéis em Direito da escola de Pelotas em 1950

Fonte: Assembléia legislativa do R.S

Em 1959 fez-se Deputado Estadual pelo PTB e reeleito 1963 e em 1967, já pelo MDB. Neste momento foi eleito Presidente do Legislativo, sendo assim, com prerrogativas para substituir o Governador do Estado. E desta forma, em março daquele ano, foi convocado a assumir o Governo do Rio Grande do Sul, por viagem do Governador. Carlos Santos era do MDB partido de oposição à ARENA - representado pelo Governador. Políticos ligados ao Governador, não queriam que um opositor assumisse e os oposicionistas não aprovavam a sua posse para substituir um interventor federal. Neste período, como presidente do Poder Legislativo presidiu a inauguração da nova sede do Palácio Legislativo do Rio Grande do Sul. Foi o primeiro negro a ser eleito presidente da Assembleia Legislativa e a ocupar o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Após ser reeleito para o período de 1971-1975, concorreu a Deputado Federal sendo eleito para o mandato no íterim de 1975-1978.



Figura 9 Carlos Santos despachando como Governador do Rio Grande do Sul.

Fonte: TORRES, Luiz Henrique. Carlos Santos: trajetória biográfica. Porto Alegre: CORAG, 2004. P.203

De sua atuação na assembleia, destacam-se três frentes, nas quais o parlamentar foi mais atuante, das quais foram: Os idosos e suas condições, os pescadores e seus ganhos sazonais e por fim, a que é foco deste trabalho, o orgulho em ser negro e o racismo.

Carlos Santos, em parte ganhou, notoriedade pelo orgulho em ser negro e assumiu a promoção da igualdade, uma de suas bandeiras mais visíveis, como fica claro em seu discurso na sessão solene de 11 de junho de 1936, quando da instalação do centro cultural Marcílio dias em Rio Grande. Nesse momento, Carlos Santos diz não precisar exaltar os feitos da guerra da Tríplice Aliança, mas sim, falará de um herói negro, um dos poucos:

Senhores, o acanhado da minha inteligência, realçado pela nulidade da minha palavra, não comporta o histórico deste drama gigantesco de que Riachuelo foi um dos lances mais arrojados. Eu não vos falarei, por isso, desta jornada soberba, que exigiu do Brasil o sacrifício de 80.000 vidas de bravos compatriotas nossos, que se ofereceram em holocausto à honra, à integridade e à moral da Pátria brasileira. Eu não me ocuparei, por isso, dessa epopeia majestosa, que iniciada em 1864 prolongou-se até 1870, repassada de episódios notáveis, que fizeram ressaltar, repetidas vezes, a bravura indômita da nossa gente e o valor sem par de um Caxias, um Tamandaré, um Osório, um Barroso. Eu não vos falarei mesmo desta prova fulgente do valor hercúleo dos nossos soldados, que foi a batalha de Riachuelo, e que passou para a História como um dos maiores feitos das

armas brasileiras. Eu vos falarei, apenas, egoisticamente, deste jacarandá humano de florestal de civismo e de valor, do negro glorioso, que, na expressão feliz de Edgar Fontoura, marcou “a hora culminante da glória naquele mostrador imenso do patriotismo brasileiro”: Marcílio Dias. (SANTOS, 1934. P.102).

Registra-se que, apesar de não termos encontrado dado nenhum que sugerisse uma política pública, advinda do deputado para esta questão, como é o caso dos pescadores, por exemplo. Encontrou-se sim um pensador da condição do negro, um ativista das causas daqueles que, como o próprio asseverou a ser transportados em ônibus e barcas superlotados, em busca dos subempregos como eram transportados os escravos nos navios europeus, que viu na política um meio de concretizar tal sonho:

Tem, de fato, a política, o papel primordial no escopo superior da ascensão do negro brasileiro. Ele tem de ser convocado, aproveitado, dignificado no setor político como cidadão, na mais rigorosa igualdade de condições, sob a égide do direito da absoluta igualdade que a Lei lhe outorga, co-artífice que foi, pelo sangue, pela ternura, pelo sofrimento e pela renúncia da obra gloriosa da construção da pátria nacionalidade. (TORRES, 2004, p.51)

Mas também, como o bardo tentou inspirar, como podemos perceber de sua atuação no Braço é Braço, a qual fica ilustrada no prefácio do livro que reúne alguns de seus discursos:

E por 10 anos fui orador oficial de um cordão. Mas não era o Carnaval o motivo da minha atividade ali; um ideal superior e uma aspiração mais nobre eu deixava transparecer através das minhas palavras: o soerguimento moral e cultural da minha raça, da minha sociedade e, conseqüentemente, da minha família, para que o negro, engrandecido pela instrução, glorificasse, ainda mais o Brasil, imortalizando de forma concreta a obra soberba, humana e cristã de José do Patrocínio e de toda a plêiade ilustre de batalhadores leais, que antes haviam lutado pela extinção da escravatura no Brasil. (SANTOS, 1934, p14)

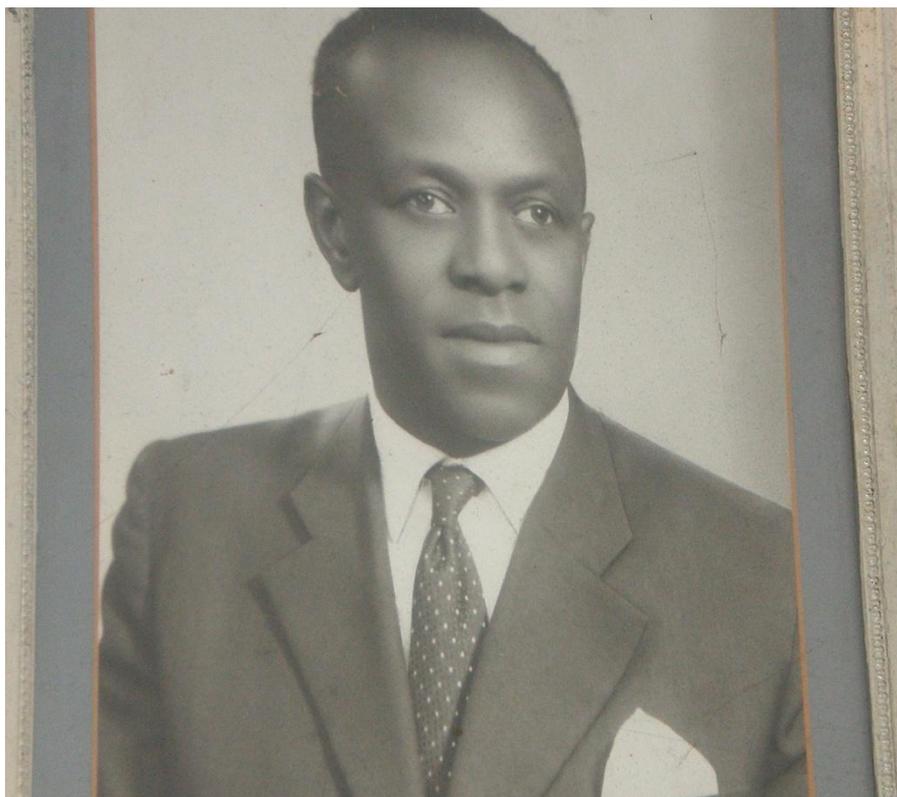


Figura 10 Carlos Santos, que até hoje decora uma das paredes da sede do clube
Fonte: Arquivo Pessoal de André Brisolará

Na fala do seu Rui Silveira depreende-se que, a mensagem do político ainda permeia o imaginário do indivíduo, o mesmo demonstra com orgulho o recorte de jornal que fala de si e do quão elegante este era, por conta da instrução do parlamentar. De acordo com ele:

O Clube do comércio era um clube muito fechado, para negros né, então nós fomos os primeiros negros a dançar no clube do comércio. [...] Sempre teve um comentáriozinho, "a negrada tomou conta". Mas tinha uma coisa, os guris sempre tiveram muita postura, eu exigia muito deles, como o Dr. Carlos Santos exigia da gente, prova que hoje, um é médico, o Edilon, o Arcanjo é engenheiro, o meu irmão funcionário da Caixa Federal, a minha secretária é formada em enfermagem. (Informação Verbal)⁴⁰

E ao demonstrar o recorte, seu Nenê ainda interpela “eu não te falei, está aqui ó, o negro quando está em gala é muito elegante, carrega uma rosa na lapela.”

⁴⁰ SILVEIRA, Rui. Entrevista I. [Ago. 2012]. Entrevistador: Cassiane Paixão. Rio Grande 2012. 3 arquivos .wma (93min)

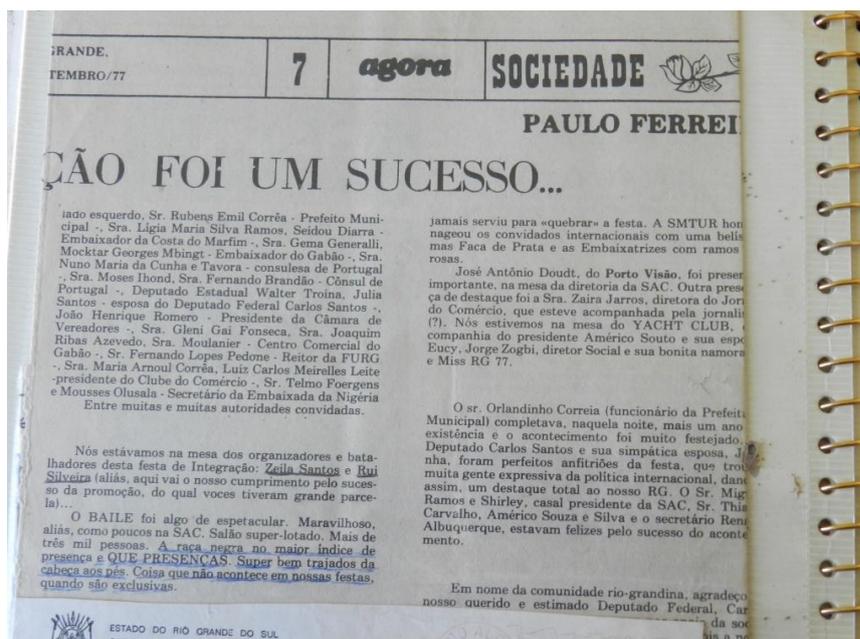


Figura 10 Recorte do jornal Agora de 18 de setembro de 1977.

Fonte: Acervo pessoal do Senhor Rui Silveira

Como asseverou Jesus (2005) compreende-se a educação como um elemento de extrema força dentro das associações negras, e de diversos usos políticos, como se pode verificar na fala do Sr. Rui acerca da colocação social de seus irmãos e familiares mais próximos. De acordo com a autora:

A composição de titulação escolar tem uma infinidade de usos políticos. Esses títulos podem adquirir novos significados e usos quando utilizados e inseridos pela militância, isso pode resultar em configurações próprias, tanto para a carreira profissional quanto para a carreira de militante. (JESUS, 2005 p.81-82)

Além disso, o estatuto da entidade que apregoa como um dos seus fins: “Manter aulas para sócios e seus filhos: curso de alfabetização, primário, admissão ao ginásio, datilografia, corte e costura, bordados, arte culinária, trabalhos manuais, etc.”⁴¹

André Brolara, que frequentou o clube por décadas, também confirma a informação acerca da educação como mote do clube, apesar de na fala do entrevistado, a prática não parecer tão formal quanto sugere o estatuto:

⁴¹ Estatuto do Clube Cultural e Recreativo Braço é Braço

Nós éramos guris, íamos para dançar, mas lá pelas tantas vinha o Dejour e perguntava: 'guri, como tu ta no colégio? Tem que estudar', E tinha umas negas formadas, que iam lá para alfabetizar, que a negrada era meio truculenta, dos anos 30 até os anos 80 mais ou menos, muita gente se alfabetizou lá no Braço, aprendeu profissão dentro do Braço, as mulheres tricot e crochê, os homens tinham curso até de oratória (Informação Verbal)⁴²

O deputado carrega consigo que a discriminação no Brasil, sempre foi distorcida (SANTOS, 1934), ao ponto de ser aceita corriqueira a generalização do comportamento. Criticava também, a aplicação da lei Afonso Arinos e dizia que a mesma não contemplava o mínimo das necessidades do negro, uma vez que não compreendia o racismo como crime e sim como contravenção Indo ao encontro de proposições como a de Lilia Schwarcz que nos diz: “[...] falta de cláusulas impositivas e de punições mais severas, a medida mostrou-se ineficaz até mesmo no combate a casos bem divulgados de discriminação no emprego, escolas e serviços públicos.” (1998, p.209).

E a mesma situação é verificada também, na constituição de 88, segundo essa autora, posto que, só são consideradas discriminatórias ações tomadas em público. Ou seja, para ser imputável é necessária uma testemunha e ainda a ação de um agente da lei, para registro do ocorrido. Tais mazelas da legislação só vieram a ser sanadas em 2010 com a instituição da lei 12.288 de 2010, o Estatuto da Igualdade Racial.

As políticas públicas de combate ao racismo e a segregação da população negra encontram o hiato entre 1988 e 2010, por conta do que Santos deixa claro em seu discurso de despedida da Câmara federal. O Parlamentar diz só ter visto, em seu meio século de vida pública, duas cabeças negras na câmara de Deputados, dois entre 420. O tribuno ainda afirma que, podem ter havido outros negros ali, porém estavam camuflados, talvez por medo das consequências que a autodeclaração de ser negro pudesse lhes acarretar. Sua argumentação ganha força, quando o mesmo afirma que não fora a falta de capacidade que legou menos

⁴² BRISOLARA, André C. Entrevista 2. [Junho. 2014]. Entrevistador: Matheus Cruz. Rio Grande 2014. 2 arquivos .mp3 (76min)

de 0,5% das vagas daquela casa a indivíduos de pele escura, mas sim a situação de subjugação a que se encontravam os seus confrades naquele momento histórico. No mesmo discurso, o deputado critica a falsa democracia racial e frisam as três vezes em que se dirigiu ao presidente, pedindo que não afirmasse a inexistência de racismo, mas sim que se dispusesse a lutar em nome daqueles que sofrem com o mesmo todos os dias, seja em seus espaços de trabalho, ou por conta de receberem salários menores, exercendo as mesmas funções dos brancos. E encerra sua fala da seguinte forma:

Mas combatê-lo à moda brasileira e não trazer de fora figurinos que não se adaptam à nossa realidade. É preciso resolver os problemas do negro de acordo com nossa realidade sócio-econômica-social. Em São Paulo já se percebem movimentos de rebeldia dos negros contra certos parâmetros que estão aí a inibir-lhes a evolução e a efetiva participação na vida nacional. Mas, se o governo não vier agora, enquanto é tempo, trazer sua compreensão, sua colaboração para o problema, vai criar um problema social que poderá atingir proporções críticas

Após essa breve explanação, ousa-se concluir que, Carlos Santos é figura tão presente nas memórias dos bracistas, não só por conta de suas conquistas e lugares alcançados na sociedade, naquele momento tão difícil, para um jovem negro e pobre, mas também pela vanguarda de seu posicionamento diante de questões tão sensíveis como o racismo e o orgulho de ser negro. Sua trajetória é notória e se mostrou inspiradora, pelo menos naquele nicho cultural, o qual declaradamente pretendia servir de exemplo.

Cabe ressaltar que a trajetória do político descrita até aqui é sem falhas, típica de um herói, e tal abordagem se insere na lógica de uma “velha história” (PESAVENTO, 2006). Entretanto, é imperativo que também seja vislumbrada a imagem deste indivíduo como ela é compreendida pelos atores que frequentaram a instituição. Carlos Santos é um herói, é representação, a forma como foi descrito aqui vai ao encontro dessa disposição, e pode-se compreender que seja visto dessa forma, pois: [...] a presença africana no cotidiano histórico e na cultura brasileira é imensa, e temos limitações para compreendê-la, devido à ausência de história africana nas escolas, universidades e movimentos políticos. (CUNHAJR, 2003)

Mas também, se considerados os pressupostos que se fez neste trabalho acerca das escolhas patrimoniais, fica evidente que os negros foram alijados também de seus referenciais culturais, pois em se tratando de cultura e patrimônio, muitas vezes: [...] só interessa defender o que é louvável em cada colectividade. A manutenção de valores e ideologias ligadas às tradições, muitas vezes incorre na cristalização de conceitos. (ABADIA, 2010 p. 14)

Sabemos que a escravidão que pairou no Brasil, desde o seu descobrimento não é louvável, o branqueamento também não o é, o culto aos orixás agride uma maioria tradicional, que comanda as mais diversas esferas da vida social brasileira, enfim, não há necessidade de um herói negro, quando se vive uma democracia racial ilusória, que só é justa para os que não moram em favelas ou abarrotam os presídios do país.

Figura 11 localização do Braço é Braço em Rio Grande, tendo como ponto de partida a Rodoviária da cidade.

Fonte: Google Maps

Entretanto, a sede do que um dia foi o clube, encontra-se em desuso, em péssimas condições de conservação, adereços de antigos carnavais e documentos espalhados pelo chão, muitos deles já sem utilidade prática ou documental. Diante de tal cenário, o primeiro dos questionamentos surgidos, foi qual seria o motivo dessa instituição encontrar-se em estado tão precário, uma vez que goza de um passado rico, e deveria estar amparado pela legislação municipal. O senso comum costuma apresentar-se de forma arrebatadora nesses momentos e fomos diretamente levados à ideia de racismo, por parte das instâncias que tratam das escolhas no patrimônio, no entanto nos pareceu acertado investigar a concepção dessa lei, em que parâmetros foram pensados, por quem, para quem. E essa ideia é a que desenvolveremos a seguir.



Figura 12 Fachada da Sede do Clube atualmente

Fonte: Acervo Pessoal de Cassiane Paixão



Figura 13 Outro ângulo da fachada

Fonte: Arquivo Pessoal de Cassiane Paixão

Inicialmente, presumiu-se que a lei que torna o Braço é Braço patrimônio cultural da cidade de Rio Grande pudesse ser reflexo do 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, de acordo com Escobar (2010) esse evento foi pautado por três eixos, a saber: Clubes e sociedades negras, centros de cultura afro, Ecomuseus e museus comunitários. De acordo com a autora essas discussões deram-se:

[...] com o objetivo de promover a visibilidade dos clubes em âmbito nacional, fazer um diagnóstico da situação dos mesmos, com vistas ao fortalecimento desses espaços de memória, identidade e resistência negra, criando uma rede nacional de clubes negros, apontando caminhos. (ESCOBAR, 2010 p. 148)

A autora conclui que este evento, além de ser a mola propulsora para a Carta de Santa Maria⁴⁵, responsável pela formatação de diretrizes para as sociedades negras, este evento inaugurou o que a autora chama de “Movimento Clubista”, que a

⁴⁵ Documento elaborado pelos representantes dos Clubes Sociais Negros, presentes no 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, realizado em Santa Maria, em novembro de 2006. Este documento apresenta as demandas e sugere estratégias para a revitalização dos clubes.

partir daquele momento passou a articular-se enquanto um ente político e organizado. Deste encontro, várias das diretrizes elencadas sugerem uma articulação no sentido de elevar este clube ao patamar de patrimônio, tais como;

- Reconhecimento dos clubes e sociedades negras como Patrimônio Histórico e Cultural Afro-Brasileiro, com encaminhamento para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN e Fundação Cultural Palmares, conforme os Artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988.
- Revitalização dos espaços físicos dos clubes e sociedades negras, a partir da abertura de linha de crédito específica em bancos estatais, com carência e a fundo perdido;
- Criação e manutenção de uma “rede nacional de clubes negros”, para troca de informações e experiências, através do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O cenário proposto aqui se julgou ser motivo o suficiente para impulsionar a mobilização da comunidade, em torno de um projeto de tombamento do Braço é Braço, no entanto André Brolara não menciona em nenhum momento, a influência desse encontro, apesar de a proposta versada pelo mesmo se encaixar perfeitamente na proposta que o Braço é Braço, naquele momento tentava emplacar:

Essa foi uma briga que a gente começou né, daí falamos com os vereadores aí da câmara, com o presidente, falamos com o prefeito, que mais nos deu apoio, Janir Branco, a gente teve acesso a prefeitura, ele colocou a jurídica da prefeitura a disposição, o cara fez a lei e tal...Nós dissemos ‘queremos que o prédio seja patrimônio’ e eles disseram, ‘por que vocês não tombam o clube, daí vocês podem mexer no prédio’, nós dissemos, ‘tá, tudo bem’. Sabe como é branco né, devem ter pensado ‘se isso virar patrimônio vamo ter que acabar investindo lá’⁴⁶

Sendo assim, decidiu-se estudar o processo que culminou nessa legislação, e alguns dos motivos que levaram a ação a não ser bem sucedida.

⁴⁶ BRISOLARA, André C. Entrevista 2. [Junho. 2014]. Entrevistador: Matheus Cruz. Rio Grande 2014. 2 arquivos .mp3 (76min)

3.2 – A lei nº 6.410 de 2007

Com o intuito de compreender como se deu a concepção da lei que transformou o Braço é Braço em patrimônio cultural da cidade, recorreram-se as atas de reuniões da câmara de vereadores, acreditando que ali seria descrito o processo e motivações para que a lei fosse concebida, inclusive esperava-se encontrar a menção ao 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras. Entretanto a ata que coloca em votação o projeto proposto pelo Vereador Carlos Fialho Mattos, (Ata nº 8019, Anexo C deste documento) não menciona em nenhum momento, qualquer tipo de influência advinda desse documento, apesar de poder-se inferir que o encontro gerou nas lideranças desses clubes, subsídios para reivindicarem a elevação do clube ao status de patrimônio cultural. Tal inferência justifica o engajamento naquele projeto dos membros do clube, como deixa clara a Ata 8018 da câmara, que registra a presença da diretoria na casa:

O Senhor Presidente solicitou ao Vereador Júlio César Pereira da Silva para que repasse ao Vereador Carlos Fialho Mattos, autor do referido Projeto, os documentos que faltam. Em Questão de Ordem, o Vereador Wilson Batista Duarte da Silva, comentou que o Projeto, segundo as atividades da Comissão, está dentro do prazo e não entende o porquê do mesmo ser inserido na Ordem do Dia e, tampouco, o porquê da presença da Diretoria do Clube nesta Casa, gostaria de saber quem convidou. Em Questão de Ordem, o Vereador Carlos Fialho Mattos comunicou que fora ele quem convidou a Direção do Clube, pois segundo informação, o Projeto seria votado, hoje. (Ata 8018 da Câmara de Vereadores de Rio Grande, em 06 de junho de 2007. Fonte: Câmara de Vereadores de Rio Grande)

Assomam-se aqui os votos e as justificativas dos vereadores favoráveis ao ato, foi unânime a decisão, porém a leitura das justificativas nos permite certas inferências as quais procederemos a seguir:

Em Questão de Ordem, o Vereador Carlos Fialho Mattos solicitou a preferência para o referido Processo, uma vez que, é autor do mesmo. Retomando a palavra, o Senhor Presidente colocou a preferência em votação simbólica, tendo sido aprovada por unanimidade e, a seguir, o colocou em discussão e, depois em justificativa de voto. Em justificativa de voto, assomou a tribuna, o Vereador Carlos Fialho Mattos, cumprimentando a Diretoria do Clube Braço é Braço, sintetizando um breve histórico daquela entidade, esclarecendo que o mesmo foi fundado em primeiro de janeiro de mil novecentos e vinte, evidenciando sua função cultural, étnico e social. Registrou, como autor do Processo, seu voto favorável e, na ocasião, o ilustre edil solicitou apoio aos demais colegas. Prosseguindo, em justificativa, assomou a tribuna, o Vereador Wilson Batista Duarte da Silva, mencionando seu voto favorável, esclarecendo que aquela sociedade, não apenas, integram negros, mas também, brancos e, possui muitos amigos daquele Clube. Certamente, declarado Patrimônio Histórico e Cultural, o

Clube Braço é Braço contará com o apoio em recursos do Executivo Municipal e da Câmara dos Vereadores, considerando seu reconhecimento social. Encerrou seu discurso parabenizando sua Diretoria. Logo a seguir, em justificativa, assomou a tribuna o Vereador Charles Saraiva, o qual mencionando a sua raça, esclareceu que se sente muito feliz, uma vez que, desde que chegou nesta Casa, a Diretoria do Clube vem mantendo contato, lembrando que, tempos atrás, foi aprovada a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Raça Negra. Encerrou seu pronunciamento, comentando que, hoje, registra seu apoio, através do voto favorável ao Processo em justificava. A seguir, em justificativa, assomou a tribuna, o Vereador Cláudio José Cardoso Costa que, na oportunidade, fez um breve relato sobre o histórico do Clube Braço é Braço, sua função cultural, étnica e social e, a Declaração de Patrimônio Histórico Cultural e, a possibilidade, através desta Declaração garantir direito de buscar recursos para a manutenção e perpetuação do Patrimônio para as futuras gerações. Encerrou sua justificativa, registrando seu voto favorável. E, finalmente, ainda em justificativa, assomou a tribuna, o Vereador Jurandir Pereira, o qual registrou seu voto favorável e, a surpresa em saber a data de fundação do Clube, mil novecentos e vinte, e ainda, como sendo o mesmo, tão antigo, não havia sido considerado Patrimônio Histórico Cultural, a exemplo de outros clubes mais novos. Encerrou sua justificativa, argüindo que, realmente, nunca será tarde para se evidenciar reconhecimento. Não havendo mais vereadores inscritos para justificar, o Senhor Presidente colocou o Processo sob nº 898/07 em votação nominal, tendo sido aprovado com oito votos favoráveis, conforme Vereadores descritos: Vereadores Charles Saraiva; Jurandir Pereira; Carlos Fialho Mattos; Cláudio José Cardoso Costa; Delamar Corrêa Mirapalheta; Júlio Cezar Jorge Martins; Moisés Marimon Espíndola e Wilson Batista Duarte da Silva. (Ata 8019 da Câmara de Vereadores de Rio Grande, em 11 de junho de 2007. Fonte: Câmara de Vereadores de Rio Grande)

Da fala do vereador Wilson Batista Duarte da Silva, lê-se a sua disposição a acreditar em uma democracia racial, a justificativa do vereador, quando este diz que não só negros frequentam o clube, mas também brancos incorre no que Joaze Bernardino, chama de a segunda consequência do crédito a esse mito, o autor nos diz:

[...] em lugar da raça, admite-se que existe no Brasil apenas uma classificação baseada na cor, que pretende ser encarada como uma mera descrição objetiva da realidade sem implicações político-econômico-sociais, tais como discriminações e preconceitos. (2002, p. 255)

Já o vereador Charles Saraiva menciona o Conselho Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural da Comunidade Negra⁴⁷, tal conselho tem dentre suas atribuições:

⁴⁷ Anexo D.

- I. Formular diretrizes e promover atividades que visem à defesa dos direitos da comunidade negra, à eliminação das discriminações raciais contra qualquer grupo humano, seja a nível público ou privado, bem como lutar para conseguir a plena inserção das pessoas negras na vida sócio econômica, política e cultural do município e do estado e do país;
- II. Assessorar os poderes públicos nas questões específicas que envolvam a comunidade negra, visando à defesa dos seus direitos e interesses;
- III. Desenvolver estudos, debates e pesquisas relativos às problemáticas da comunidade negra;
- IV. Sugerir medidas que visem assegurar e ampliar os direitos da cidadania da comunidade negra, pela eliminação de práticas e dispositivos discriminatórios;
- V. Fiscalizar e tomar providências para o cumprimento da legislação favorável aos direitos da comunidade negra;
- VI. Desenvolver projetos próprios que promovam a participação da comunidade negra em todos os níveis de atividade;

A fala do vereador e o transcrito acima sugere o entendimento de que tal órgão deveria ter feito esta proposição há muito. Levando-nos, ao depoimento do vereador Jurandir Pereira, o qual se surpreende com a trajetória do clube, bem como alega não compreender o motivo de o Braço é Braço ainda não ter sido elevado à categoria de patrimônio, uma vez que clubes mais novos já o tinham sido. É claro o motivo de o clube não ter sido patrimonializado até aquele momento, como frisa Lilian Abadia:

Sabemos que a identidade negra, assim como todas as identidades colectivas, é 'validada' pelo património 'comum' ao grupo. No entanto, o património 'negro' foi subestimado e interpretado de forma depreciativa durante e após o episódio da escravatura. (2010, p. 45)

Por fim, o vereador alega que não é tarde para prestar o devido reconhecimento já que este, assim como o vereador José Cardoso Costa, acredita que esta medida administrativa dará subsídios para que este patrimônio seja legado para as gerações vindouras. A fotografia abaixo pode ser um indicativo de que os vereadores estavam errados em suas inferências.



Figura 14 O interior da sede
Fonte: Acervo Pessoal de Cassiane Paixão

E há também a Lei Municipal nº 6.562 de 2008⁴⁸, que cria o Fundo Municipal de desenvolvimento social e cultural da comunidade negra. Sobre esse fundo não se encontrou as atas da câmara, logo não é possível analisar em que contexto político o mesmo foi concebido. No entanto, pelo texto da lei fica evidente que os recursos são gestados pelo conselho anteriormente citado, portanto torna-se evidente os motivos pelos quais o Braço é Braço jamais conseguiu fazer utilização dos recursos do mesmo.

Portanto, quando se depara com o atual estado da instituição nota-se uma expressão clara do que Johann Michel (2010) chama de instrumentalização do esquecimento. Apesar dos instrumentos legais de proteção para este lugar de memória, vê-se uma omissão por parte do poder público para com este local. Compreende-se neste caso, o que o autor chama de uma política de esquecimento, ou anti-memória. E diz respeito também ao discutido por Gonçalves:

[...] um fato, no entanto, parece ficar numa área de sombra dessa perspectiva analítica. Trata-se daquelas situações em que determinados bens culturais, classificados por uma determinada agência do Estado como patrimônio, em seguida explorados de formas diversas pelo mercado, não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população. O que essa experiência de rejeição parece colocar em foco é

⁴⁸ ANEXO F

menos a relatividade das concepções de patrimônio nas sociedades modernas, e mais o fato de que um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado nem das iniciativas do mercado, embora esteja intimamente associados a estas. (2005, p.19)



Figura 15 Outro ângulo do interior da sede
Fonte: Acervo pessoal de Cassiane Paixão

Compreende-se que essas iniciativas do poder municipal, na época de sua implantação, foram impulsionadas e se inscrevem no que Maria Letícia Ferreira (2011) aponta como sendo um “dever de memória”, ou seja, uma forma de reparação pelas mazelas causadas pelos eventos que acometeram os negros desde a escravidão. Nas palavras da autora:

Respondendo ou não às reivindicações memoriais, impulsionando ou não essas buscas identitárias ancoradas num passado comum, as políticas de memória no Brasil contemporâneo assumem por vezes o caráter de “dever de memória”, pautando-se em tentativas de reparação de erros historicamente atestados como é o caso da demarcação de terras indígenas e quilombolas; em efetivas proposições de compartilhamento memorial, como os denominados *Pontos de Memória* e em formas de esquecimento, como a Lei de Anistia de 1979. (FERREIRA, 2011, p.108)

Mas também, pode ser reconhecido como um patrimônio posto em valor (PRATS, 2005) pelo momento político vigente naquele momento. Em que um ativista do movimento negro compunha a base política de um vereador na cidade e, portanto, encontrou-se em momento propício para levar adiante esta reivindicação, mas que como já exposto neste trabalho, é apenas medida burocrática, sem nenhum efeito real para o clube.



Figura 16 Adereços de carnaval e outros entulhos no banheiro
Fonte: Acervo Pessoal de Cassiane Paixão

Andreas Huyssen (2000) sugere que esquecimento e memória estariam então intimamente ligados, sendo a memória outro tipo de esquecimento, ao passo que esquecimento nada mais é do que memória oculta. E oculta está à memória do Braço é braço, que é objeto de pesquisas, é alvo de atenção externa, por exemplo, mas não cumpre função social alguma, mesmo carregado de tanto potencial, como foi mostrado até aqui.



Figura 17 Notícia veiculada pelo site da Prefeitura Municipal de Rio Grande, acerca da elevação do Braço é Braço à categoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Município.

Fonte: <http://www.riogrande.rs.gov.br>

Ferreira (*op.cit.*) contribui mais uma vez para este trabalho, quando diz que a memória também pode ser evocadora de culpas e desta forma, uma justificativa razoável para o esquecimento. E o esquecimento da culpa é o que hoje mantém o clube estudado em total desamparo. Como sugere Michel (*op.cit.*), houve uma política de memória, a que concebeu e implantou as duas disposições jurídicas aqui citadas, e como tal escolheu os seus “esquecimentos”, e hoje vigora uma segunda, a qual preferiu esquecer o Braço é Braço e sua importante contribuição para a cidade e para a comunidade negra local.

Conclusão

Ecoa no senso comum que todo o estudo é edificante, não sei exatamente se isso é verdade, mas posso garantir que esse que conduzi, com muitas adversidades, foi. Nos primeiros encontros com meu orientador, fui logo lhe advertindo que eu não pretendia lançar mão de um discurso raivoso em meu trabalho, não pretendia utilizar-me do que na época eu chamava de "coitadismo". O processo da pesquisa me fez rever inclusive essa disposição. Compreendi que de certa forma eu havia sido "treinado" para pensar dessa forma, educado para acreditar que racismo era a indisposição pessoal de certo indivíduo para com o meu tom de pele, ou meu cabelo. E que para que o racismo acabasse eu só precisava não falar nele, não denotar ou conotar, diferenças, elas só acentuariam tudo o que eu quero esquecer.

Eu estava enganado. Ao desenvolver essa pesquisa, através do contato com os indivíduos e as leituras, fui percebendo que algo tão vil quanto a escravidão de outro ser humano e a posterior marginalização deste - e de seus descendentes - não cicatrizaria tão rapidamente. O contrário, ainda promovia mazelas das mais agressivas, tais como os bolsões de pobreza, que por sua vez, conduziam ao crime, dentre outras que são de senso comum. Por outro lado, a investigação também me proporcionou uma visão inédita acerca das formas de sobreviver a essas cicatrizes, o campo me mostrou que a adversidade é realmente a maior impulsionadora da criatividade, do "jeitinho", não o negativo, mas o necessário. Percebi o quanto é complicado se fazer entender através de uma ação afirmativa, justamente por que todos também foram educados a acreditar naquilo que eu acreditava antes de começar.

Por conta do exposto até agora, pretendi discutir o local das memórias suscitadas pelo Clube Recreativo e Cultural Braço é Braço na contemporaneidade, e a partir das mesmas intentei desvelar parte da história da entidade. Tal iniciativa carregou consigo também a ideia de promover subsídios para medidas de salvaguarda da instituição. Uma vez que, no momento em que a entidade foi escolhida como foco da pesquisa, imaginei o potencial de patrimonialização da mesma. Ou seja, planejei promover visibilidade para o objeto estudado, pois, compreendi que há uma necessidade quase democrática de reconhecimento desse tipo de patrimônio, Funari e Pelegrini (2006) apontam para a vigente supremacia do patrimônio material - no tocante ao reconhecimento - em relação ao patrimônio imaterial. E se considerado que as representações de origem negra são em sua grande maioria imateriais, temos uma disparidade ainda mais acentuada no que tange ao reconhecimento desses referenciais.

Compreendi que dentro dos clubes a atuação das diretorias baseava-se numa relação de troca simbólica entre os indivíduos, o que foi naturalizada, tais trocas não aconteciam mais em nome de uma obrigação e sim de prática, talvez, enquanto um exercício de cópia dos modelos brancos vigentes à época.

Percebi com o transcorrer da pesquisa que o Braço é Braço não era um espaço comprometido com uma "causa negra", de acordo com alguns depoimentos o clube em alguns momentos teve inclusive brancos em seu quadro de sócios, o que denota uma pluralidade de pensamento e posicionamento político. Porém, inscreve-se organicamente no que podemos denominar polo de resistência cultural, uma vez que, o estatuto prova que a entidade se preocupava com a alfabetização, por exemplo, elemento alijado das populações negras do início do século. As festas e celebrações, que foram todas concebidas por conta da não aceitação desses indivíduos nos clubes tradicionais, denotam um claro movimento de "contra cultura". Mas ainda assim o Braço é Braço foi elemento que constitui valores dos associados, tal disposição viu-se nos ritos de celebração dos mortos emanados da associação, assim como na disposição a escolarização que permeou o clube e nas entrelinhas construiu um ideal de ascensão social.

Também pude compreender de que forma os atores da contemporaneidade se articulam no tocante ao clube, tanto em sua busca pela revitalização, bem como, a forma que lidam com a sua negritude e as referências que receberam deste local. Foi muito interessante perceber que há nesses indivíduos uma busca por uma memória que emana do clube, enquanto elemento de coesão de um grupo, uma busca por reconhecimento de uma entidade que foi relevante não só para o negro riograndino, mas para a sociedade como um todo. E isto está estampado na mobilização que esses indivíduos articulam até os dias atuais, caracterizado pela pressão que impuseram ao poder público da cidade de Rio Grande, no momento em que conseguiram o atestado de patrimônio cultural. Sei que esse projeto de patrimonialização é um fracasso, em parte, por ter sido impulsionado por leigos, que por mais que tivessem boas intenções, caminharam passadas sem rumo.

Por conta disso ao fim da pesquisa, ficou claro que os conceitos caros a esse trabalho se articulam quando o vetor da análise é o clube, é notório o quanto o fato de ter feito parte desta entidade está incrustado nos indivíduos, pelos motivos mais diversos. Para alguns, foi sinônimo de *status*, para outros "[...] foi um período de ouro. Eu era o Rei"⁴⁹, denotando assim, sociabilidade, ascensão social, referencial cultural, por fim, memória e identidade, as quais poderiam converter-se em patrimônio efetivo.

Indo ao encontro de minha formação em museologia, acredito que o Braço é Braço carrega todo o potencial simbólico necessário para que sofra um processo de musealização, existem muitos pressupostos teóricos que embasariam tal assertiva, tais como:

Compreende-se o processo museológico como as ações de pesquisa, preservação (coleta, registro e conservação) e comunicação, tendo como referencial o fato museal. Entende-se como patrimônio cultural a totalidade da vida, ou seja, o real na sua totalidade: material, imaterial, natural e cultural. Desenvolve-se, a Museologia, com o objetivo de contribuir para uma evolução democrática das sociedades. Procura-se reconhecer o patrimônio cultural de todos os grupos sociais, utilizando-os como instrumento de educação e desenvolvimento. Busca-se uma proposta teórico-metodológica que esteja pautada no diálogo dos envolvidos no

⁴⁹ André Brisolara, entrevista concedida à Cassiane Paixão em 26 de agosto de 2012

processo educacional e no argumento dos contextos interativos. (PEREIRA, 2013, p.38)

Penso que, tal abordagem referente ao pouco patrimônio que ainda resta do Braço é Braço, seria um grande avanço nas políticas de reconhecimento da contribuição do povo negro para a sociedade. E ousou justificar, essa possibilidade recorrendo ao Estatuto da igualdade racial que traz em seu artigo número 17 a seguinte diretriz:

O poder público garantirá o reconhecimento das sociedades negras, clubes e outras formas de manifestação coletiva da população negra, com trajetória histórica comprovada, como patrimônio histórico e cultural, nos termos dos arts. 215 e 216 da Constituição Federal. (BRASIL, lei nº 12288, de 20 de julho de 2010)

Pois compreendo que o fim para o racismo, esse que estampa as manchetes de jornal e gera tanta polêmica, seja nos estádios de futebol ou nas redes sociais, só será finalmente extinto, quando os referenciais que constituem uma identidade negra sejam compreendidos como tão positivos ou edificantes quanto são os que contemplam a identidade branca, enfim, que sejamos diferentes, porém iguais.

Referências Bibliográficas

- ABADIA, Lilian. A identidade e o património negro no Brasil. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Cultura) Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa. Orientador: Eduardo Brito Henriques
- ALVES, Z. M. M. B. Continuidades e Rupturas no Papel da Mulher Brasileira no Século XX. In: Psicologia: Teoria e Pesquisa Set-Dez 2000, Vol. 16 n. 3 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n3/4810.pdf> Acesso em 08 Ago. 2012.
- AMADO, Janaína. O Grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. História. São Paulo, 14:125-136, 1995.
- ANDREWS, George R. Negros e brancos em São Paulo 1888-1988. Bauru. EDUSC, 1998.
- ARAÚJO, Maria das Graças Ferreira de. Pequenas Romarias para pequenos santos: Um estudo sociográfico sobre o dia de finados. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte. Orientador: Pedro de Assis Ribeiro de Oliveira
- ARÉVALO. Javier Marcos. La tradición, el Patrimonio y la identidad. In: Revista de estudios extremeños, Espanha, 2004.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.). Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. v. 5.
- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas vol. I: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- BERGSON, Henri. Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução: Paulo Neves - São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERNARDINO, Joaze. Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil. In: **Estudos afro-asiáticos**. vol.24 no.2 Rio de Janeiro 2002
- BITTENCOURT, Ézio da Rocha. Da rua ao teatro: os prazeres de uma cidade sociabilidades e cultura no Brasil Meridional (panorama da história de Rio Grande). Rio Grande: Ed. FURG, 2011.

BOURDIEU, Pierre. As regras da Arte. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Da Etimologia ao Sentido do Patrimônio. Belo Horizonte. Revista Eletrônica Interpretar Arquitetura n° 3, 2001. Disponível em <http://www.arquitetura.ufmg.br/>. Acessado em 22 de ago. de 2013

CANCLINI, Nestor Garcia. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. In: **Revista do Patrimônio n.23**. Cidade. Brasília: MinC: IPHAN, 1994.

CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. In: **Revista Memória em Rede, v.1, n.1**, Pelotas, 2009.

_____. Memória e Identidade. Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CARSOSO, Raul R.S. A inserção do negro na sociedade branca. In: **RS negro: Cartografias sobre a produção de conhecimento**. Porto Alegre. Edipucrs, 2010.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo, Paz e Terra, 2a ed., vol. II, 2000.

CHAGAS, Mário. O Pai de Macunaíma e o Patrimônio Espiritual. In: **Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **Estudos avançados** 11 (5), 1991.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: EDUNESP, 2001.

CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural. 2.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. Carlos Santos: uma biografia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

CIDADE, R.E. A. "Atletas Paraolímpicas: figurações e sociedade contemporânea". Tese de doutorado em Educação Física. Campinas: UNICAMP, 2004. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/zeus/auth.php?back=http://www.bibliotecadigi>

tal.unicamp.br/document/?code=vtls000340980&go=x&code=x&unit=x Acesso em Ago. 2012

COLVERO, R.B. e SOARES, Luiz M.S. Uruguaiana: A estância como fronteira. In: *ESTUDIOS HISTORICOS – CDHRP*. Dezembro de 2009. Disponível em: http://www.estudioshistoricos.org/edicion_3/colvero-soares.pdf Acesso em: 06 Ago. 2012

CONNERTON, Paul. Seven Types of Forgetting. In: *Memory studies*. 2008. Disponível em <http://www.history.ucsb.edu/faculty/marcuse/classes/201/articles/08Connerton7TypesForgetting.pdf> Acesso em 01 dez. 2012

CUNHA JR, Henrique. A inclusão da História africana no tempo dos parâmetros curriculares nacionais. Disponível em: www.mulheresnegras.org/azoilda.html Acesso em: 06 de Ago. 2014

DAMATTA, Roberto. Nação e região: em torno do significado cultural de uma permanente dualidade brasileira. SCHULER, F. L.; BORDINI, M. da G. (Orgs.). *Cultura e identidade regional*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004

DETIËNNE, Marcel. Mito-rito. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Oficial/ Casa da Moeda, 1989.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. 2007, vol.12, n.23. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf> Acesso em 02 Set. 2014

ERRANTE, Antoniette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. In: **História da educação**, Asphe, n. 8, setembro de 2000.

ESCOBAR, Giane V. Clubes Sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. 2010. Dissertação (Mestrado em patrimônio cultural) – Programa de pós-graduação em patrimônio cultural, área de concentração em história e patrimônio cultural, UFSM, Santa Maria. Orientador: Júlio Ricardo Quevedo dos Santos.

FERREIRA, Maria L.M. Políticas da memória e políticas do esquecimento. In: *Revista Aurora*. n.10, 2011 PUC-SP. <Disponível em:

<http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/4500/3477>> Acesso em: 09 Ago. 2012

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, MINC-IPHAN, 2005, 295p.

FUNARI, P.P.A. e PELEGRINI, S.C.A. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.

GIL, Lorena. LONER, Beatriz A. Os Clubes carnavalescos negros de Pelotas (RS). In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan./jun. 2009. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/5798/421>
7 Acesso em jul. 2012

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A Retórica da Perda – os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ e MinC: IPHAN, 2002.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan/ jun 2005.

_____. O Patrimônio como Categoria do Pensamento. In: **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GONZÁLEZ VARAS, I. Conservación de bienes culturales. Teoria historia principios y normas. Madrid, Cátedra, 2000.

GRAMSCI, Antonio. Escritos Políticos, V.1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

GREENBLATT, Stephen. O Novo Historicismo: Ressonância e Encantamento. In: Estudos Históricas. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.

HAESBAERT, Rogério. Território, Cultura e Des-territorialização. In: **Religião, Identidade e Território**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

HALBWACHS, Maurice. Les cadres sociaux de la mémoire. Paris. Mouton, 1976

_____. A memória coletiva. São Paulo. Vértice. 1990

HALL, Stuart. Quem Precisa da Identidade? In: **Identidade Cultural na Era da Globalização: Política Federal de Cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

_____. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: LP&A, 2004. – 9ª ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro

HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000

LE GOFF, Jaques, Documento/Monumento. In: História e memória. Trad. Bernardo Leitão (et.al.). 3ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994, p. 535 – 553

LONER, Beatriz A. CLASSE OPERÁRIA: MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO EM PELOTAS: 1888 – 1937. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Orientador: Antonio David Cattani

_____. A rede associativa negra em Pelotas e em Rio Grande. In: **RS negro: Cartografias sobre a produção de conhecimento**. Porto Alegre. Edipucrs, 2010.

LOWENTHAL, David. The Heritage crusade and the Spoils of History. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MARIUZZO, Patrícia. Mulheres nas forças armadas desafiam conceito de soldado. In: **Ciência e Cultura**. 2008, vol.60, n.4

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento? In: **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.3, ago.-nov.2010. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/site/revista/edicao-03/>. Acesso em: 08 ago. 2012

Munanga, Kabengele. Negritude: Usos e Sentidos, 2ª edição. São Paulo:Ática, 1986.

_____. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania. Palestra proferida no 1º Seminário de Formação Teórico Metodológica - SP. 2005 Disponível em <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Palestra-Kabengele-DIVERSIDADEEtnicidade-Identidade-e-Cidadania.pdf>> Acesso em 09 Set. 2014

NEVES, Décio Vignoli das. Vultos do Rio Grande. Santa Maria, Palotti, 1981

Nora, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. PUC-SP. São Paulo, n.10, p.7-28, Dez. 1993. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf> Acesso em Jul. 2012

OLIVEIRA, Marcos F. de; CALLIA, Marcos H.P. Reflexões sobre a morte no Brasil. Sao Paulo, Paulus, 2005.

PAIXÃO, Cassiane, AVILA, Paola, MARQUES, Nelza, VITORIA, Barbara. Clubes sociais negros no município de Rio Grande (RS): Um período de Festas e Liberdade. In: Anais do III Encontro internacional de Ciências Sociais: Crises e emergências de novas dinâmicas sociais. Pelotas, 2012. Disponível em: < http://www.ufpel.tche.br/isp/ppgcs/eics/dvd/documentos/gts_Illeics/gt5/gt5cassiane.pdf>. Acesso em 22 out. 2012

PESAVENTO, Sandra J. História & literatura: uma velha-nova história. In: **Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates**, 2006. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>. Acesso em 29 mai. 2014.

POERNER, Arthur José. Identidade Cultural na Era da Globalização: Política Federal de Cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

POULOT, Dominique. Um Ecosistema do Patrimônio. In: **Um Olhar Contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. P. 26-43.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. In: **Cuadernos de Antropología Social**, n.21, pp.17-35, 2005.

RIEGL, Alöis. El culto moderno a los monumentos: caracteres y origen. Madrid, Visor, 1987.

SANT'ANNA, Márcia. A Face Imaterial do Patrimônio Cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. (46-55) In: **Memória e Patrimônio - ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

SANTOS, Joel R. dos, "Movimento negro e crise brasileira", Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras, Brasília, Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994

SCHWARCZ, Lilia M. Nem preto nem branco, muito pelo contrário, cor e raça na intimidade. In: "**História da vida Privada no Brasil**" Cia de Letras, 1998, São Paulo

SILVA, Fernanda Oliveira da. Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: Associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Orientador: Margaret Marchiori Bakos

THOMPSON, Paul, A Voz do Passado: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORRES, Luiz H. Carlos Santos: trajetória biográfica. Porto Alegre: CORAG, 2004

WOODWARD. Katherine. "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual". In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ANEXOS

ANEXO – A Carta de Santa Maria



Carta de Santa Maria

Os representantes dos Clubes e Sociedades Negras, juntamente com convidados de outros setores – remanescentes de quilombos, religiosidade (terreiros) e grupo afoxé/bloco afro/escola-de-samba, reunidos em Santa Maria, Rio Grande do Sul, nos dias 24, 25 e 26 de novembro, no **1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras** pautaram os debates em três eixos: **Clubes e Sociedades Negras, Centros de Cultura Afro, Ecomuseus e Museus Comunitários**, com o objetivo de promover a visibilidade dos clubes em âmbito nacional, fazer um diagnóstico da situação dos mesmos, com vistas ao fortalecimento destes espaços de memória, identidade e resistência negra, criando uma rede nacional de clubes negros, apontando caminhos. Cadastraram-se para o evento 53 representantes de clubes do Rio Grande do Sul e 14 de outros estados (Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro), totalizando mais de 300 participantes. A presente carta

apresenta algumas das propostas construídas durante o Encontro, com o objetivo de gerar uma pauta nacional para o poder público e os clubes.

1. Reconhecimento dos clubes e sociedades negras como Patrimônio Histórico e Cultural Afro-Brasileiro, com encaminhamento para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN e Fundação Cultural Palmares, conforme os Artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988
2. Capacitação de gestores dos clubes nas áreas de administração, planejamento estratégico e elaboração de projetos, através de cursos específicos para captação de recursos e o cumprimento da legislação fiscal vigente;
3. Intervenção nos orçamentos municipais (LDO-Lei de Diretrizes Orçamentárias), estaduais e federais, além de influenciar no plano plurianual (PPA);
4. Implementação de ações afirmativas na área de educação a serem desenvolvidas nos clubes e sociedades negras, como: inclusão digital, geração de trabalho e renda, esporte, reforço escolar, curso preparatório para concursos e pré-universitário, contemplando a comunidade negra, em todos os níveis de ensino – alfabetização, fundamental, médio e superior;
5. Capacitação dos gestores dos clubes na área da museologia comunitária, pelo Departamento de Museus/IPHAN, com profissionais indicados pela Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários/ABREMC;

- 6.** Criação de Edital específico para mapeamento do patrimônio material e imaterial dos Clubes Negros em âmbito nacional, dentro do Programa Nacional do Mapeamento do Patrimônio Imaterial/IPHAN;
- 7.** Criação de edital específico para clubes e sociedades negras, dentro do Programa Cultura Viva - Pontos de Cultura/Ministério da Cultura/MinC;
- 8.** Revitalização dos espaços físicos dos clubes e sociedades negras, a partir da abertura de linha de crédito específica em bancos estatais, com carência e a fundo perdido;
- 9.** Criação e manutenção de uma “rede nacional de clubes negros”, para troca de informações e experiências, através do Ministério da Ciência e Tecnologia.
- 10.** Adequação dos estatutos dos clubes ao novo Código Civil;
- 11.** Convite da Ministra Matilde Ribeiro, da SEPPIR, para que uma comissão de representantes de clubes negros entreguem oficialmente a Carta de Santa Maria, em Brasília, para os seguintes órgãos: Ministério da Educação, Ministério da Cultura (Fundação Cultural Palmares, IPHAN), Ministério do Esporte, Ministério Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR, Ministério da Ciência e Tecnologia;
- 12.** Desenvolvimento de programas intergeracionais nos clubes negros, integrando diversas faixas etárias;
- 13.** Estabelecimento de parcerias com as universidades públicas e privadas, com vistas ao assessoramento aos clubes negros;

14. Continuidade da elaboração do Cadastro Nacional dos Clubes Negros, através do IPHAN, subsidiado com os dados iniciais coletados e mapeados pela Comissão Organizadora do 1º Encontro nacional de Clubes e Sociedades Negras (53 clubes do RS e 14 de outros estados);

15. Divulgação do **Cadastro Nacional de Clubes e Sociedades Negras**, através da internet, onde contenha dados como: histórico, nome do clube, data de fundação, endereço, telefone, e-mail, etc.

Santa Maria, 26 de novembro de 2006.

1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras

ANEXO B - ATA nº 8018 da 50ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Rio Grande em 06 de Junho de 2007

50ª Sessão Ordinária

ATA Nº 8018

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, nesta Cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, no prédio da Câmara Municipal, realizou-se a Quinquagésima Sessão Ordinária, do Primeiro Período Legislativo, Décima Quarta Legislatura. Sendo quinze horas, havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, Vereador Paulo Renato Mattos Gomes, abriu os trabalhos e solicitou ao Senhor Secretário, Vereador Carlos Fialho Mattos para que procedesse a leitura do número da última Ata, sob nº 8.017, a qual colocada em votação, foi aprovada sem observações. Logo a seguir, em Questão de Ordem, o Vereador Charles Saraiva informou que, na Sessão Ordinária que ocorreu no dia de ontem, esquecera de justificar à Mesa, a ausência dos Vereadores Jurandir Pereira e Moisés Marimon Espíndola, pois os mesmos estavam representando a Casa em vários Eventos. Em Questão de Ordem, o Vereador Júlio Cezar Jorge Martins comunicou à Mesa que se encontravam na Casa, naquele momento, a Diretoria do Clube Braço e Braço, a fim de acompanhar a votação do Projeto. Em resposta, o Senhor Presidente comunicou que, provavelmente, o Projeto já havia sido aprovado, entretanto, iria confirmar a Direção da Casa. Em Questão de Ordem, o Vereador Júlio Cezar Jorge Martins informou que o mesmo não havia sido votado por que não houve quorum. Em resposta, o Senhor Presidente confirmou que não foi votado, entretanto, solicitou para o Vereador Wilson Batista Duarte da Silva, na condição de Vice-Presidente da CCJ tomasse as providências necessárias para que o Projeto fosse incluído na Ordem do Dia. Em Questão de Ordem, Vereador Júlio César Pereira da Silva comunicou que a Comissão, em relação ao Projeto, está dentro do prazo, entretanto, faltam documentos, conforme constam a seguir: cartão CNPJ; Ata de Posse da última Diretoria e Relatório de Atividades da Entidade. Retomando a palavra, o Senhor Presidente solicitou ao Vereador Júlio César Pereira da Silva para que repasse ao Vereador Carlos Fialho Mattos, autor do referido Projeto, os documentos que faltam. Em Questão de Ordem, o Vereador Wilson Batista Duarte da Silva, comentou que o Projeto, segundo as atividades da Comissão, está dentro do prazo e não entende o porquê do mesmo ser inserido na Ordem do Dia e, tampouco, o porquê da presença da Diretoria do Clube nesta Casa, gostaria de saber quem convidou. Em Questão de Ordem, o Vereador Carlos Fialho Mattos comunicou que fora ele quem convidou a Direção do Clube, pois segundo informação, o Projeto seria votado, hoje. Logo a seguir, o Senhor Secretário efetuou a leitura do EXPEDIENTE, que constou dos seguintes: Mensagens do Executivo: 979/07; 983/07; 984/07; 985/07; 986/07 e 987/07. Correspondências Recebidas: 988/07 e 990/07. Requerimentos/Indicações: 958/07; 959/07; 960/07; 961/07; 962/07; 963/07; 964/07; 965/07; 966/07; 967/07; 968/07; 969/07; 970/07; 971/07; 972/07; 973/07; 974/07; 975/07; 976/07; 977/07; 978/0; 980/07 e 981/07. Não havendo mais expediente sobre a Mesa e ninguém desejando apresentar, o Senhor Presidente anunciou a HORA DA DOUTRINA. Inicialmente, assomou a tribuna, o Vereador Charles Saraiva que, após cumprimentar a todos presentes, justificou a ausência de sua colega, Vereadora Surama Ezedim Machado encontra-se enferma e, na tarde de hoje, está consultando com alguns médicos especialistas. Justificou, também, a ausência de seu colega, Vereador Delamar Corrêa Mirapalheta, comunicando com se encontrava, a serviço, em Porto Alegre. Prosseguindo, discorreu sobre o requerimento de sua autoria, endereçado à Governadora do Estado solicitando a possibilidade de se implantar um Banco de Células Tronco. Comentou, o ilustre edil que, de forma natural, a cada vinte mil pessoas, uma será doadora compatível. Entretanto, ficou comprovado que, através das células tronco retiradas do cordão umbilical, de cada quatro mil pessoas, uma será doadora compatível, possibilitando salvar milhares de vidas. Justificou sua solicitação, mencionando como exemplo casos como o da menininha que morreu no Estado, conforme notícia publicada no Jornal Zero Hora, a espera de um doador. Teceu comentários e registrou agradecimentos ao Secretário de Obras e Viação e, também ao Secretário dos Serviços Urbanos por haverem atendido solicitação, efetuando calçamento e limpeza do Bairro Parque São Pedro. Informou, o ilustre edil, que recebeu hoje à tarde, policiais militares temporários, cujo contrato finda em junho e, segundo esclarecimento do Secretário de Segurança do Estado, tomou ciência de que o referido contrato temporário não poderá ser renovado, porém estão estudando a possibilidade desses policiais permanecerem por mais um ano. Registrou agradecimentos especiais ao Senhor José Rodrigues, ao Procurador Dr. Júlio Rodrigues; ao Hamilton do Jornal Agora; a Senhora Luciana Daoiz, pela matéria intitulada "Terrenos de Marinha Podem Ser Regulamentados", esclarecendo que, a exemplo de Santa Catarina e outras Capitais, a Cidade do Rio Grande, também, poderá sucumbir com a taxa de terrenos de Marinha. E, ainda, parabenizou a Senhora Regina Votto, do

Centro Social Urbano, pelo trabalho que vem fazendo com a Terceira Idade, através do Telecentro. Encerrou seu discurso, fazendo agradecimentos a todos os colegas que trabalham na mídia escrita, falada e televisiva, principalmente, à Rádio Universidade e TV FURG. Logo a seguir, assomou a tribuna, o Vereador Moisés Marimon Espíndola, o qual discorreu sobre o requerimento que havia entrado na Casa solicitando para que o Correio construísse uma rampa, a fim de facilitar o acesso de portadores de deficiência física. Entretanto, segundo o ofício enviado, de autoria da Promotora Carla Pedrotti, a resposta esclareceu que, como o prédio do Correio se constitui em um Patrimônio Público, a rampa, para facilitar o acesso de portadores de deficiência física, deve ser móvel, pois a fachada do referido prédio não poderá ser mexida. Encerrou seu pronunciamento, registrando que, embora o Secretário Estadual tenha falado que a reunião fora um sucesso, segundo sua opinião, o referido Secretário, se quer, recebeu a Comissão de Rio Grande. Dando continuidade, assomou a tribuna, o Vereador Júlio César Pereira da Silva que, após cumprimentar a todos, cumprimentou, especialmente, o Deputado Sandro Boka, pelo belo trabalho, pois segunda feira passada instalou a Sub-Comissão para assuntos Portuários e, ainda, para o próximo dia quinze de junho, planejou trazer para Rio Grande o Programa Radiofônico Especial, com Lasier Martins para tratar assuntos ligados ao Porto do Rio Grande, cuja amplitude da Rádio Gaúcha se consolida de âmbito estadual, o que propiciará divulgar ao povo gaúcho a importância das atividades portuárias. Encerrou seu pronunciamento, informando que esteve, juntamente, com o Deputado Estadual Sandro Boka fazendo o convite ao Jornalista Lasier Martins. A seguir, assomou a tribuna o Vereador Wilson Batista Duarte da Silva, o qual discorreu sobre um requerimento de sua autoria onde solicitava que fosse mostrado ao povo o rendimento real dos Senhores Deputados, com todos os benefícios e não só o salário base. O Ilustre Orador comentou a decisão da Justiça, a qual retira a verba indenizatória e determina a devolução dos valores aos cofres públicos, salientando ser o que foi sugerido em seu requerimento. Na seqüência, assomou a tribuna o Vereador Cláudio Costa, o qual comentou sobre a inauguração da Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência. O Ilustre Edil destacou a luta da Ex-vereadora Maria de Loudes Lose, a qual durante anos lutou por esse projeto e concluiu fazendo um breve relato sobre a biografia da Senhora Vera Regina Teodora, a qual foi homenageada com a denominação do mesmo. Logo após, assomou a tribuna o Vereador Carlos Fialho Mattos, o qual mais uma vez discorreu sobre a importância do projeto do ônibus que fará a confecção de carteiras e documentos. O Ilustre Orador argüiu sobre a visita ao IGP e o interesse que do Senhor Secretário ao projeto. Sendo dezesseis horas, o Senhor Presidente anunciou a ORDEM DO DIA e solicitou ao Senhor Secretário a leitura do processo em Revisão Final, protocolado sob o número 495/07, o qual como não houve objeção dos Senhores Vereadores foi encaminhado aos trâmites legais. Na seqüência foi lido o primeiro processo da Ordem do Dia de número 279/07. Colocado em justificativa de voto, assomou a tribuna o Vereador Charles Saraiva, o qual ressaltou a importância do mesmo e salientou que teve duas emendas, as quais foram consideradas prejudicadas pela terceira emenda, que engloba as duas anteriores, de autoria do Vereador Cláudio Costa e assinada por todos os Vereadores. A referida emenda tomou como base à taxa da Corsan para estabelecer o valor do parcelamento dos terrenos da Castelo Branco II, tornando realidade o sonho dos moradores daquela localidade em adquirirem seus imóveis. Logo após, assomou a tribuna o Vereador Wilson Batista Duarte da Silva, o qual fez um breve relato sobre o começo daquele bairro e a sua luta por melhores condições de vida para as pessoas que lá passaram a residir. Colocado em votação, o processo foi aprovado com oito votos favoráveis dos Vereadores. Logo após foram lidas as duas primeiras emendas, as quais foram rejeitadas com oito votos contrários. Após, foi lida a terceira emenda, a qual foi aprovada com oito votos favoráveis pelos Senhores Vereadores. Em Questão de Ordem, o Vereador Charles Saraiva esclareceu a comunidade em geral que amanhã será publicada a Lei referente à obrigatoriedade da colocação de portas giratórias com detectores de metais antes das portas de auto-atendimento dos bancos do município. Em Questão de Ordem, o Vereador Júlio César Pereira da Silva solicitou ao Senhor Presidente para que também tomasse a mesma atitude em relação ao Processo 177/07 de sua autoria referente à colocação de hidrômetros nos Edifícios e Condomínios do Município. O Senhor Presidente lhe informou que a Casa fará a publicação do mesmo, tendo em vista sua importância para a população rio-grandina já que a Prefeitura Municipal não fez em tempo hábil. Após, o Senhor Secretário fez a leitura do Processo 722/07. Colocado em discussão, assomou a tribuna o Vereador Charles Saraiva o qual ressaltou que o Prefeito Janir Branco ao enviar este Projeto de Lei demonstrou sua sensibilidade, beneficiando os munícipes que precisam deslocar-se para outras cidades para realizarem tratamento de saúde, e não possuem condições para comprarem suas passagens, bem como de seus acompanhantes. O ilustre Vereador fez a leitura e explicação do Artigo Primeiro. Em aparte, o Vereador Júlio Martins colocou que trata-se de uma Lei bastante ampla, sendo de responsabilidade do Executivo Municipal elaborar um Decreto Regulamentador. O Orador concluiu destacando que este projeto de lei dará fundamentação legal para que o município forneça passagens intermunicipais as pessoas que não possuem grande poder aquisitivo. Após, assomou a tribuna, o Vereador Wilson Batista Duarte Silva, o qual comentou o direito de ir e vir dos cidadãos em

busca de melhor tratamento para cura de suas doenças. Em Questão de Ordem, o Vereador Júlio César Pereira da Silva apresentou uma Emenda Substitutiva ao Projeto, o qual retornou as Comissões Técnicas da Casa. Após foi feita a leitura dos Processos 776/07 e 869/07, os quais colocados em votação foram aprovados com nove votos favoráveis. Em Declaração de Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), assomou a tribuna a Vereadora Delanir Maria das Neves Freitas, a qual solicitou providências da Direção da Empresa Noiva do Mar, no que tange a abertura das portas dos transportes coletivos nos abrigos em dias chuvosos, tendo em vista reclamações realizadas por usuários em seu gabinete. Prosseguindo parabenizou o Executivo Municipal pela inauguração do Lar Abrigo para as Mulheres. Concluiu, parabenizando a Primeira Dama do Município Cristine Bello pelo jantar ocorrido no late Clube para o lançamento da Campanha do Agasalho do corrente ano, bem como do trabalho social que vem realizando em prol dos rio-grandinos. Em Declaração de Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), assomou a tribuna o Vereador Charles Saraiva, o qual comentou a importância da lei referente a colocação de portas giratórias com detectores de metais antes das portas de auto-atendimento dos bancos, tendo em vista inúmeros assaltos principalmente aos idosos nos referidos locais. O Orador ressaltou que tal ação fará com que a população tenha mais segurança e não fique a mercê dos delinquentes. Em Declaração de Liderança pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assomou a tribuna o Vereador Jurandir Pereira o qual manifestou sua contrariedade quanto à proposta do Secretário Salum de centralizar o atendimento dos Conselhos Tutelares, discorrendo acerca da necessidade da manutenção dos referidos Conselhos especialmente nas localidades do Cassino e do Parque Marinha. Em aparte, o Senhor Presidente esclareceu que a proposta de unificação dos Conselhos não partiu desta Casa. Informou, ainda, que os moradores do Cassino estão elaborando um abaixo-assinado, solicitando a manutenção do Conselho naquela localidade. Em aparte, o Vereador Julio Martins também divergiu da proposta da SMCAS, alertando para a geração de gastos desnecessários. O Vereador Orador noticiou que na próxima sexta-feira às dezoito horas, será realizado um Ato Público em frente à Escola Tamandaré para demonstrar a reprovação desta idéia pela comunidade. Concluiu, fazendo um chamamento ao Secretário Salum a fim de que o mesmo preste esclarecimentos sobre o referido projeto. O Senhor Presidente convidou a Senhora Carmem Valente para que compareça neste Parlamento para tratar sobre este assunto. Em pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Declaração de Liderança assomou a tribuna o Vereador Cláudio Costa o qual concordou com a posição do Vereador que o antecedeu, considerando um absurdo centralizar os Conselhos uma vez que os mesmos atendem zonas periféricas e rurais do município. Referiu-se à instalação da CPI dos Pedágios, aludindo sobre uma correspondência enviada pelo Vereador Frizzo de Caxias do Sul a qual convida para a cerimônia de lançamento da Frente Gaúcha de Vereadores Contra Prorrogação dos Contratos de Pedágios que ocorrerá dia doze às dezessete horas no Plenarinho da Assembléia Legislativa. O ilustre Vereador ressaltou a importância da adesão dos parlamentares a esta Comissão a fim de reverter o atual quadro de perdas que as Praças de Pedágios oferecem à economia do Estado, principalmente ao município do Rio Grande que concorre com os portos de Santa Catarina. Versou sobre a reunião com a Gerente de Patrimônio da União ocorrida no último dia trinta onde tratou da regularização das seguintes áreas: áreas da Querência; áreas da Ferrovia; áreas ao lado do posto do Tigre; algumas áreas da Barra Nova e do BGV. O ilustre Vereador argüiu sobre a necessidade do Município apresentar em dois anos um projeto ambiental e de saneamento para que o acordo seja efetivado. Em Questão de Ordem, o Senhor Presidente lembrou aos presentes que hoje às dezoito horas e trinta minutos ocorrerá a Solenidade de Reinauguração da Galeria de Fotos dos Presidentes do Legislativo Municipal. Em Declaração de Liderança pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), assomou a tribuna o Vereador Jair Rizzo o qual relatou que esteve junto ao Patrimônio da União, abordando a questão do pagamento de taxas referentes aos terrenos da Vila Militar. Explicou que os moradores que queiram solicitar o benefício a medida provisória trezentos e trinta e cinco, que trata da isenção de taxas de terreno de Marinha, devem primeiro quitar pendências na Prefeitura. Versou, ainda, sobre sua intervenção junto ao DENIT no que tange as obras da BR 101, lamentando que uma empresa tão qualificada tenha suas obras paralisadas por falta de liberação de recursos. Concluiu, informando que manteve contato com Deputado Beto Albuquerque e com Engenheiro Marco Ledermann a fim de agilizar o empenho na liberação dos recursos para a continuação de uma obra que julga de fundamental importância para o desenvolvimento da região sul. Esgotada a Ordem do Dia o Senhor Presidente abriu inscrições para EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Não havendo nenhum Vereador inscrito o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão às dezessete horas e quarenta e um minutos. E, para constar, nós por determinação digitamos a presente Ata, que depois de registrada no programa, lido o número e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e o Senhor Secretário.

ANEXO – C ATA nº 8019 da 51ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Rio Grande em 11 de Junho de 2007

51ª Sessão Ordinária

ATA Nº 8019

Aos onze dias do mês de junho de dois mil e sete, nesta Cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, no prédio da Câmara Municipal, realizou-se a Quinquagésima Primeira Sessão Ordinária, do Primeiro Período Legislativo, da Décima Quarta Legislatura. Sendo quinze horas, havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, Vereador Paulo Renato Mattos Gomes, abriu os trabalhos e solicitou à Senhora Secretária, Vereadora Surama Ezedim Machado, para que procedesse a leitura do número da última Ata, sob nº 8.018, a qual colocada em votação, foi aprovada sem observações. Logo a seguir, a Senhora Secretária efetuou a leitura do EXPEDIENTE, que constou dos seguintes: Mensagens do Executivo: 1003/07. Correspondências Recebidas: 991/07; 992/07; 993/07; 1001/07; 1002/07; 1007/07; 1008/07; 1009/07 e 1010/07. Requerimentos/Indicações: 989/07; 994/07; 995/07; 996/07; 997/07; 998/07; 999/07; 1000/07; 1004/07; 1005/07 e 1006/07. Em Questão de Ordem, o Vereador Charles Saraiva convidou todos os Vereadores para participarem de uma audiência Pública que será realizada em Pelotas hoje, às dezenove horas onde serão debatidas questões referentes ao zoneamento ambiental, informando que a Prefeitura Municipal colocou um ônibus a disposição dos interessados, o qual sairá da frente do prédio da mesma às dezessete horas. O ilustre Vereador solicitou ao Senhor Presidente para que às dezesseis horas suspendesse a sessão para tratar sobre o assunto com os Senhores Vereadores. O Senhor Presidente destacou que as viaturas da Casa estariam à disposição dos Senhores Vereadores para realizar o transporte dos mesmos até a vizinha Cidade de Pelotas. Em Questão de Ordem, a Vereadora Surama Ezedim Machado solicitou ao Senhor Presidente para que justificasse sua ausência, devido problemas de saúde, ao Senhor Prefeito Municipal e Comitiva Rio-Grandina. Não havendo mais expediente sobre a Mesa e ninguém desejando apresentar, o Senhor Presidente anunciou a HORA DA DOCTRINA. Inicialmente, assomou a tribuna, o Vereador Júlio César Pereira da Silva, o qual fez um breve relato das últimas atividades das quais participou, sendo elas: Procissão de Corpus Christi, elogiando os organizadores e população que participou de mais este momento de fé; participação sábado em Pelotas na Coordenadoria Regional do PMDB, a qual irá propiciar a seus filiados um Curso de Formação Política; no domingo da Festa de São João Batista na Ilha dos Marinheiros na localidade do Porto do Rei elogiando a organização do evento. O ilustre Vereador concluiu informando a comunidade que protocolou na Casa uma Indicação ao Executivo Municipal solicitando a criação de um Fundo Municipal de Esportes, bem como de uma Lei de Incentivo, semelhante a Lei de Incentivo a Cultura. Após, assomou a tribuna a Vereadora Surama Ezedim Machado, a qual primeiramente justificou sua ausência as sessões plenárias, devido estar realizando uma bateria de exames, onde foi diagnosticado estar com problemas na tireóide. A ilustre Vereadora externou sua indignação com a CORSAN, devido à falta de consideração com os moradores do Cassino e Parque Marinha neste domingo, deixando-os sem água o dia inteiro. Concluiu, parabenizando o Vereador Júlio César Pereira da Silva por sua Rádio Studio Livre FM, a 104, pelo bom gosto das músicas que estão tocadas diariamente. Na sequência, assomou a tribuna o Vereador Moisés Marimon, o qual externou sua indignação frente aos problemas que enfrentou com a falta de água em seu bairro desde as dez horas da manhã de domingo até as quatorze horas e trinta minutos de hoje. O ilustre Vereador destacou que os moradores do Parque Marinhos vêm sofrendo a um bom tempo com a falta de consideração da CORSAN. Concluiu parabenizando a direção do “Vim para ficar” do Bairro Santa Tereza pelo excelente churrasco realizado no final de semana. Dando continuidade, assomou a tribuna o Vereador Wilson Batista Duarte Silva, o qual primeiramente colocou que no centro da cidade também faltou água no domingo. Logo em seguida, comentou a Charge publicada no Jornal Agora referente ao Poder Judiciário. O ilustre Vereador indignado fez a leitura e demonstração da mesma na Tribuna da Casa. Prosseguindo ressaltou que tal matéria publicada foi extremamente maldosa, denegrindo a imagem do Judiciário. O Orador lamentou a forma como foi publicada a retratação, arguindo que a mesma não teve a dimensão da primeira publicação. A seguir, argumentou que se todas as vezes que tais críticas maledicentes fossem contestadas pelos órgãos atingidos, certamente a falta de ética de alguns profissionais de comunicação seria evitada. O Edil destacou a importância da realização de um jornalismo sério, respeitoso, lamentando a forma com que alguns profissionais da imprensa criticam as autoridades locais, sejam elas do Poder Judiciário, Executivo ou Legislativo. Logo após, o Vereador discorreu

sobre o Projeto FUMBOM, onde os recursos são utilizados para aquisição de veículos, equipamentos e manutenção da Corporação do Corpo de Bombeiros, sugerindo ao Senhor Prefeito que altere a referida lei, estendendo as verbas para a Brigada Militar. Concluiu sugerindo ao Comandante Geral da Brigada Militar que realizasse a contratação de estagiários, os quais substituiriam os policiais que executam serviços administrativos, propiciando assim o aumento do efetivo. Prosseguindo, assomou a tribuna, o Vereador Júlio Cezar Jorge Martins que, após cumprimentar a todos, sintetizou considerações à dificuldade que algumas pessoas enfrentam diante de críticas, enfatizando que alguns meios de comunicação, às vezes extrapolam. Quanto às charges do Jornal Agora, em geral, se caracterizam como boas, embora muitas vezes, revolucionárias. Na seqüência, enfatizou a demora em construir a rampa de acesso à Escola França Pinto para alunos portadores de deficiência física, citando também, a demora para concluir a construção da referida escola, e que, atualmente, sofrerá reforma. Encerrou seu discurso, abordando o problema causado pelo alagamento das águas pluviais na rua Francisco Marques esquina General Vitorino, aos moradores "in loco", citando o péssimo funcionamento das bombas e, mencionando, inclusive, as mesmas condições da rua Acácia Riograndense. Logo a seguir, assomou a tribuna, o Vereador Cláudio José Cardoso Costa que, após cumprimentar os presentes e a comunidade, em geral, no momento, saudou o Bispo Dom José Mario Ströer por ter assumido, pela segunda vez, a CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB -, do Rio Grande do Sul, cujo trabalho intensifica o gerenciamento e agilização de Programas Religiosos, através de serviços sociais, prestados à comunidade, e ainda, que apresentou, em nome desta Casa, requerimento cumprimentando-o. Comentou, o ilustre edil, sobre a Audiência Pública que ocorreu na última sexta feira, da Secretaria Municipal de Saúde, onde, foram apresentados todos os Programas e respectivos recursos oriundos do Governo Federal, Estadual e Municipal, e que para maior informação foi esclarecido que os Programas implantados desde a outra gestão, também, sob a administração do Secretário de Estado Osmar Terra ao receberem nenhum recurso. Encerrou seu pronunciamento, registrando que protocolou requerimento solicitando ao Estado, o repasse desses recursos, pois não há verbas para adquirir, também, remédios de uso contínuo, (cinquenta itens). Dando continuidade, assomou a tribuna, o Vereador Carlos Fialho Mattos que, após cumprimentar a todos, deu relevância às dificuldades enfrentadas por moradores de periferia, principalmente, o Bairro Santa Rosa e Cibrazém, onde a Secretaria Municipal de Obras e Viação tem feito um excelente trabalho com os presidiários. Ressaltou o trabalho do Senhor Deloir, o qual desempenha suas funções, segundo necessidades daqueles moradores. Sintetizou esclarecimentos, com o propósito de fazer com que a comunidade considere o trabalho desta Prefeitura ao Município do Rio Grande. Encerrou seu discurso, falando sobre a falta de iluminação da Barra, solicitando as providências necessárias. Sendo dezesseis horas, o Senhor Presidente anunciou a ORDEM DO DIA. Logo a seguir, o Senhor Secretário procedeu a leitura dos Processos em Revisão Final sob nºs: 869/07; 776/07 e 279/07, os quais foram encaminhados aos procedimentos legais. No momento, o Senhor Presidente cumprimentou a Diretoria do Clube Braço é Braço e, perguntou aos Senhores Vereadores, se havia alguém interessado em solicitar a preferência para o Processo 898/07 do referido clube, isto porque, a presente Sessão será suspensa, a partir das dezesseis horas, em virtude de uma reunião no Gabinete da Presidência, para tratar de detalhes referentes à Audiência Pública, hoje, às dezessete horas, em Pelotas. Em Questão de Ordem, o Vereador Carlos Fialho Mattos solicitou a preferência para o referido Processo, uma vez que, é autor do mesmo. Retomando a palavra, o Senhor Presidente colocou a preferência em votação simbólica, tendo sido aprovada por unanimidade e, a seguir, o colocou em discussão e, depois em justificativa de voto. Em justificativa de voto, assomou a tribuna, o Vereador Carlos Fialho Mattos, cumprimentando a Diretoria do Clube Braço é Braço, sintetizando um breve histórico daquela entidade, esclarecendo que o mesmo foi fundado em primeiro de janeiro de mil novecentos e vinte, evidenciando sua função cultural, étnico e social. Registrou, como autor do Processo, seu voto favorável e, na ocasião, o ilustre edil solicitou apoio aos demais colegas. Prosseguindo, em justificativa, assomou a tribuna, o Vereador Wilson Batista Duarte da Silva, mencionando seu voto favorável, esclarecendo que aquela sociedade, não apenas, integram negros, mas também, brancos e, possui muitos amigos daquele Clube. Certamente, declarado Patrimônio Histórico e Cultural, o Clube Braço é Braço contará com o apoio em recursos do Executivo Municipal e da Câmara dos Vereadores, considerando seu reconhecimento social. Encerrou seu discurso parabenizando sua Diretoria. Logo a seguir, em justificativa, assomou a tribuna o Vereador Charles Saraiva, o qual mencionando a sua raça, esclareceu que se sente muito feliz, uma vez que, desde que chegou nesta Casa, a Diretoria do Clube vem mantendo contato, lembrando que, tempos atrás, foi aprovada a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Raça Negra. Encerrou seu pronunciamento, comentando que, hoje, registra seu apoio, através do voto favorável ao Processo em justificativa. A seguir, em justificativa, assomou a tribuna, o Vereador Cláudio José Cardoso Costa que, na oportunidade, fez um breve relato sobre o histórico do Clube Braço é Braço, sua função cultural, étnica e social e, a Declaração de Patrimônio Histórico Cultural e, a possibilidade, através desta Declaração garantir direito de buscar recursos para

a manutenção e perpetuação do Patrimônio para as futuras gerações. Encerrou sua justificativa, registrando seu voto favorável. E, finalmente, ainda em justificativa, assomou a tribuna, o Vereador Jurandir Pereira, o qual registrou seu voto favorável e, a surpresa em saber a data de fundação do Clube, mil novecentos e vinte, e ainda, como sendo o mesmo, tão antigo, não havia sido considerado Patrimônio Histórico Cultural, a exemplo de outros clubes mais novos. Encerrou sua justificativa, argüindo que, realmente, nunca será tarde para se evidenciar reconhecimento. Não havendo mais vereadores inscritos para justificar, o Senhor Presidente colocou o Processo sob nº 898/07 em votação nominal, tendo sido aprovado com oito votos favoráveis, conforme Vereadores descritos: Vereadores Charles Saraiva; Jurandir Pereira; Carlos Fialho Mattos; Cláudio José Cardoso Costa; Delamar Corrêa Mirapalheta; Júlio Cezar Jorge Martins; Moisés Marimon Espíndola e Wilson Batista Duarte da Silva. Em Questão de Ordem, o Vereador Charles Saraiva informou à Mesa que a Vereadora Delanir Maria das Neves Freitas se encontra enferma, com pneumonia e, provavelmente, a partir de amanhã solicitará licença. Em Questão de Ordem, o Vereador Wilson Batista Duarte da Silva, ratificou as informações de seu colega Vereador Charles Saraiva dizendo que, até amanhã, a colega apresentará atestado. Retomando a palavra, o Senhor Presidente, informou que, até o momento, não havia recebido justificativa de ausência da referida Vereadora. Em Questão de Ordem, o Vereador Carlos Fialho Mattos, agradeceu o apoio de seus colegas por votarem o referido Processo. Retomando a palavra, o Senhor Presidente cumprimentou a Diretoria do Clube Braço é Braço. Sendo dezesseis horas e vinte e cinco minutos, o Senhor Presidente suspendeu a presente Sessão. Sendo dezesseis horas e quarenta e dois minutos o Senhor Presidente reabriu a Sessão. Em Questão de Ordem, o Vereador Wilson Batista Duarte Silva, reportou-se às declarações do Vereador Julio Martins e esclareceu que o acúmulo de água nas proximidades da rua Francisco Marques e General Vitorino foi gerado devido à intensidade da chuva desta noite, assim como, pela falta de energia elétrica que impossibilitou o funcionamento dos motores que auxiliam o escoamento. Sendo dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão, a fim de que os Vereadores participem da Audiência Pública sobre o Zoneamento Ambiental que será realizada hoje em Pelotas no Teatro Guarani. E, para constar, nós por determinação digitamos a presente Ata que depois de registrada no programa, lido o número e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e Senhora Secretária.

Ver. Paulo Renato Mattos Gomes Ver^a. Surama Ezedim Machado
Presidente Secretária

VLRA/EMA/ROC/.

ANEXO D – Lei 5824 de 10 de Novembro de 2003 – Cria o conselho Municipal De Desenvolvimento Social e Cultural da Comunidade Negra



www.LeisMunicipais.com.br



Endereço desta legislação

<http://leismunicipais.com.br>

O texto abaixo é a **versão original** desta Lei Ordinária, ou seja, não contém alterações posteriores, caso tenha ocorrido.

LEI Nº 5824, De 10 de novembro de 2003.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DA COMUNIDADE NEGRA.

O PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu Artigo 51, Inciso III, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural da Comunidade Negra, com a finalidade de prestar orientação às políticas públicas e funcionar como órgão consultivo para assuntos relacionados com o resgate e desenvolvimento da cultura, costumes e tradições da comunidade negra local.

Art. 2º - Para atingir o seu objetivo o Conselho terá as seguintes atribuições:

I - Formular diretrizes e promover atividades que visem à defesa dos direitos da comunidade negra, à eliminação das discriminações raciais contra qualquer grupo humano, seja a nível público ou privado, bem como lutar para conseguir a plena inserção das pessoas negras na vida sócio econômica, política e cultural do município e do estado e do país;

II - Assessorar os poderes públicos nas questões específicas que envolvam a comunidade negra, visando a defesa dos seus direitos e interesses;

III - desenvolver estudos, debates e pesquisas relativos às problemáticas da comunidade negra;

IV - Sugerir medidas que visem assegurar e ampliar os direitos da cidadania da comunidade negra, pela eliminação de práticas e dispositivos discriminatórios;

V - Fiscalizar e tomar providências para o cumprimento da legislação favorável aos direitos da comunidade negra;

VI - Desenvolver projetos próprios que promovam a participação da comunidade negra em todos os níveis de atividade;

VII - Apoiar as realizações concernentes à comunidade negra e promover entendimentos e intercâmbios deste Conselho, segundo as normas desta Lei.

Art. 3º - Os membros do Conselho serão indicados por órgãos públicos e pelas várias entidades organizadas e representativas da comunidade negra, pertencentes às áreas culturais, profissionais, movimentos sociais e religiosos, organizações cívicas e de promoção do desenvolvimento humano.

§ 1º - As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas, sendo pois consideradas como de serviço público relevante. Todavia, em caso de viagem a serviço fora da sede do Município, receberão indenização das despesas de pousada, alimentação e transporte devidamente comprovadas.

§ 2º - O mandato dos membros do Conselho será de 02(dois) anos, permitida a recondução.

§ 3º - Os membros do Conselho poderão ser substituídos a qualquer tempo a pedido das entidades que o integram, bem como mediante pedido do próprio Conselho, desde que seja aprovado por seus membros conforme Regimento Interno.

§ 4º - Cada entidade tem direito a indicar 01(um) representante e 01(um) suplente.

§ 5º - No prazo de 01(um) ano será revisada a composição do Conselho com o objetivo de redimensioná-lo.

Art. 4º - A composição do Conselho será efetivada pelas seguintes entidades:

- Movimento de Consciência Negra do Rio Grande
- Movimento Popular de Cultura Afro
- Movimento Afro Cultural Kizomba
- Grupo Integração Arte e Raça
- Núcleo Temático de Afro Descendência(NUTAFRO)
- Capoeira Zumbi dos Palmares
- Cordão Carnavalesco e Cultural Braço é Braço
- Clube Cultural Estrela do Oriente
- Elemento Neutro - Movimento Hip-Hop
- Pastoral do Negro da Igreja Católica
- Academia Rio Grandina de Letras
- Fundação Cidade do Rio Grande
- Faculdades Atlântico Sul
- Sistema Estadual de Museus
- Secretaria Municipal de Cidadania e Ação Social
- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- Secretaria Municipal da Saúde
- Fundação Universidade Federal do Rio Grande(FURG)
- Centro Municipal de Cultura
- Escola de Belas Artes Heitor de Lemos
- Teatro Municipal
- Movimento Tradicionalista Gaúcho
- União Rio Grandina de Associação de Bairros(URAB)
- Associação Rio Grandina de Entidades Carnavalescas(ARGEC)
- 18ª Coordenadoria Regional de Educação
- União Rio Grandina de Umbanda Mãe Iemanjá(URUMI)
- Conselho de Pastores Evangélicos de Rio Grande

Art. 5º - O Conselho receberá as consultas e proposições que lhe forem dirigidas e as distribuirá a relatores, por ordem alfabética, os quais apresentarão pareceres em reuniões mensais ordinárias ou extraordinárias convocadas sempre que for necessário.

Art. 6º - O Conselho é uma instituição sem orientações política-partidárias, ideológicas ou religiosas, mantendo-se independente das opções e preferências dos seus membros, e por isso é vetado o uso do seu nome para apoiar ou desaprovar qualquer outra manifestação pública que não seja prevista no objetivo e nas atribuições emanadas desta Lei.

Art. 7º - O Conselho será administrado por um Presidente e um Secretário Executivo, conforme Regimento Interno.

Art. 8º - O Gabinete do Prefeito proporcionará ao Conselho todo apoio administrativo e logístico que for necessário para funcionar e atender seu objetivo e suas atribuições.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e será regulamentada no prazo de sessenta (60) dias.

GABINETE DO PREFEITO, 10 de novembro de 2003.

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
Prefeito Municipal

ANEXO E – Lei 6410 , de 22 de Junho de 2007, Declara Patrimônio Histórico e cultural do Município o



Clube Cultural e Recreativo Braço é Braço
www.LeisMunicipais.com.br



Endereço desta legislação

<http://leismunicipais.com.br>

O texto abaixo é a **versão original** desta Lei Ordinária, ou seja, não contém alterações posteriores, caso tenha ocorrido.

LEI Nº 6410, De 22 de junho de 2007

"DECLARA PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO O CLUBE CULTURAL E RECREATIVO BRAÇO É BRAÇO."

O PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu art. 51, inciso III, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado Patrimônio Histórico e Cultural do Município o Clube Cultural e Recreativo Braço é Braço, inclusive o seu patrimônio, de acordo com os artigos 165 e 170, da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Grande, 22 de junho de 2007.

JANIR BRANCO
Prefeito Municipal

ANEXO F – Lei 6562 de 4 de Junho de 2008, Cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural da Comunidade Negra.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 6.562, DE 04 DE JUNHO DE 2008.

**CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE
 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
 CULTURAL DA COMUNIDADE
 NEGRA.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 51, III,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural da Comunidade Negra, com a finalidade de apoiar com recursos financeiros a realização de trabalhos, pesquisas e projetos voltados ao desenvolvimento da comunidade negra, nas áreas da educação, saúde e cultura, dentre outras.

§ 1º O Fundo Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural da Comunidade Negra será constituído com os seguintes recursos:

- I – doações, auxílios, contribuições e legados, transferência de entidades nacionais, internacionais, governamentais e não governamentais que lhe venham a ser destinados;
- II – dotação consignada anualmente no orçamento do Município, para atividades vinculadas ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural da Comunidade Negra;
- III – transferência de recursos oriundos do tesouro estadual e federal;
- IV – recursos advindos de convênios, acordos e contratos firmados entre o Município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais;
- V – outros recursos que por ventura lhe forem destinados.

§ 2º O Fundo Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural da Comunidade Negra será gerido pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural da Comunidade Negra.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Grande, 04 de junho de 2008.


JANIR BRANCO
 Prefeito Municipal

cc: CMRG/CSCI/PJ/SMCAS/SMF/Publicação